

JACKSON ALEXSANDRO PERES

Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari

Florianópolis, setembro de 2009

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

P437e Peres, Jackson Alexsandro
Entre as matas de araucárias [dissertação] :
cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914) /
Jackson Alexsandro Peres ; orientadora, Eunice Sueli
Nodari. - Florianópolis, SC, 2009.
81 f.: il., tabs., mapas
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui referências
1. História. 2. Índios Xokleng - Santa Catarina.
3.

AGRADECIMENTOS

Apesar de o caminho trilhado ter proporcionado o contato com muitas pessoas, há aquelas que se destacam, pois por algum motivo fizeram a diferença na caminhada. É difícil identificar todas, por isso desde já peço desculpas se por um descuido, ou por uma falha de memória tenha deixado de citar alguém.

Agradeço primeiramente a Deus e à minha família. Pai, mãe e irmãs, que me apoiaram e me apóiam sempre, no sucesso e nos tropeços. A minha orientadora Professora Eunice, que apostou no meu projeto e muito contribuiu para meu crescimento profissional. Aos meus amigos, que em meio às festas e trabalhos, não necessariamente nesta ordem, caminharam juntos comigo e sempre estiveram prontos a me ajudar. Em especial ao Dé, ao Jean, a Léo e ao Rafa. Aos colegas do Laboratório de História Indígena e aos colegas do Laboratório de Migração e Imigração, que auxiliaram na direção da pesquisa, contribuindo com críticas construtivas que só vieram somar no resultado final. À minha amiga, Professora Ana Lúcia, que incentivou o meu trabalho, acompanhando com entusiasmo minhas conquistas. A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, pelo compartilhamento de experiências que possibilitaram a minha titulação. Aos funcionários da Secretaria do Programa, especialmente a Nazaré, que é de um profissionalismo digno de nota. À Diretora do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Neusa Rosane Damiani Nunes, que com competência e profissionalismo sempre auxiliou nas pesquisas e nas dúvidas.

Aproveito para agradecer àqueles que por descuido não citei, mas que também estiveram presentes nessa etapa da minha vida. Lembro que o sucesso não é fruto de apenas uma pessoa, e é por isso que aproveito este espaço para dividi-lo através dos agradecimentos.

RESUMO

Buscamos apresentar uma relação entre natureza e cultura, na história dos Xokleng, etnia que compõe junto aos Kaingáng e Guaraní, o quadro étnico no que diz respeito aos povos indígenas do Estado de Santa Catarina no período compreendido entre 1850 e 1914.

Esta relação foi analisada através da presença da araucária angustifolia, árvore que caracteriza a Floresta Ombrófila Mista (também chamada de Mata de Araucárias), na cultura dessa etnia. Essa espécie de flora pode ser encontrada nos três estados do sul do Brasil, em São Paulo e sul de Minas Gerais e parte da Argentina. Em Santa Catarina a araucária é encontrada desde o planalto até o extremo-oeste do Estado.

Destacamos a dinâmica natural dessa formação florestal, o importante papel do pinhão (semente de araucária) como alimento e motivador de uma das principais características da etnia Xokleng: o nomadismo. O pinhão era responsável pelo deslocamento dos Xokleng da Floresta Ombrófila Densa (chamada de Mata Atlântica) para a Mata de Araucárias. Além disso, teve um importante papel na cultura como também nos contatos interétnicos estabelecidos entre Xokleng/Kaingáng e Xokleng/não indígenas.

As relações entre nomadismo, cultura, e contatos interétnicos, foram interpretadas sob a ótica da História Ambiental e técnicas da análise de discurso a partir da documentação oficial relacionada à ordem pública, relatos de viajantes que percorreram o Estado no século XIX e trabalhos de antropólogos que tiveram contato com os Xokleng. Depois de séculos de contatos belicosos, os Xokleng foram aldeados e passaram por um processo de transformação cultural e hoje, como outros indígenas, são tutelados pela nação. Quanto às araucárias, sua exploração observada no início do século XX até o seu apogeu na década de 1940, foi responsável pela transformação da paisagem do planalto. Hoje a árvore é um símbolo da região e o pinhão se transformou em uma comida típica dos meses de inverno.

Palavras-Chaves: Xokleng – Cultura – Araucária

ABSTRACT

We present a relationship between nature and culture in, the history of Xokleng, ethnicity that composes among the Guarani and Kaingáng the ethnic framework regarding indigenous peoples of the State of Santa Catarina in the period between 1850 and 1914.

This relationship was analyzed through the presence of the *Araucaria angustifolia*, tree that characterizes the Forest Mixed Ombrófila (also called the Forest of *Araucárias*), in the culture of that ethnic group. That flora species can be found in the three states of the south of Brazil, in São Paulo and south of Minas Gerais and part of Argentina. In the Santa Catarina the araucaria is found from the plateau to the end-west of the State.

We detached the natural dynamics of forest formation, the important role of the “pinhão” (*Araucaria* seed) as food and motivating one of the key features of ethnic Xokleng: the nomadism. The “pinhão” was responsible for the displacement of Xokleng Forest Rain (called the Atlantic forest) for the Forest of *Araucárias*. Beside, had an important role in culture as well as interethnic contacts established between Xokleng / Kaingáng and Xokleng / non-indigenous.

The relationship between nomadism, culture, and interethnic contacts, they were interpreted under the optics of the Environmental History and technical of the speech analysis starting from the official documentation related to the public order, reports travelers' reports that who traveled the state in the nineteenth century and anthropologists' works that had contact with Xokleng. After centuries of contact bellicose, the aldeies were Xokleng and went through a process of cultural transformation and today, as other indigenous, they are protected by the nation. As for *araucárias*, your explanation observed in the beginning of the twentieth century until its peak in the 1940s, it was responsible for the transforming of the landscape of the plateau. Today the tree is a symbol of the region and the “pinhão” is became a typical meal of the months of winter.

Keywords: Xokleng – Culture – *Araucária*

LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIações e TABELAS

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

SPILT – Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais

LABHIN – Laboratório de História Indígena

LABIMI – Laboratório de Imigração e Migração e História Ambiental

FOM – Floresta Ombrófila Mista

FOD – Floresta Ombrófila Densa

FD – Formação Discursiva

AD – Análise de Discurso

EMPBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

PIDC – Posto Indígena Duque de Caxias

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

Tabela 1 – Mapa dos fogos e população da província de Santa Catarina no ano de 1833

Tabela 2 – Número de citações sobre indígenas nos documentos pesquisados entre 1842 e 1920.

Tabela 3 – Participação relativa da araucária no volume de exportação de Santa Catarina no período de 1892 a 1940

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reconstituição de uma habitação subterrânea.....	p. 32
Figura 2 – Mapa do território Kaingáng e aldeamentos no Rio Grande do Sul.....	p. 35
Figura 3 – Mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú – 1944.....	p. 37
Figura 4 – Mapa do território histórico dos Xokleng.....	p. 47
Figura 5 – Mapa do Caminho das Tropas.....	p. 61
Figura 6 – Mapa de Santa Catarina em 1872	p. 63
Figura 7 – Araucárias dentro da Terra Indígena Xapecó.....	p. 75
Figura 8 – Flores da araucária a) Mingote (flor masculina)	
b) Pinha (flor feminina).....	p. 76
Figura 9 – Localização da Mata de Araucária no sul do Brasil e Argentina.....	p. 77
Figura 10 – Pinhas abertas com pinhões.....	p. 79
Figura 11 – Marcas catalogadas por Pierre Mabilde, encontradas nos pinheiros.....	p. 93
Figura 12 – Kaingáng subindo em araucária.....	p. 95
Figura 13 – Abrigo Xokleng em meia-água.....	p.108
Figura 14 – Modelo de abrigo e acampamento Xokleng na FOD.....	p.109
Figura 15 – Modelo de um abrigo Xokleng na FOM.....	p. 111
Figura 16 – Esquema de um acampamento Xokleng no planalto (FOM).....	p.112
Figura 17 – Bugreiros ostentando seus troféus (vítimas).....	p. 120

SUMÁRIO

Introdução.....	p. 11
 1 Nossos sujeitos históricos	
1.1 O povo da cor da Terra.....	p. 29
1.2 Os bárbaros da floresta.....	p. 44
1.3 O Jeca Tatu da serra catarinense.....	p. 58
 2 Por entre as matas de araucárias	
2.1 Localização e características.....	p. 71
2.2 A Mata de Araucárias, mas não só de araucárias.....	p. 78
2.3 A araucária e sua importância para nossos sujeitos.....	p. 83
 3 Natureza, cultura e história: a araucária na cultura Xokleng	
3.1 Um pouco sobre cultura.....	p. 99
3.2 De sedentários a nômades: conhecendo o outro.....	p.104
3.3 Aqui, ali em qualquer lugar: diferentes maneiras de contato.....	p.117
3.4 De nômades a sedentários: apontamentos para além do nosso recorte temporal.....	p.134
 4 Considerações finais.....	p.141
 5 Fontes e bibliografia.....	p. 145

INTRODUÇÃO

Sabemos que muito antes dos europeus aportarem no continente chamado hoje de América, no século XV, muitos povos já habitavam esse território. Assim como no continente, e no território nacional, o Estado de Santa Catarina à época da colonização européia era habitado, e ainda é, apesar de ser uma parcela bem menor, por povos indígenas. Povos indígenas é utilizado no plural para destacar que não se tratava de um povo único e homogêneo, e sim de vários povos, com língua e cultura diferentes. Em Santa Catarina, três etnias¹ compõem o quadro étnico indígena: Guarani, Kaingáng e Xokleng. Povos estes que viviam no território que compreende hoje o Estado e de onde retiravam (caça, coleta e agricultura rudimentar) aquilo que necessitavam para a sua sobrevivência. Seguindo os cursos da História, assim como em todo o país, com o passar dos anos, se intensificaram os contatos entre essas populações e os não indígenas e com o desenrolar dessas relações, verificou-se a gradual diminuição desses povos.

Nesse trabalho realizamos um estudo dos hábitos culturais dos Xokleng, uma das etnias que compõe o quadro étnico do Estado de Santa Catarina através da relação destes hábitos com o meio em que viviam. Nesse estudo analisamos as implicações desses hábitos culturais na construção da história de Santa Catarina através das relações interétnicas entre os Xokleng e a população não indígena. Para que isso fosse possível, o estudo foi concentrado em três eixos.

Primeiramente procedemos a um estudo sobre a característica cultural Xokleng do nomadismo e do hábito da coleta do pinhão, característica que também era partilhada por outra etnia do Estado, os Kaingáng

Para que fizesse sentido o estudo acima, realizamos também uma pesquisa sobre a Mata de Araucárias na região serrana de Santa

¹ Etnia: estudiosos vêm se debruçando em trabalhos para tentarem por fim conceituar a palavra etnia. Como existem algumas definições sobre o termo, e por este ser um termo pertinente em nosso trabalho, optamos pela escolha de uma definição mais geral, que é apresentada por Roberto Cardoso de Oliveira, no livro *Identidade, etnia e estrutura social*. Partindo da definição de grupo étnico como uma “unidade portadora de cultura”, temos que um grupo étnico designa uma população que: a) “se perpetua principalmente por meios biológicos; b) compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito; c) compõem um campo de comunicação e interação; d) tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma.” (Barth, 1969, 10-11) in OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, pp. 1-2.

Catarina, destacando a região do município de Lages, pois este ocupava durante o século XIX grande parte do planalto catarinense, onde há incidência de araucárias. Para isso procuramos elucidar alguns aspectos de sua História, principalmente no que se refere à ocupação humana.

Concentramos a pesquisa no estudo das relações interétnicas entre indígenas de etnias distintas e entre indígenas e não indígenas, decorrentes do hábito Xokleng do nomadismo e de sua relação com a floresta, bem como do uso do pinhão como alimento. Contatos interétnicos que entendemos como “maneira de descrever a situação de contato entre grupos étnicos irreversivelmente vinculados uns aos outros, a despeito das contradições – expressas através de conflitos (manifestos) ou tensões (latente) – entre si existentes”².

Durante as pesquisas, as fontes mostraram ser possível a ampliação do recorte temporal. Porém, optamos por manter o período, que está compreendido entre 1850 e 1914. A opção por esse período justifica-se por ele representar marcos na história dos Xokleng, etnia que norteou a pesquisa.

No ano de 1850, foi promulgada a Lei Imperial Nº 601, chamada popularmente de Lei de Terras, que tratava das Terras devolutas do Império e que acabou promovendo a vinda de muitos imigrantes europeus para Santa Catarina, aumentando assim o contato entre estes e os indígenas. O ano de 1914 também representa um marco na história indígena de Santa Catarina, pois, após anos de contatos belicosos entre colonos e Xokleng, foi conseguido um contato pacífico³. Apesar desse contato não ter posto fim de imediato à violência, foi o primeiro passo para que se pudesse começar a conhecer melhor os Xokleng.

O interesse pelo tema indígena surgiu durante a Graduação em História que cursamos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante esse período realizamos estágio não-obrigatório no Laboratório de História Indígena (Labhin) e através deste pudemos ter maior contato com a história indígena, principalmente do Estado. Durante o estágio realizamos alguns trabalhos sobre o tema e escrevemos nosso Trabalho de Conclusão de Curso⁴. Outro fator que contribuiu para o interesse foi a pouca produção bibliográfica sobre o

² OLIVEIRA, op. cit. p. 6 em nota de rodapé.

³ O contato pacífico entre indígenas e não indígenas ocorreu através de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, que fazia parte do SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Detalhes desse episódio serão descritos no capítulo 1.

⁴ PERES, Jackson Alessandro Peres; NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (orientadora). **Indígenas e terras em Santa Catarina: parâmetros do século XIX**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2005.

assunto, aumentando a possibilidade de produzir algo que contribua para ampliar os conhecimentos que temos a respeito do indígena catarinense e sua trajetória de contato com o não indígena.

Tendo contato com vários temas relacionados à questão indígena, o estágio no Labhin abriu um leque de possibilidades de estudos. Porém, uma reportagem da revista *Veja*, de título “Sem fé, lei ou rei”⁵, que discutia a quantidade de terras demarcadas para os povos indígenas em relação à quantidade de indígenas no país, nos fez optar por trabalhar esta relação: indígenas e terras. Logo, analisamos a Lei de Terras de 1850 e seu artigo 12, no qual se lê que: “O governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias. – 1., para a colonização dos indígenas”.⁶ Damos ênfase aos acontecimentos na região do Vale do Itajaí, onde, principalmente por conta da Lei de Terras, se desenvolveram importantes núcleos de colonização.

Através de diversas leituras, juntamente com as fontes que tivemos contato, percebemos que a Lei de Terras de 1850 aumentou consideravelmente os contatos entre indígenas e não-indígenas no Estado. Principalmente os Xokleng, que, devido ao seu território histórico, que avança pelos três Estados do Sul do Brasil e é compreendido entre o litoral e o planalto, aumentaram suas experiências de contato já no início do processo de imigração. Observamos também que houve um aumento de conflitos entre essas culturas na medida em que os contatos e as relações entre indígenas e não-indígenas se intensificavam. Darcy Ribeiro, no clássico “Os índios e a civilização”, descreve os passos pelos quais os grupos indígenas atravessam em relação ao grau de contato que esses grupos possuem com o não indígena. De acordo com ele, baseando-se no grau de contato, podemos ter quatro tipos de indígenas:

1 Isolados: São grupos que vivem em zonas não alcançadas pela sociedade brasileira, só tendo experimentado contatos acidentais e raros com “civilizados”. 2 Contato intermitente: Correspondem àqueles grupos cujos territórios começam a ser alcançados e ocupados pela sociedade nacional. Ainda mantém certa autonomia cultural, mas vão surgindo necessidades novas cuja satisfação só é possível através de relações econômicas com agentes da civilização. 3 Contato permanente: Incluímos nesta

⁵ COUTINHO, Leonardo. Sem fé lei ou rei. In: **Revista Veja**. Ano 37, nº 17, 28 de abril de 2004. Pp. 48-50.

⁶ S/A. S/D. **Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em <WWW.webhistoria.com.br/lei1850.html> Acesso em 20 de agosto de 2004.

categoria os grupos que já perderam sua autonomia sociocultural, pois se encontram em completa dependência da economia regional para o suprimento de artigos tornados indispensáveis. 4 Integrados: Estão incluídos nesta classe aqueles grupos que, tendo experimentado todas as compulsões referidas, conseguiram sobreviver, chegando aos nossos dias ilhados em meio à população nacional, a cuja vida econômica se vão incorporando como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados em certos artigos para o comércio.⁷

Utilizando essa classificação, temos que, com o passar do tempo, os Xokleng mudaram seu grau de contato. A partir de 1850, esses indígenas aumentaram consideravelmente o contato com não indígenas e foram passando de um grupo que, pela classificação é considerado isolado, a um grupo indígena de contato intermitente, devido o aumento dos núcleos de colonização. Posteriormente essa etnia ainda experimentou o contato permanente com a criação da reserva e dentro da classificação de Darcy Ribeiro, podemos considerá-los hoje como integrados à sociedade.

Outro fator que observamos a partir dos documentos pesquisados (nossa pesquisa concentrou-se nos documentos referentes à ordem pública) foi que esses contatos e enfrentamentos dentro do nosso recorte espacial, que se concentrou no Vale do Itajaí, em sua grande maioria ocorriam entre os meses de setembro a março e diminuía nos outros meses. Por que isso ocorria? A melhor hipótese encontrada foi associar o decréscimo nos confrontos devido uma das características culturais Xokleng que é bastante evidente nos trabalhos publicados sobre o assunto: o fato dos Xokleng terem em sua dieta o pinhão como uma de suas principais fontes energéticas⁸.

O período da coleta de pinhão pode variar de acordo com a espécie de araucária. Na espécie mais conhecida, e a única na região de nosso estudo, a araucária angustifolia, chamada também de pinheiro-brasileiro, os pinhões amadurecem entre abril e maio⁹. Sendo assim, compreende-se o fato de serem justamente esses meses os quais os

⁷ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 488-489.

⁸ Podemos citar alguns trabalhos que fazem referência ao nomadismo e ao pinhão como a dissertação de Rodrigo Lavina, "O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestão para os arqueólogos" (1994); "Os Índios Xokleng: memória visual", de Sílvia Coelho dos Santos (1997) e a dissertação "Simbolismo e Reelaboração na Cultura Material dos Xokleng", de Edna Elza Vieira (2004).

⁹ KOCH, Zig e CORRÊA, Maria Celeste. **Araucária: a floresta do Brasil Meridional**. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2002, p. 37.

Xokleng deixavam as regiões litorâneas e próximas às colônias (as que começaram a ser formadas a partir de 1850) para transferirem-se para o planalto, local onde há ocorrência de araucárias. Conseqüentemente essa transferência é que faz diminuir os enfrentamentos entre Xokleng e não-indígenas nas regiões coloniais próximas ao litoral.

Estudos realizados sobre os Xokleng mostram que a caça era uma atividade masculina, ficando a coleta ao encargo das mulheres do grupo, que eram constituídos de poucos indivíduos, devido ao nomadismo. A divisão do trabalho garantia o sustento do grupo, entretanto, durante a coleta do pinhão, tanto homens como mulheres faziam a coleta, já que era este, um dos alimentos principais dos Xokleng.

Essa hipótese inicial que justifica a continuidade da pesquisa, pois partimos do princípio que, se os enfrentamentos eram amenizados nas regiões litorâneas isso não necessariamente ocorria no planalto, podendo até neste caso haver uma inversão de cenários e os enfrentamentos transferirem-se para aquela região. Nessa perspectiva, ampliamos o recorte espacial e temporal, averiguando assim essas possibilidades e destacando o papel do pinhão, alimento principal na cultura Xokleng no desenrolar de sua história.

A partir do século XIX, mais fortemente na segunda metade, quando o governo imperial começou a incentivar a imigração européia, buscando branquear e europeizar a população¹⁰, a situação dos indígenas de Santa Catarina começa a ficar mais complicada. Um grande contingente de imigrantes, principalmente alemães e italianos, chegava à Província de Santa Catarina, trazendo consigo o sonho de prosperidade e sem tomar conhecimento da presença de indígenas na região.

O conflito cultural, que se estendeu para o bélico, estabelecidos entre o “nativo” e o “estrangeiro” se acentuaram a partir de então. Em especial na região do Vale do Itajaí, região esta enquadrada dentro do território histórico dos Xokleng, onde se desenvolveram algumas das principais colônias alemãs do Estado. Blumenau, uma das mais importantes, foi fundada em 1850.

Os contatos, obviamente em menor quantidade, já ocorriam antes mesmo da Lei de Terras de 1850. Antes desta data, já encontramos

¹⁰ A política de incentivo à imigração européia por parte do império estava baseada nas idéias *Positivistas* de ordem e de progresso que ainda hoje estão estampadas na Bandeira do Brasil. Progresso, para a época era sinônimo de branqueamento e europeização. Além disso, com o fim do tráfico negreiro, em 1850 e com o crescente movimento abolicionista, a imigração era vista como uma necessidade para o desenvolvimento do país e para o incremento na economia. A ocupação de áreas até então consideradas *desocupadas* (pela população não indígena) seriam outro fator em prol da política de imigração. PERES, op. cit, p. 16.

registros de conflitos entre indígenas e não indígenas nos relatórios e ofícios de Delegados e Sub-Delegados e Chefes de Polícia para o Presidente da Província. Porém, com a intensificação da colonização, os Xokleng tiveram seus territórios devastados ¹¹, dificultando a coleta e a caça, extremamente necessárias aos grupos. Desse modo, percebe-se que “a perda de espaços utilizados para a coleta e caça resultante do desmatamento para a construção de estradas e desenvolvimento de pequenos núcleos de colonização, resultou no contato cada vez mais intenso entre colonos e indígenas (...)” ¹². Muitos episódios violentos ocorreram por conta desse contato.

Devido a esse contato violento, durante o século XIX, algumas providências foram tomadas pelo Governo Imperial. Uma dessas providências foi a criação da Companhia de Pedestres. O texto da Lei que criou a Companhia de Pedestres coloca que a tropa deve: “proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos. Fazendo todo o possível para apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los” ¹³. Segundo Luisa Tombini Wittmann a “Companhia de Pedestres estava, desde a sua fundação, repleta de problemas. Acabou sem atingir as expectativas dos imigrantes e das autoridades” ¹⁴.

Como os enfrentamentos continuavam e a Companhia de Pedestres se mostrou insuficiente para por um fim aos “assaltos” dos indígenas, as administrações das colônias montaram um novo esquema de proteção, utilizando o serviço dos chamados Batedores do Mato, que na verdade eram grupos que se destinavam a manter os indígenas afastados das colônias. Porém o desempenho dos Batedores de Mato também não foi satisfatório. Por esse motivo, “em 1879, o governo provincial extinguiu a Companhia de Pedestres alegando falta de recursos” ¹⁵.

¹¹ Mesmo sendo caçadores-coletores, os Xokleng mantinham certo sedentarismo no que se refere ao território utilizado para caça e coleta, o qual utilizavam de maneira sazonal. Um mapa com a delimitação do território histórico dos Xokleng é apresentado no capítulo 1.

¹² VIEIRA, Edna Elza; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Entre pontas de flechas e botoques: um olhar sobre os Xokleng**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2002.p. 5.

¹³ SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL,1987, p. 66.

¹⁴ WITTMANN, Luisa Tombinni. **O Vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007, p. 47.

¹⁵ Idem.

O contato entre essas culturas, (não-indígenas e indígenas), que durante boa parte do ano, na região do Vale do Itajaí, era marcado por “assaltos”, correrias, mortes e medo, contava com pequenos períodos de “paz”. Esses períodos de “paz” ocorriam no momento em que os Xokleng estavam ocupados com a coleta do pinhão e tinham então de se deslocar do litoral para o planalto. Durante esse período, observamos nas fontes pesquisadas, que há poucos registros nos relatórios relacionados à ordem pública quanto aos “assaltos” praticados pelos indígenas. Ou seja, os Xokleng que perambulavam mais próximos do litoral, principalmente no Vale do Itajaí, dirigiam-se para as regiões de incidência de araucária que possibilitaria um provimento maior de alimentação para os grupos.

Segundo Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, a incidência da floresta de araucária ocupava até o final do século XIX cerca de 200 mil km². Além de Santa Catarina, há ocorrência de araucárias também no Paraná, no Rio Grande do Sul e em algumas áreas menores no Sul de São Paulo, Serra da Mantiqueira e alguns pontos isolados de Minas Gerais. Também ultrapassa as fronteiras do país, ocorrendo na Província das Misiones, na Argentina (fronteira com Santa Catarina). Essas áreas localizam-se em altitudes entre 500 e 1200 metros no planalto sul. Na Serra da Mantiqueira a ocorrência de araucárias se dá em altitudes mais elevadas, onde as temperaturas baixas e alta pluviosidade favorecem esse tipo de vegetação ¹⁶.

Ocorre, porém, que a região de incidência de araucárias (araucária angustifolia (Bertol.) Kuntze)¹⁷, também se mostrava importante para outra etnia que compõe o quadro étnico do Estado no que diz respeito aos indígenas: os Kaingáng.

Os Kaingáng, assim como os Xokleng, tinham o pinhão em sua dieta alimentar e se caracterizavam pelo semi-nomadismo. Além do semi-nomadismo, Nötzold nos traz também informações sobre como que essa característica Kaingáng possibilitou o registro de informações através de sítios arqueológicos:

Estes grupos exploravam o meio em que viviam de acordo com a época do ano, dando origem assim a diversos sítios

¹⁶ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madreira e colonizações**. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis, 2006, p. 49.

¹⁷ Maiores detalhes e informações científicas acerca da araucária angustifolia encontram-se no capítulo 2.

arqueológicos (sítios habitação, maior permanência do grupo; sítios acampamentos, menor permanência; sítios oficina, local de extração de matéria-prima). Sua alimentação baseava-se na caça de animais de pequeno e médio porte e na coleta de frutos, raízes e principalmente do pinhão, que eles encontravam em grande quantidade nas araucárias, vegetação característica de sua região.

¹⁸

Esta característica cultural das duas etnias, ou seja, a mobilidade dentro de um território específico e a utilização do pinhão como um dos alimentos principais, possibilitava o contato sistemático entre as mesmas. Esse contato existia porque ambas dependiam de partes comuns de um mesmo território, ou seja, a mata de araucárias, principalmente nos meses em que o pinhão podia ser colhido (abril, maio e junho), a região era disputada pelos dois grupos, que quando se encontravam guerreavam pelo domínio do território.

Se para Xokleng e Kaingáng a araucária figurava como uma importante fornecedora de alimentos, para os não indígenas, ou seja, os colonos e caboclos, o valor da araucária era outro, bastante diferente, pois as qualidades da madeira da araucária, se prestam a uma infinidade de utilidades. Auguste de Saint-Hilaire¹⁹, já no século XIX, apontava algumas das utilidades da madeira de araucária.

A araucária não apenas enfeita os Campos Gerais como é também extremamente útil aos seus habitantes; sua madeira branca, cortada por uns poucos veios cor de vinho, é empregada em carpintaria e marcenaria, e embora seja mais dura, mais compacta e mais pesada do que o pinho da Rússia ou da Noruega, ela poderá ser utilizada vantajosamente no fabrico de mastros e vergas quando for estabelecido um meio de comunicação mais fácil entre os Campos Gerais e o litoral.²⁰

¹⁸ NOTZÖLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003, p. 48.

¹⁹ Auguste de Saint-Hilaire nasceu na França em 1779 e faleceu em 1853, também na França. Foi um naturalista, botânico e exímio viajante. Percorreu boa parte do Brasil entre 1816 e 1822. Das suas andanças chegaram até nós interessantes obras, que narram as pesquisas científicas do botânico e também seu vislumbamento e suas impressões sobre a natureza e a população brasileira do século XIX. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Auguste_de_Saint-Hilaire> Acesso em 25 de novembro de 2008.

²⁰ SAINT-HILAIRE, August de, 1779-1853. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978, p. 16.

Aqui Saint-Hilaire levanta uma dificuldade encontrada para o uso comercial da madeira de araucária que trataremos com mais detalhes no capítulo 2, que é a dificuldade de comunicação entre o litoral e o planalto. Em Santa Catarina, na segunda metade do século XIX, muitos esforços estavam concentrados em aproximar Lages ao litoral, dando-se isso através de uma estrada. Mesmo não sendo o motivo principal, abria-se uma possibilidade para o uso comercial da madeira de araucária, que tem praticamente 100% de aproveitamento da seguinte maneira:

Seus usos mais comuns são taboado, vigamentos, pranchões, caixas, móveis, cabos de vassoura e ferramentas, palitos de dentes e de fósforo, fabricação de compensados, pasta mecânica e celulose, papel, matéria plástica, lã e seda artificiais, instrumentos de música, instrumentos de adorno, artigo de esporte, (...) caixa de ressonância de piano, tacos de nós, mourões, telhas de taboinhas, etc. Os galhos e refugo, especialmente o “nó de pinho” servem para a lenha e combustível para caldeiras. O mesmo “nó de pinho” convenientemente preparado serve para belíssimas obras artísticas de tornearia de que temos, no Estado, importantes fábricas. A resina serve para a fabricação de vernizes, terebentina, acetona, ácido pirolenhoso e outros produtos químicos.²¹

Logo, a disputa pelo território de araucárias deixou de ser apenas entre duas etnias indígenas para ser disputado também pelo não indígena. A dificuldade da comunicação com o litoral no século XIX fez com que o uso da madeira de araucária se limitasse à utilização doméstica. A utilização da madeira, como foi mencionada acima, caracteriza seu uso já no século XX, quando o valor comercial da madeira bem como a possibilidade de sua exportação fez com que a floresta de araucárias fosse explorada em larga escala.

Durante o século XIX, porém, antes da exploração em larga escala da floresta de araucárias, além da disputa histórica pelo território entre Xokleng e Kaingáng, o não indígena figurou em alguns casos como um agente motivador dessa disputa. Por terem maior conhecimento acerca dos Kaingáng, e por estes já terem sido aldeados e manterem maior contato com a população não-indígena, eram por vezes usados para afugentar os Xokleng (também chamados de botocudos nos documentos policiais). Um exemplo disso é o caso de um grupo de cerca

²¹ KLEIN, apud CARVALHO, op. cit, p. 55.

de 100 Kaingáng que em fins de fevereiro de 1855, liderados pelo Cacique Doble, apareceram na Vila de Lages. Esses indígenas, segundo Ofício S/N. do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho, de 22 de fevereiro de 1855²² estavam aldeados no município de Vacaria, no Rio Grande do Sul. Chegando a Lages, o Cacique logo entrou em contato com o delegado, pedindo-lhe comida e roupas. Na mesma época, um grupo de Xokleng estava ameaçando “a casa de morada da Fazenda dos Tributos”, o delegado de Lages assim relata ao Presidente da Província suas providências:

(...) como não tenho armamento de qualidade alguma, e nem era possível reunir gente com brevidade que era mister lembrei-me de convidar ao Doble para com sua gente ir afugentar os Botocudos, por saber que estas duas tribos são inimigas juradas. O Cacique Doble me respondeu que se eu quisesse fazer um trato com ele que estava pronto para seguir, porém que queria ir só, primeiro para reconhecer o terreno, e ver o rasto dos Botocudos, e quando estava para seguir, lembrou-se talvez que poderia ser uma cilada que lhe armava. Disse-me que ele não ia, porém que mandava dois de sua gente para lhe informar do que havia o que, com efeito, fez, e voltando estes dois homens antes de ontem a noite, verificaram que pelo rasto que viram e mais sinais que apareceram [ilegível] era iminente o perigo daqueles moradores.

23

A convivência entre não indígenas e Kaingáng vinha de tempos. O Cacique Doble inclusive falava um pouco da Língua Portuguesa e percebemos que o mesmo sentia-se a vontade entre a população nacional, podendo inclusive negociar com o Delegado de Lages sua investida contra os Xokleng:

Depois dessas informações me disse o Doble que estava pronto para esta diligência se convencionássemos sobre o trato. Em seguida pediu-me 4 patações em dinheiro para cada homem de sua gente, o que depois ficou em 3 patações, sendo o pagamento em fazendas, cujo trato conclui com ele, pediu-me mais uma meia dúzia de facas grandes para fazer lanças, o que lhe mandei dar, de maneira que ontem de tarde seguiu com vinte e tantos

²² SCHEIBE, Fernando. **Ofícios dos delegados e subdelegados de polícia ao Presidente da província. (1842-1892)**. Arquivo Público de Santa Catarina, 1996, p. 24-25.

²³ Idem, Ofício do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho de 24 de fevereiro de 1855, p. 26-27. A linguagem e grafia do século XIX diferenciam-se da atual. Optamos por redigi-lo conforme a grafia atual.

homens e duas mulheres para a fazenda dos tributos à duas léguas de distância desta vila, deixando todos os velhos, mulheres e crianças no acampamento perto da Vila. (...). Acompanharam o Cacique, como reserva dez homens nossos.²⁴

Nesse processo encontramos um termo comum de interesse para os três grupos: a araucária. Seja por sua semente (o pinhão), seja pela utilização da madeira. Esses dados foram reunidos aqui contemplando informações detalhadas sobre fatos que contam a história dos Xokleng e do Estado, principalmente na relação desses com o Meio Ambiente.

Buscamos um levantamento bibliográfico, que acreditamos ser o método inicial para a realização de qualquer pesquisa. Isso para tomarmos conhecimento dos trabalhos que já abordaram o tema, assim como ter contato com alguns que estivessem dentro de nossa proposta e que pudessem nos auxiliar a alcançarmos nosso objetivo.

Partindo da proposta, uma bibliografia referente às florestas de araucária foi levantada, cabendo destacar a dissertação de Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, já citada, de título “O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações”²⁵. Essa dissertação abriu os caminhos para que nosso trabalho pudesse ser elaborado. Além dessa, o trabalho de título “Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages”²⁶ de Estelamaris Agostini nos auxiliou no entendimento da região em estudo e possibilitou o caminho para outras bibliografias. Cabe também ressaltar o livro “Araucária: a floresta do Brasil Meridional”²⁷, rico em imagens e informações que nos foram essenciais.

Sobre a questão indígena no Estado de Santa Catarina, os trabalhos que analisamos trazem um histórico sobre os indígenas e fazem referência ao período estudado. As obras de Sílvio Coelho dos Santos, “Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng” e “Os Índios Xokleng: memória visual” além da já mencionada obra de Rodrigo Lavina “O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestão para os arqueólogos” contribuíram bastante. Logo, uma bibliografia de apoio que trate sobre os Kaingang foi

²⁴ Ibidem,

²⁵ CARVALHO, op. cit.

²⁶ AGOSTINI, Estelamaris. **Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages**. Florianópolis, 2001. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁷ KOCH, Zig e CORRÊA, Maria Celeste. **Araucária: a floresta do Brasil Meridional**. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2002.

também levantada. Para introduzir os estudos sobre os Kaingáng, contamos com os trabalhos: “Nosso Vizinho Kaingáng”²⁸ e “O ciclo de vida Kaingáng”²⁹, ambos de Ana Lúcia Vulfe Nötzold. Além desses, uma bibliografia considerada clássica acerca do Kaingáng também foi utilizada, como por exemplo: “Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul”³⁰ de Pierre F.A. Booth Mabilde e “Actualidade indígena”³¹ Telêmaco Borba.

Utilizamos como fontes, elementos iconográficos (mapas, desenhos e fotografias), relatos de viajantes e também documentos oficiais que nos remetem aos contatos interétnicos no Estado dentro de nossa delimitação temporal e espacial. A pesquisa no Arquivo Público de Santa Catarina foi de grande importância para o trabalho. Consta no Arquivo Público do Estado, uma Edição de Fontes chamada “Repertório sobre os índios”, um trabalho filológico que transcreve na íntegra os documentos selecionados sobre índios dentro dos Relatórios de Delegados e Subdelegados de Polícia para o Presidente da Província entre os anos 1842 e 1892. Um trabalho semelhante resultou de nossa pesquisa nesse mesmo Arquivo, pois catalogamos e transcrevemos os Ofícios de Chefes de Polícia e Juizes de Direito relativos aos indígenas entre os anos de 1842 e 1866. Além desses documentos, continuamos nossa análise, ampliando a pesquisa dos Ofícios dos Chefes de Polícia até 1914, os Relatórios e Falas dos Presidentes da Província e Governadores do Estado entre 1850-1915, Ofícios diversos para o Presidente da Província e Governadores do Estado, além de pesquisar em jornais locais (do planalto, como O Lageano) e estaduais, como O Estado. Também foi nossa preocupação a utilização da grafia atual no uso das citações dessas fontes. Essa opção se deu apenas para facilitar a leitura.

Para a realização de um estudo histórico que tem como sujeitos os povos indígenas e também o meio-ambiente, o historiador caminha em uma linha bastante tênue, entre a História e a Antropologia. Nesse sentido, utilizamos uma bibliografia de apoio teórico para clarear alguns conceitos com os quais trabalhamos, como por exemplo, as obras:

²⁸ NÖTZOLD. Op. cit.

²⁹ NÖTZOLD, Ana Lúcia (org). **O ciclo de vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

³⁰ MABILDE, P. F A B. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul: 1836-1866**. São Paulo: IBRASA: [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

³¹ BORBA, T. **Actualidade Indígena**. Curitiba, PR: Tyo. E Lytog. A vapor. Impressora Paranaense, 1908.

“Cultura, um conceito antropológico”³², “Identidade, etnia e estrutura social”³³, “O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestão para os arqueológicos”³⁴, e “A idéia de cultura”³⁵, entre outros.

Estudar a cultura de um povo é uma tarefa um tanto quanto complicada, principalmente se buscamos relacionar essa cultura com o meio-ambiente onde esta se desenvolveu. Essa complexidade começa pela própria conceituação da palavra cultura. Segundo Eagleton “cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua (do autor, língua inglesa), e ao termo que é por vezes considerado seu oposto – “natureza” – é comumente considerado o mais complexo de todos”³⁶. Eagleton complementa ainda que as duas palavras, cultura e natureza, mesmo sendo muitas vezes utilizadas como opostas uma da outra, estão sempre juntas na definição: “embora esteja atualmente em moda considerar a natureza como derivado da cultura, o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado de natureza”³⁷.

No tratamento às fontes, buscamos apoio na metodologia da etnohistória, “disciplina que está recentemente se constituindo no Brasil. Aborda a história indígena na sua diversidade, servindo-se da história oral, documental, mitológica e lingüística”³⁸. Dessa maneira, foi necessário utilizarmos as técnicas da Análise de Discurso, que “em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu contexto, visa a articular sua enunciação sobre certo lugar social”³⁹.

É importante salientar que as fontes que utilizamos constituem documentos oficiais, com finalidades específicas. Também devemos levar em conta o período o qual nos propomos a estudar. Tanto os documentos oficiais quanto os jornais, foram escritos sob o ponto de vista do não indígena. Desse modo, encontramos nesses documentos o que a Análise de Discurso chama de silêncio, em relação ao indígena. O

³² LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

³³ OLIVEIRA, op.cit.

³⁴ LAVINA, Rodrigo. Op. cit.

³⁵ EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

³⁶ Idem, p. 9.

³⁷ Ibidem.

³⁸ NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **O ciclo...**, op.cit. p.2.

³⁹ MAINGUENEAU, D. **Termos chave da análise do discurso**. Tradução Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 13.

silêncio nesses termos não indica um não-aparecimento dos indígenas na redação dos textos. Aparecendo muitas vezes com termos pejorativos, os indígenas (chamados de bugres, selvagens, gentios, silvícolas), permeiam boa parte dos documentos analisados. O que ocorre é um silêncio entendido dentro da Análise de Discurso como uma construção para dar sentido ao tratamento do outro, ou seja, o não-indígena escrevendo para representar e dar sentido ao indígena. Assim entende-se o uso dos termos pejorativos e a ênfase dada aos acontecimentos violentos protagonizados por indígenas e não-indígenas. Sendo assim, concordamos com Eni Orlandi quando chama esse fenômeno de “política do silêncio. Isto é, o silenciamento”⁴⁰, ou ainda quando coloca que “todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”⁴¹. De maneira mais clara, podemos dizer que para se escrever sobre os indígenas naquele momento, foi necessário deixar de escrever uma série de outras coisas. Foi escolhido o que dizer, para ir ao encontro das finalidades pretendidas com o texto. Essas noções teóricas de como tratar um documento dentro da Análise do Discurso, respondendo as questões: quem escreveu; para quem escreveu; onde escreveu; quando escreveu e o que deixou de escrever, nortearam a análise documental nesta pesquisa.

Ainda em se tratando do embasamento teórico, como trabalhamos na perspectiva de analisar as matas de araucárias e a influência dessas na cultura e na trajetória histórica dos Xokleng, abordaremos também alguns teóricos e trabalhos da História Ambiental, que pode de maneira ampla ser conceituada:

Assim, definida etimologicamente, a história ambiental lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana. Ela estuda todas as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário.⁴²

No que diz respeito ao objetivo do trabalho, que foi se concentrar na relação cultura/natureza/história no caso dos Xokleng, a História Ambiental veio incrementar nossa pesquisa, enriquecendo a base teórica e ampliando as linhas de discussão acerca do tema. Trabalharemos com

⁴⁰ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos**. São Paulo, UNICAMP, 4ª edição, 1997, p. 30.

⁴¹ Idem, p. 11.

⁴² WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. In: **Ambiente e sociedade**, v. 5, n. 2. 2003, p. 25. Disponível em: <www.sielo.br> Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

o meio social, imbuído no meio natural, e ambos conduzidos por um fio, que é a matéria-prima do historiador: o tempo. Porém, de que tempo estamos falando? O geológico ou o social? José Augusto Drummond, discutindo sobre a História Ambiental abre espaço para esta questão. Colocando que por muito tempo, o tempo da História Natural e os fatos naturais não se misturavam com os fatos sociais. Para ele, é um dos trabalhos da História Ambiental o acerto dos ponteiros dos relógios do tempo geológico e do social. Nesse caso para nós:

Precisa ficar claro que pensar sobre a relação entre “tempo geológico” e o “tempo social”, combinar a história natural com a história social, colocar a sociedade na natureza, enfim – implica *necessariamente atribuir aos componentes naturais “objetivos” a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas*.⁴³

Isso porque, segundo ele, o tempo das culturas humanas está contido num tempo geológico muito mais amplo, e não pode ser ignorado pelas ciências sociais⁴⁴.

Além da relação cultura/natureza e o tempo, outros meios de abordagens da História Ambiental fazem parte do trabalho que estruturalmente consta da introdução, três capítulos, as considerações finais e a relação de fontes e bibliografias.

O primeiro capítulo recebeu o título de “Nossos Sujeitos Históricos”. Neste capítulo, discorreremos sobre os três grupos que “entre as matas de araucárias” estabeleceram contatos. O capítulo foi dividido em três partes. A primeira apresenta os Kaingáng, abordando a pré-história, a localização, língua, cultura material/imaterial e para complementar, dados sobre a atualidade dos Kaingáng do Estado.

Em seguida tratamos dos Xokleng. Assim como fizemos com os Kaingáng, através de um texto sucinto, buscamos abordar a pré-história, a localização de seu território com auxílio de mapa, a língua, cultura material/imaterial, destacando o nomadismo e a coleta do pinhão. Além disso, o texto reserva um espaço para discorrer sobre as atualidades desse povo.

Na terceira parte abordamos os colonos do planalto. Tratando também sobre a história do planalto serrano de Santa Catarina, principalmente a história de Lages, pois, no século XIX e início do XX,

⁴³ DRUMMOND, José Augusto. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n. 8, 1991, p. 180.

⁴⁴ Idem, p. 179.

sua área abrangia grande parte do planalto centro-sul catarinense. O texto buscou contemplar o povoamento de Lages, localização, evolução do município e do Estado de Santa Catarina.

Como um dos sujeitos principais de nosso trabalho, para as araucárias foi reservado um capítulo, tomando-a como “sujeito histórico”. Sujeito histórico entendido dentro da História Ambiental, que busca descer mais fundo em sua análise. Desse modo:

Os historiadores ambientais insistem em dizer que devemos ir mais ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história. Aí descobriremos forças mais fundamentais atuando sobre o tempo. E para apreciar essas forças, devemos de vez em quando deixar os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir todas as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre⁴⁵.

Sendo a floresta de araucárias palco para os acontecimentos estudados aqui, nesse capítulo apresentamos a araucária não apenas como uma árvore de valor comercial, e sim destacamos o seu papel como testemunho dos contatos entre diferentes sujeitos históricos. O capítulo aborda desde a localização da chamada Floresta Ombrófila Mista às suas características, discorrendo ainda sobre as espécies vegetais e animais que estão associados à Mata de Araucárias. Essas espécies, tanto animais quanto vegetais também têm importância para os indígenas e colonos. Nesse capítulo incluímos a relação entre os Xokleng e essa espécie, bem como os Kaingáng, discorrendo acerca do método de coleta do pinhão e sua interferência na produção cultural de ambas as etnias. Além disso, abordaremos nesse capítulo a importância econômica da araucária, e a exploração dela já no século XIX.

Encerrando o trabalho, temos o capítulo “Natureza, cultura e história: a araucária na cultura Xokleng”. Retornando com maior destaque aos Xokleng, ao hábito do nomadismo e do uso do pinhão como alimento e também os contatos decorrentes dessas características, que ocorreram tanto no Vale do Itajaí, como no Planalto do Estado. É neste capítulo que, as fontes e a bibliografia melhor nos contam a trajetória Xokleng. Como não ampliamos nosso recorte temporal, optamos por acrescentar nesse capítulo um item intitulado de “De nômades a sedentários: apontamentos para além de nosso recorte

⁴⁵ WORSTER, Donald. Para se fazer história Ambiental. In: **Estudos históricos**. Vol. 4, n. 8, 1991, p. 198.

temporal”, onde procuramos dar algumas informações sobre os contatos interétnicos pós 1914, a situação Xokleng após a pacificação e aldeamento e também da situação da Mata de Araucárias no Estado, informações que abrem possibilidades para novas pesquisas.

Nas considerações finais retomamos alguns pontos principais da pesquisa e apresentamos nossas conclusões. Terminamos o texto esperando que o mesmo possa contribuir para um melhor entendimento de como se processou historicamente a ocupação do não indígena nas terras onde hoje se encontra o Estado de Santa Catarina, dos contatos com os indígenas devido à essa ocupação além do papel da araucária dentro deste contexto.

1 NOSSOS SUJEITOS HISTÓRICOS

Neste capítulo abordaremos os três sujeitos principais de nossa pesquisa separadamente: Kaingáng, não indígenas e Xokleng.

Iniciaremos a apresentação de nossos sujeitos históricos pelos Kaingáng, etnia indígena de grande representatividade no quadro étnico do Estado de Santa Catarina. Em seguida um breve histórico dos Xokleng será apresentado, isso por que parte de sua história será abordada no terceiro capítulo, quando cruzaremos os dados arrolados na pesquisa com as informações de literatura de trabalhos anteriores. A última e maior parte desse capítulo conta a história da formação espacial da região em estudo e da formação de sua população.

1.1 O povo da cor da terra

Segundo os mais velhos (kofa), na terra ainda não existia o ser humano. Certo dia, bem de manhãzinha quando o Sol estava nascendo, a terra se abriu formando um buraco e nasceu um grupo, olharam e viram o arredondado do Sol e deram ao grupo o nome de kanhru.

À tarde, quando o Sol estava se pondo, a terra tornou a se abrir formando outro buraco e nasceu outro grupo, que olharam e viram os raios do Sol e deram o nome do grupo de kamé.

Esses dois grupos se uniram e estão vivendo até hoje e por isso que o povo Kaingáng tem a cor da terra⁴⁶.

Dessa maneira, é explicada a origem do povo Kaingáng através da oralidade. Oralidade que se mantém viva dentro da comunidade Kaingáng que pudemos observar em saída de campo em 23 de abril de 2007, na qual visitamos a Terra Indígena Xapecó. Essa é a mesma prática, que antes do desenvolvimento da escrita Kaingáng, transmitia a cultura desse povo através das gerações. Observando a prática da oralidade, Pierre Mabilde assim registrou suas impressões sobre os Kaingáng: “têm uma memória excelente, de que se valem para passar, de pai para filho, suas reminiscências, a tradição oral, o ódio e o sentimento de vingança que nutrem contra seus inimigos”⁴⁷. É bem

⁴⁶ NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe e MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. (organizadoras). **Ouvir memórias contar histórias: mitos e lendas Kaingáng**. Santa Maria: Pallotti, 2006, pp. 22-23.

⁴⁷ MABILDE, Pierre, F.A. Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul; 1836-1866**. São Paulo: IBRASA: [Brasília]: INL, Fundação Pró-memória, 1983, p. 23.

provável que o ódio pelos inimigos ao qual Mabilde se refere, é o ódio nutrido especialmente contra os Xokleng, seus inimigos históricos, pelo menos até quase metade do século XX. Por outro lado, essas impressões colocam uma característica para os historiadores que pretendem estudar povos indígenas: a falta de documentação escrita, que tenha sido redigida por eles.

Assim, a dificuldade em se fazer uma pesquisa histórica dos povos indígenas do Brasil começa com o seguinte problema: como estudar a história dos povos sem escrita? É sabido que as populações indígenas que se encontravam no Brasil no século XVI (1500), ou seja, na época do “descobrimento” não faziam uso de símbolos gráficos para representarem seus sons. Uma das soluções encontradas, segundo Rodrigo Lavina, principalmente no estudo de culturas contemporâneas, é utilizar as teorias e métodos da etnohistória, que reúne técnicas vindas de outras disciplinas para escrever a história de povos sem escrita. São as ferramentas utilizadas pela etnohistória as fontes orais como narrativas míticas e heróicas, músicas e poesias conservadas na memória do grupo, entre outras fontes, como a documentação produzida por ocidentais através de relatos de viajantes e crônicas que descrevem o “outro”. Outra disciplina bastante importante para esses estudos, principalmente quando a cultura estudada não mais existe é a Arqueologia. Esta disciplina reconstitui a história dos povos passados através dos vestígios que eles deixaram como construções, cemitérios e artefatos utilitários como ferramentas e cerâmica⁴⁸. É através desses mecanismos e técnicas de análise que pretendemos conhecer a história do povo que ocupou a maior parte do território coberto pela floresta com araucária.

Estudos realizados com o auxílio da arqueologia, nos informam que a partir de 6.000 Antes do Presente (A.P.) na região correspondente ao sul do Brasil, encontravam-se grupos com uma mesma concepção de mundo, uma mesma tradição, que era totalmente relacionada com o ambiente. Essa tradição é chamada de tradição Humaitá⁴⁹. São grupos de caçadores-coletores pertencentes ao tronco lingüístico Jê e tudo indica que, Kaingáng e Xokleng descendem dessa tradição. Com o passar dos séculos, apresentaram grandes transformações culturais; começaram a

⁴⁸ LAVINA, Rodrigo. *Antes dos carijó – a Tradição Tupiguarani em Santa Catarina vista pela Arqueologia*. In: BRANCHER, Ana; Sílvia Maria Fávero Arend, organizadoras. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

⁴⁹ NOTZOLD. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004, p. 46.

trabalhar com a cerâmica, apresentaram uma agricultura de subsistência e começaram a habitar casas subterrâneas.

Em estudo comparativo entre as cerâmicas Kaingáng e Xokleng, Fabíola Andréa Silva observa que os Kaingáng têm preferência pela utilização de uma argila de coloração escura, localizada nos estratos inferiores das barrancas à margem dos cursos d'água. No processo de tratamento da matéria-prima eles amassavam, retiravam as impurezas. Há informações sobre a utilização de areia grossa e cacos de cerâmica triturados. Na construção de vasilhames, esta se inicia sobre uma base modelada e os corpos seriam formados pela justaposição de roletes de argila, que eram modeladas com auxílio de água ou saliva e alisados com um instrumento que poderia ser um seixo, uma concha ou um pedaço de madeira. Depois era secada à sombra e queimadas ao ar livre, com a peça envolta em um cesto ou coberta por galhos. O acabamento apresenta variações, sendo que as peças poderiam ser escuras, (efeito conseguido pela exposição à fumaça e posterior polimento com palha de milho) ou poderiam apresentar acabamento angulado, repicado (feito com casca de caramujo) e desenhos vermelhos (traços retos).⁵⁰

As casas subterrâneas, (abrigos para morar e protegerem-se do frio) são marcas desse povo, e são datadas desde 2000 A.P. Segundo Marcos Antonio da Silva, “muitos desses abrigos sobreviveram ao tempo e podem ser vistos atualmente”,⁵¹ e dentro dessas estruturas que encontramos restos de fogueiras, fragmentos de cerâmica e material lítico. Sobre as casas subterrâneas, temos também que:

Habitações subterrâneas foram uma criativa solução que esse grupo encontrou para escapar do inverno rigoroso. Elas também podem servir como esconderijo e proteção do diversificado ambiente, no qual o pinhão forma a base da abundante comida, que inclui a caça de pequenos animais e o cultivo de milho.⁵²

⁵⁰ SILVA, Fabíola Andréa. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingáng e Xokleng. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELI, Francisco S. e TOMMASINO, Kimiye. **Uri e Wãxi – Estudos Interdisciplinares dos Kaingáng**. UEL, Londrina: Editora da Universidade de Londrina, 2000, pp. 59-80.

⁵¹ SILVA, Marcos Antonio da. De onde vem esse povo da cor da terra: In: NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe e MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. (organizadoras). **Ouvir memórias...**, p. x.

⁵² “Subterranean dwellings were the creative solution this group found to escape the rigors of winter. They may also have served as trench hideouts used to defend this rich and diversified environment, in which pine nuts formed a basis of abundant food supplies which included the hunting of small animals and the cultivation of corn”. Tradução do autor.

A seguir podemos visualizar um modelo de como eram construídas as casas subterrâneas.

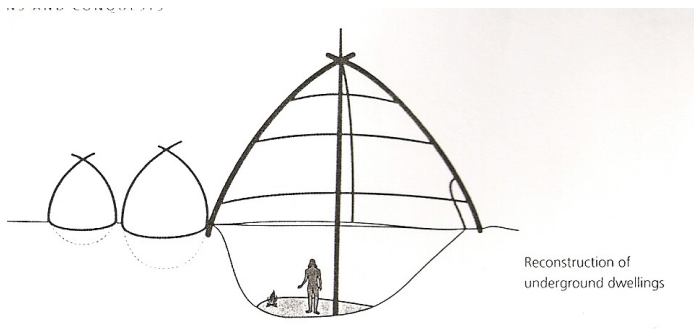


Figura 1: Reconstituição de uma habitação subterrânea. In: HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia. **Prehistory of Brazil**, op. cit. p. 100.

Apesar do trabalho e o dispêndio de energia na construção das casas subterrâneas, que envolvia homens e mulheres na remoção de toneladas de terra, havia uma recompensa nisso tudo quando as casas ficavam prontas: “os jê foram capazes de se abrigar em suas casas, protegidos de frio e escondidos dos intrusos”⁵³, que poderiam perfeitamente ser os Xokleng.

Além das inovações tecnológicas apresentadas, tem-se a iniciação da prática da horticultura. Segundo Ana Lúcia Vulfe Nötzold, essa foi a inovação mais importante, e se deu com o acúmulo de informações de várias gerações que já tinham algum conhecimento das plantas, graças ao hábito e a importância da coleta de raízes e frutos, ou mesmo pelo contato com grupos tupi-guarani que já tinham conhecimento desta técnica.⁵⁴ Além de caçadores-coletores, os Kaingáng tornaram-se pequenos horticultores, e cultivavam além do milho, feijão e abóbora. Plantavam com a técnica da coivara, pois após derrubarem a vegetação ateavam fogo, realizando o plantio em seguida. Com esse domínio, puderam conhecer outras propriedades das plantas, como as curativas e

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia. **Prehistory of Brazil**. Translated from the Portuguese by Hugo Moss. Rio de Janeiro: Manati, 2007, p. 99.

⁵³ Idem.

⁵⁴ NOTZOLD. **Nosso vizinho...** op.cit p. 49.

as alucinógenas. Mabilde coloca que os Kaingáng pouco conhecem (conheciam, visto que seu trabalho e sua vivência com os Kaingáng é do século XIX) a arte de curar. As mulheres mais velhas é que em poucos casos de moléstia aplicam meia-dúzia de remédios vegetais que conhecem⁵⁵.

Com o tempo, as casas subterrâneas foram dando espaço a uma nova estrutura de habitação. Essa nova estrutura era formada por ranchos com vários tamanhos. Eram cobertos por folhas de jerivazeiro, ou fetos arborescentes. O tamanho era proporcional ao número de indivíduos que iam comportar, não possuíam divisão interna e possuíam abertura em ambos os lados. Nesses ranchos viviam o cacique e os índios com mulher (esposa). Já os indígenas sem mulher (esposa) viviam cada um em um rancho. Esse rancho, construído a partir de 3 varas e cobertos com folhas, possuía o formato de um quarto de esfera. Além disso, também era a forma de construir habitações temporárias durante os pequenos deslocamentos⁵⁶.

A denominação aqui utilizada, ou seja, o termo “Kaingáng” surgiu ao que tudo indica na literatura através de Telêmaco Borba em 1882. Em 1904 ele próprio garante a si o pioneirismo em artigo intitulado de “Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná”, onde coloca que:

O primeiro que deu-lhes o verdadeiro e genérico nome de Kingangues penso que fui eu. Os que aldearam no Jatahy chamam-se “Kingangues-pê”, isto é, Kingangues legítimos, verdadeiros; mas, entre eles distinguem-se em Camés, Cyurucrês e Kaingangues. Os que habitam nas imediações de Guarapuava e Palmas chamam-se Camés. Os da zona compreendida entre os rios Piquiri e Iguassu Xocrês, e os da margem direita do Paranapanema “Nhakfáteitei”. Entretanto, falam todos a mesma língua usam as mesmas armas e utensílios e tem os mesmos costumes⁵⁷.

Porém, Lúcio Tadeu Mota questiona esta hipótese, pois em seu trabalho apresenta outras personagens que escreveram e tiveram contato com os Kaingáng e que já se utilizavam dessa nomenclatura, como Frei

⁵⁵ MABILDE, P. 131.

⁵⁶ Idem, pp. 37-41

⁵⁷ MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação Kaingáng na literatura antropológica, histórica e lingüística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva. (organizadores) **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng**. Londrina: Edel, 2004. p. 4.

Cimitile em 1882, e Taunay em 1886, ou mesmo o engenheiro Franz Keller, em 1865⁵⁸.

Antes do uso corrente do termo, os Kaingáng foram denominados de Gualachos e Chiquis, pelos padres jesuítas no século XVII, Gauianás por parte da literatura histórica do final do século XIX e XX e também do termo genérico “Bugre”. Mabilde coloca o termo como de uso comum para designar os “indígenas selvagens” e que deve ter surgido do grito de alerta que os indígenas deram ao se depararem com os primeiros homens brancos⁵⁹. Porém, o que ficou marcado como a principal denominação Kaingáng foi o termo “Coroadó”, devido ao modo de cortarem o cabelo em forma de coroa, como os padres franciscanos. Apesar de ser freqüente o uso desse termo na literatura e nas fontes pesquisadas do século XIX e início do XX, em seu trabalho, Mota⁶⁰ coloca que o termo não era de agrado dos indígenas que chamavam a si mesmos de Kaingáng.

Apesar de ser difícil delimitar a área que um grupo indígena ocupou, principalmente os grupos nômades ou semi-nômades, temos pesquisas como as Ítala Becker e de Ana Lúcia Vulfe Nötzold que apontam que:

O território histórico dos Kaingáng estendia-se por um vasto espaço geográfico, sendo encontrados grupos Kaingáng desde a costa de São Paulo – a de Angra dos Reis até Cananéia, junto com grupos Tupi-Guarani – até o território de Misiones na Argentina.⁶¹

Esse território, que no Estado de Santa Catarina corresponde à região do meio-oeste para o oeste, se caracterizava pela presença de araucárias, que supria a base da alimentação dos grupos humanos dessa região. Além disso, a região provia os habitantes de fauna de pequeno e médio porte para caça, que foi fundamental na sobrevivência desses grupos.

No mapa apresentado na figura 2, adaptado de Ítala Becker, temos como visualizar o território histórico Kaingáng, observando que o mesmo abrange além de Santa Catarina, o Paraná, Rio Grande do Sul e Argentina. Além disso, o mapa localiza os aldeamentos no Rio Grande do Sul.

⁵⁸ Idem, pp. 6-9.

⁵⁹ MABILDE, op.cit. p. 7.

⁶⁰ MOTA, op. cit., p. 6-7.

⁶¹ NOTZOLD. **Nosso Vizinho...** op.cit, p. 66.

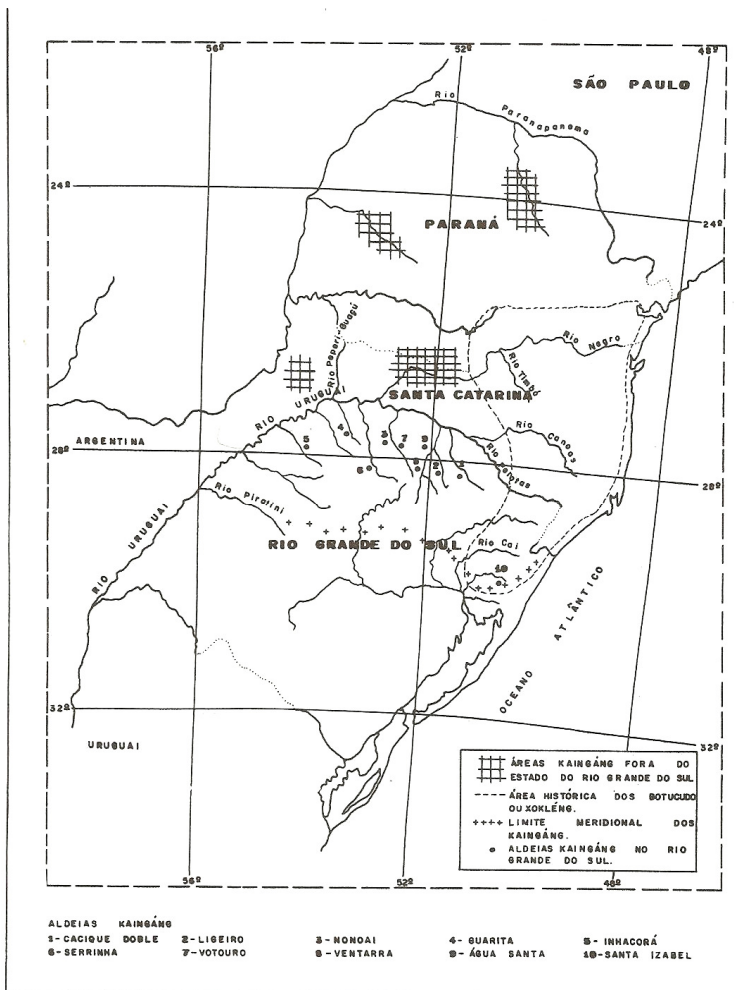


Figura 2: Mapa do território Kaingang e aldeamentos no Rio Grande do Sul. In: BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995, p. 32.

Porém, outro mapa, bastante importante é apresentado na figura 3, no qual observamos a presença dos Kaingáng no que se refere ao atual Estado de Santa Catarina e também, diferentemente do mapa anterior, acrescenta a região de São Paulo como parte do território Kaingáng. Esse mapa foi publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da análise de 973 obras do alemão Curt Nimuendajú⁶². O território Kaingáng está representado pela faixa escura transversal que corta o mapa no oeste do Estado. Do mesmo modo, podemos perceber o território ocupado pelos Xokleng, na figura o termo usado para designá-los é Botocudos. Este está representado no mapa pelo semicírculo também escuro localizado na região próxima ao litoral.

Percebemos ao compararmos os dois mapas que não é exato a localização do território Kaingáng. Porém os dois se aproximam bastante, mostrando que o território era extenso, e que não havia comunicação com o litoral. No mapa de Nimuendajú, o território Xokleng fica restrito à Santa Catarina, o que veremos mais adiante, há divergências.

⁶² Curt Nimuendajú nasceu em Jena, na Alemanha, em 1883. Seu sobrenome era Unkel. Veio para o Brasil em 1903. Nimuendajú, nome que passou a usar em sua assinatura, e com o qual se naturalizou brasileiro, recebeu-o dos guaranis. De 1905 a 1945, quando morreu, esteve em pesquisa de campo todos os anos, com exceção do período 1943-44, por motivo de saúde. Trabalhou no seu mapa etno-histórico nos anos de 1942 a 1944, desenhando ele mesmo três exemplares, um para a Smithsonian Institution, outro para o Museu Paraense Emílio Goeldi e outro para o Museu Nacional. O mapa, baseado na consulta a 973 obras, distingue as sociedades indígenas segundo a classificação lingüística, situa a mesma sociedade em mais de um local conforme seu deslocamento ao longo do tempo, anotando sob seu nome o ano em que ali estava. Esse trabalho minucioso, resultante de paciência e dedicação, foi finalmente publicado pelo IBGE em 1981, com a colaboração da Fundação Nacional Pró-Memória. Teve pelo menos mais uma edição. Disponível em: < <http://www.geocities.com/julielatti/notas/n-nimuen.htm> > Acesso em: 22 de novembro de 2008.

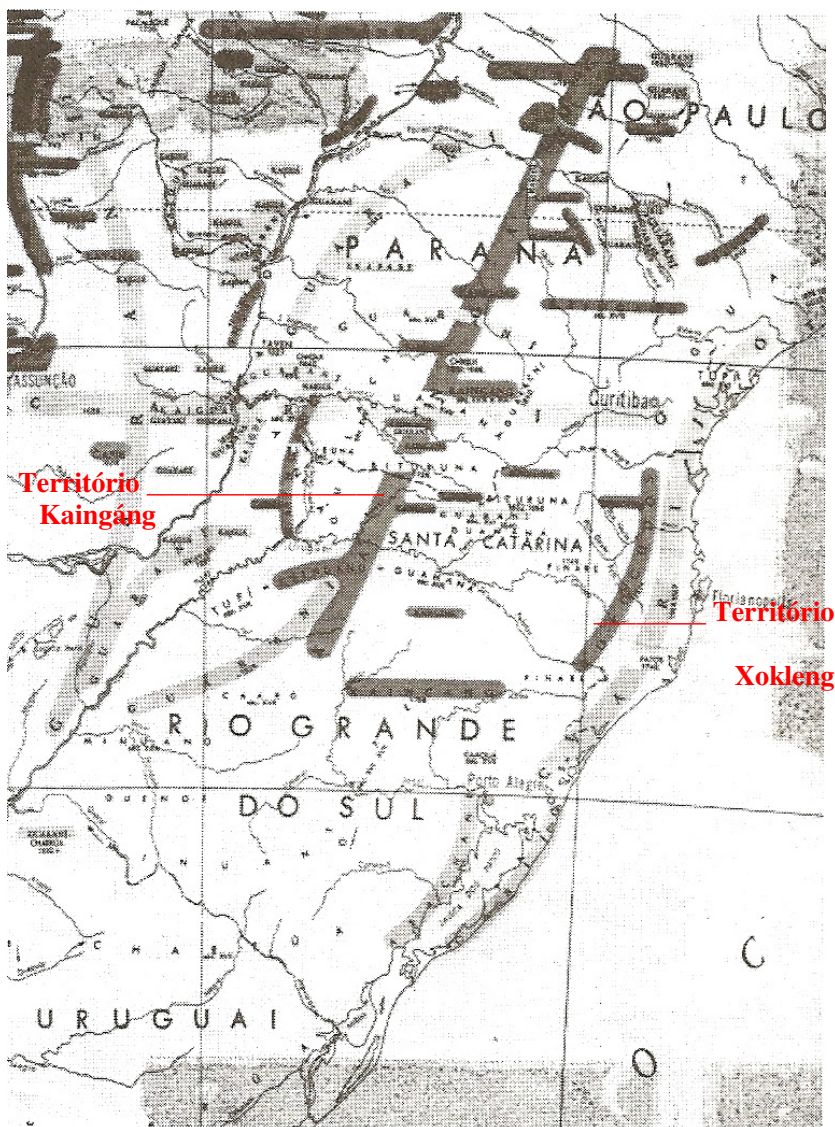


Figura 3: Mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú – 1944, adaptado de Ana Lúcia Nötzold. *Nosso Vizinho Kaingáng*, p. 67.

O mais importante é sabermos que dentro desse território, os Kaingáng desenvolviam sua cultura. Cultura esta que pode ser de cunho material ou imaterial. A base da cultura Kaingáng era a divisão, já citada, de duas metades opostas: Kamé e Kairu. Essa divisão norteava e norteia a vida social e ritualística dos Kaingáng. As duas metades casam-se entre si, ou seja, Kamé casa-se com Kairu e vice-versa.

A vida de um indígena é marcada por ritos de iniciação e de passagem. Do nascer ao morrer, norteados pela divisão entre kamé e kairu, traçam as marcas de sua cultura.

Quando estavam para ter filhos, as mulheres Kaingáng mantinham-se em um rancho isolado, em uma das extremidades da aldeia, e ali, a não ser que fosse o primeiro filho para ter assistência de uma mulher mais velha do cacique principal, tinham-no sozinha. Após o nascimento, uma das mulheres da tribo levava o recém nascido para um banho no rio mais próximo e em seguida o devolvia a mãe. No dia seguinte ao parto, a mulher regressa ao rancho do homem a quem ela pertence.⁶³ A mulher apresenta o filho ao pai e este o batiza, dando-lhe um nome. Os nomes dados aos filhos geralmente não passavam de uma palavra, que raramente podem ser traduzidas para a língua portuguesa.⁶⁴

O casamento baseava-se em regra própria, obedecendo à união das metades opostas Kamé e Kairu. Segundo Mabilde, os Kaingáng praticavam a poligamia, porém só o cacique é que poderia ter mais de uma mulher. As moças casavam cedo, entre 11 e 12 anos, e os rapazes por volta dos 18.

No passado as mulheres eram consideradas pelo grupo como peça social para a troca, seja para a obtenção de algum objeto desejado, para se conseguir influência ou privilégio através de acordos ou tratados entre grupos kaingáng, ou como prêmio, quando se tornava cacique subordinado, por isso muitas vezes o cacique interferia na escolha do casal.⁶⁵

Sobre as cerimônias fúnebres, Mabilde coloca que o cadáver é levado ao local de sepultamento onde o corpo era colocado na cova em posição de um homem sentado, com frente voltada para o ocidente. Junto ao morto eram colocados seus pertences. Apesar de simples, os Kaingáng mantêm imenso respeito aos mortos, sendo que o dia de um

⁶³ MABILDE, op. cit, pp. 50-54.

⁶⁴ Idem, p. 73.

⁶⁵ NÖTZOLD, Ana Lúcia (org). **O ciclo de vida Kaingáng**. Florianópolis, Imprensa Universitária da UFSC, 2004, p. 33.

funeral é um dia sagrado, de armistício inviolável, mesmo quando estavam em guerra⁶⁶.

Ainda a respeito da relação dos Kaingáng com a morte, temos o ritual do Kiki, uma das manifestações que mais caracterizam os Kaingáng. No ritual todos participavam, inclusive mulheres e crianças e serve para romper os laços entre os vivos e os mortos. O ritual acontecia entre abril e junho. Os responsáveis pelo ritual do Kiki eram os rezadores e cantores. O nome do ritual é o mesmo da bebida ingerida durante a ocasião. Trata-se de uma bebida fermentada em cocho de araucária, sendo o mel silvestre seu ingrediente principal. Durante o ritual a população se desloca até o cemitério. Porém, somente os rezadores e dançadores entram e dançam sobre a sepultura do morto, sendo que os demais aguardam em silêncio do lado de fora. Em seguida voltam ao aldeamento, acendem fogueiras, dançam até ao amanhecer, quando abrem o cocho e tomam a bebida fermentada.⁶⁷ O respeito aos mortos também se manifestava pelo luto, que familiares seguiam através do isolamento.

As manifestações culturais se davam nessa sociedade que assim se organizava: a população dividia-se em pequenas tribos, constituídas de 50 a 100 indivíduos. Cada tribo tinha seu cacique, mesmo assim estavam subordinadas a uma autoridade superior, um cacique principal que era chefe de todas elas. Segundo Mabilde, quando estabeleciam um alojamento permanente, o cacique principal indicava os lugares onde cada tribo deveria ocupar na mata de pinheiros. Muitas vezes a distância entre as tribos poderia chegar a mais de um dia de viagem. Porém, era comum o hábito das visitas de integrantes da tribo do cacique principal às outras tribos e vice-versa⁶⁸.

A respeito da divisão dos kaingáng em tribos, Mabilde ainda chama a atenção para as guerras intertribais, e coloca que:

Ainda que todos os coroados tragam o mesmo distintivo da cabeça tonsurado e o cabelo cortado da mesma maneira, pertencendo assim à mesma nação, muitos não são amigos e pode-se dizer, sem correr o risco de errar ou exagerar, que entre tribos na sua grande maioria, existe sempre rivalidades, mais ou menos fundamentadas.⁶⁹

⁶⁶ MABILDE, p. 113.

⁶⁷ NÖZOLD. **O ciclo de vida Kaingáng**..., pp. 59-60.

⁶⁸ MABILDE, pp. 43-45.

⁶⁹ Idem, p. 45.

A razão de tais guerras, que as tribos promovem, é devido às desavenças de antepassados dos mesmos. Essas desavenças quase sempre foram motivadas pelo fato de um indivíduo ter seduzido uma mulher de outra tribo.⁷⁰

Sobre a cultura material, temos que a produção de objetos pelos Kaingáng obedece a um caráter utilitário e também ritualístico. Observamos que mesmo com o clima frio do Sul do Brasil, que é agravado pela altitude da região ocupada pelos Kaingáng, esse grupo, segundo Mabilde não fazia uso de vestimentas, assim como não utilizavam objetos decorativos de espécie alguma.⁷¹ Diferente do que informa Mabilde, em outro trabalho encontramos acerca desse assunto que:

As mulheres vestiam-se da cintura para baixo com uma tanga tecida com fibras extraídas de urtiga. (...), no dia-a-dia, os homens andavam completamente nus. Muitos usavam um cordão feito de urtiga brava na região do baixo ventre e amarravam cipós desde o tornozelo até o meio da perna, o que servia para amortecer a dor nas extensas caminhadas pela floresta e evitar picadas de cobra. Como enfeites, usavam ornamentos de cabeça, feitos com penas coloridas de aves, além de colares feitos com contas ou dentes de animais.⁷²

A matéria-prima utilizada pelos Kaingáng encontrava-se na natureza. Além dos instrumentos de caça e de guerra, como arcos, flechas, lanças, zarabatanas, também produziam cestaria, um conjunto de objetos que fazia parte da composição doméstica. Apesar de ser de uso e posse das mulheres, a confecção desses objetos era (é) de ambos os sexos. Para a cestaria os Kaingáng contavam com a taquara mansa e o taquaruçú.

Os indígenas fabricavam (fabricam) também instrumentos musicais, que faziam parte das danças e rituais. O maracá (chocalho) é considerado um instrumento sagrado, e é utilizado no ritual do Kiki. O cocar era utilizado tanto por homens como mulheres em festas, reuniões e comemorações da comunidade. Feito de penas, é no período de festas que os enfeites aumentam.

⁷⁰ Idem, p. 46.

⁷¹ Idem, p. 31.

⁷² KOCH, Zig e CORRÊA, Maria Celeste. **Araucária: a floresta do Brasil Meridional**. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2002, p. 57.

O artesanato acima descrito continua a ser produzido pelos Kaingáng. Porém, hoje a produção desses tipos de adornos e objetos obedece a duas vertentes: uma positiva porque há a possibilidade de divulgação da cultura indígena através da venda desses artesanatos, também a autovalorização étnica como sinal de autonomia a ser reconquistada, além, é claro, do aporte financeiro; e outra negativa, pois existe a confecção em série desses objetos, destoando-se de seu caráter utilitário ou ritualístico, além da conseqüente diminuição da qualidade do objeto final.⁷³

Essa transformação no contexto da fabricação de artesanato dentro da comunidade Kaingáng é um dos reflexos da situação em que vivem os indígenas hoje. Com o contato cada vez maior com a população não indígena, é natural que o contexto social e econômico procure se adaptar, e a cultura, que não é estática, se modifique também.

Como já observamos, os Kaingáng ocupavam um imenso território, que aos poucos, com as conquistas, foi diminuindo, restando apenas as Terras Indígenas demarcadas. O território, desde a área conhecida como sertão do Paraná, até o Norte do Rio Grande do Sul, durante os séculos XVI, XVII e XVIII foram pouquíssimo ocupado por portugueses. A Região foi conquistada a partir da instalação da colônia militar Atalaya, em Guarapuava, no interior do Paraná. Os esforços na abertura de vias de comunicação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, passando por Guarapuava durante o século XIX, aumentaram os contatos entre os Kaingáng e os não indígenas. Os Kaingáng, nesse período foram de grande importância para os conquistadores, pois em muitos casos foram empregados no controle e na pacificação de índios considerados bravos e selvagens.

Em Santa Catarina, o território histórico Kaingáng compreendendo o meio-Oeste e o Oeste do Estado, decorrente dessa interiorização foi palco de muitos conflitos e muito disputado nos séculos XVIII e XIX. No século XX a região, foi palco do conflito conhecido como Contestado, pois até 1853 a região fazia parte da Província de São Paulo, limitando-se ao Sul com a Província de São Pedro de Rio Grande do Sul. Somente em 1916, com o término do Contestado, a região passou a fazer parte do Estado de Santa Catarina.

No processo de interiorização nesse período, importava ao governo a conquista dos campos de Guarapuava, para isso foi

⁷³ Mais sobre o artesanato Kaingáng encontramos em: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; SALVARO, Talita Daniel; MONFROI, Ninarosa Mozzato. *Artesanato Kaingáng: entre usos e desusos da cultura material*. In: **Cadernos do CEOM, N. 24**. Chapecó: Argos, 2006. pp. 31-51

organizada uma expedição à esses campos, chegando ao local em 1810, com o objetivo de aldear ou mesmo exterminar os índios, pois segundo a Carta Régia de 5 de novembro de 1808, D. João VI declarava iniciada a guerra contra esses bárbaros índios⁷⁴. A presença e a ocupação de não indígenas não se dava de maneira pacífica. Muitos confrontos se seguem a esses contatos, pois os Kaingáng não se entregavam sem resistência⁷⁵.

O aldeamento desses índios significava um cativo, diminuindo a autonomia do grupo indígena e transformando por completo sua cultura. Nesse contexto, a figura do Índio Kondá desponta na região Oeste de Santa Catarina, território ainda pertencente ao Paraná, pois exercia grande influência sobre os grupos Kaingáng. Isso ocorreu porque, “não encontramos a presença do bugreiro tradicional no Oeste catarinense, pois a técnica era fazer com que os próprios índios, denominados mansos pacificassem os arredios. Kondá era perfeito para cumprir esse papel”⁷⁶.

Por volta de 1850, Kondá fixou-se em Nonoai, e tornou-se protetor dos fazendeiros, comandando cerca de 160 índios. A ocupação pastoril se tornou cada vez mais forte, os fazendeiros querendo cada vez mais terras e os conflitos cada vez mais intensos. Isso porque “a ocupação pastoril na região não se dá sem oposição e sem luta de resistência dos Kaingáng, que constituíam dezenas de aldeias (ou Toldos) em todo o Alto Uruguai”⁷⁷. Diante do problema, a opção era:

afastar os indígenas das frentes de expansão, transferindo-os para os aldeamentos, sedentarizando-os, de forma a liberar suas terras para a formação de colônia, incentivando-os a transformarem-se em mão-de-obra utilizável na agricultura⁷⁸.

Em 1882 foi instalada em Xanxerê a Colônia Militar de Xapecó, cuja primeira tarefa era aldear os indígenas. Uma década depois a tarefa era abrir uma picada para a instalação de uma linha telegráfica. Para o serviço, o comandante da colônia, José Bernardino Bormann contratou indígenas do Xapecó e Clevelândia. Quando o serviço terminou, o cacique Vanhkrê não quis o pagamento em dinheiro, mas sim em terras.

⁷⁴ **Carta régia de 5 de novembro de 1808.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/CartaRegia_0511.htm> Acesso em 22 de novembro de 2008.

⁷⁵ NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso Vizinho Kaingáng.** Op. cit. pp. 70-71.

⁷⁶ Idem, p. 74.

⁷⁷ D'ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKAÊ, Vicente Fernandes. **Toldo Imbú.** Série documentos/CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 21.

⁷⁸ NÖTZOLD, **Nosso vizinho...**op. cit, p. 79-80.

Essa atitude deu origem ao “Decreto n. 7 de 1902, que delimita a área onde hoje situa-se a Terra Indígena Xapecó”⁷⁹. Em muitas outras ocasiões, a Terra Indígena foi contestada por fazendeiros. Com o passar do tempo, políticas indigenistas passaram a fazer parte da legislação nacional.

Dentro dessa orientação foi estabelecido o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado pelo decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910, e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano. Previa uma organização que, partindo de núcleos de atração de índios hostis e arredios, passava a povoações destinadas a índios já em caminhos de hábitos mais sedentários e, daí, a centros agrícolas onde, já afeitos ao trabalho nos moldes rurais brasileiros, recebiam uma gleba de terras para se instalarem, juntamente com sertanejos⁸⁰.

Foi assim que surgiu o SPILTN (Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais) em 1910, transformando-se depois em SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e na década de 60 em FUNAI (Fundação Nacional do Índio). A Constituição de 1988, que pode ser considerada um grande avanço no que diz respeito aos direitos indígenas, garantiu aos Kaingáng o direito a terra, claro que com grandes transformações culturais por parte dos indígenas devido ao contato com o não indígena.

Hoje, a situação de uma das maiores etnias indígenas existentes no Brasil é a sua distribuição em 30 Terras Indígenas, espalhadas por São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e segundo informações retiradas no sítio da FUNAI, em Santa Catarina existem 7: Xapecó, Palmas, Pinhal, Chimbangue I e II, Toldo Imbú e Aldeia Condá⁸¹.

Sobre os Kaingáng no Brasil atualmente, temos que:

Estima-se que a população atual dos Kaingáng seja de vinte e cinco mil indivíduos. Este número é significativo por duas razões: (1) no contexto dos povos indígenas no Brasil, apenas cinco dos 215 grupos étnicos que aqui residem possuem população superior a dez mil indivíduos; (2) não obstante suas

⁷⁹ Idem, 82.

⁸⁰ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, PP. 157-158.

⁸¹ Situação Fundiária em Santa Catarina. Disponível em: <[WWW.http://www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_endereco.htm](http://www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_endereco.htm)> Acesso em 22 de outubro de 2008.

dimensões populacionais, as TIs Kaingáng são, em sua maioria, muito pequenas⁸².

Depois de discorrermos sobre os Kaingáng, entraremos agora no universo de outra etnia indígena de Santa Catarina: os Xokleng.

1.2 Os bárbaros da floresta

Quando aportaram no Brasil em 1500, os portugueses cometeram um erro grave. Para designar os povos que aqui encontraram, chamaram-lhes de índios. Alusão às terras das Índias. O termo é utilizado até hoje para designar qualquer indivíduo que descenda dos primeiros habitantes do Brasil, seja ele, Yanomami, Guarani, Kaingáng, Xokleng entre outros. O que os portugueses não sabiam é que a população que aqui estava não formava apenas um povo, uma nação. Os indígenas no Brasil, assim como hoje, estavam organizados em diversas nações diferentes. Muitas inclusive rivais. Com o passar do tempo e com a intensificação do contato, os colonizadores puderam constatar inclusive a variedade de línguas utilizadas pelos povos que acreditavam no início ser um só. As etnias começaram a receber denominações para serem diferenciadas uma das outras, essas denominações partiram do colonizador, para poder distinguir as nações indígenas do território nacional. Dentro dessa classificação, no estado de Santa Catarina, foi constatada a existência de três povos indígenas distintos, que hoje são conhecidos como Kaingáng, já apresentados, Guarani (principalmente na região litorânea) e Xokleng.

Os Xokleng são também conhecidos como bugres, Botocudo, Aweikoma, Xokrén e Kaingáng. O termo bugre é muito utilizado no sul do Brasil para denominar qualquer indígena, independente de sua etnia. Segundo Pierre Mabilde, “nada define a palavra “bugre” e nem pelo seu sentido esclarece a que espécie ou raça de indígenas pertence o indivíduo selvagem assim chamado”⁸³. Ainda, para explicar sua origem, defende que entre os coroados, o termo deriva da palavra pronunciada por eles quando viram os portugueses pela primeira vez. Seria uma interjeição, um grito de alerta, espanto, muito agudo no qual parecia ouvir-se a palavra “pucri”. Do mesmo, os botocudos utilizavam

⁸² FERNANDES, Ricardo Cid. Terra, tradição e identidade: Os Kaingáng da Aldeia Condá no contexto da UHE Foz do Chapecó. In: SANTOS, Sílvia Coelho dos e NACKE, Anelise (organizadores). **Hidrelétricas e povos indígenas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003, p. 159.

⁸³ MABILDE, op. Cit. p. 7.

a palavra “puxi”, com a diferença que entre os botocudos o termo possui um significado: coisa má ou homem mau.⁸⁴

O termo Botocudo foi decorrente da utilização de enfeite labial, tembetá, pelos membros adultos do sexo masculino. É um termo português, caracterizando-os pela aparência e que serviu para diferenciá-los dos coroados. O termo, porém, é muito generalizado, já que outras etnias no Brasil também faziam uso do enfeite labial. Aweikoma surgiu na literatura etnológica do Congresso Internacional de Americanistas, que aconteceu em 1910 em Buenos Aires. O termo é uma “corruptela da frase destinada a convidar uma mulher para cópula”. Xokren significa taipa de pedra, da mesma maneira que Xokleng. Além dessas denominações, os Xokleng foram muitas vezes chamados de Kaingáng. O termo Kaingáng, serve para significar apenas “homem”, qualquer homem. Hoje, Kaingáng é o nome dado à outra etnia indígena, que também se encontra no Sul do Brasil⁸⁵.

Nenhuma dessas denominações designa realmente os Xokleng. Segundo Santos, o grupo não possui termo de autodenominação. Eles utilizam o termo “ânhele”, que significa “gente” para designar alguma pessoa que se aproxima, como: “lá vem gente”. Também utilizam o termo “angoiká”, com o significado de pessoa, para referirem-se a uma pessoa que não sabem o nome. Para eles não era importante se autoclassificarem. Não são eles que fazem um indivíduo indígena ou não. Nem integrante de um outro grupo indígena. Essa necessidade de classificação, denominação, parte dos não indígenas, que muitas vezes como vimos, se utilizam de atributos que certos membros do grupo utilizam como os botoques, no caso dos Xokleng, ou do corte de cabelo, que denominou Coroados, os Kaingáng.

É importante nesse momento ressaltar que os Xokleng que residem no Estado de Santa Catarina estão se autodenominando com o termo Laklãnõ. Isso por que

A última comunidade remanescente desta sociedade, atualmente habitante do Vale do Itajaí, não reconhecia o termo Xokleng como sua autodenominação porque, segundo o povo, o nome Xokleng é demarcador do olhar do colonizador sobre a comunidade e não desta como denominação. (...) Na pesquisa mencionada anteriormente, feita pelo próprio povo, a

⁸⁴ Idem, pp.8-9.

⁸⁵ SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987, pp. 30-31.

comunidade chegou a um consenso de autodenominar-se “Laklãnō” = “povo que vive onde o nasce o Sol, ou gente do Sol (ou ainda povo ligeiro). (...) Assim, o termo “Laklãnō” vem ganhando espaço político, interno e externo, através do movimento de recuperação do idioma, incluindo a escrita de mitos antigos e o ensino bilíngüe ⁸⁶.

Neste trabalho utilizamos o termo Xokleng por entendermos que dado à necessidade de denominação, o termo é o mais utilizado na literatura contemporânea para designar essa etnia, ainda que Laklãnō venha ganhando espaço, acreditamos que a pesquisa, até pelo recorte temporal e espacial, abrange uma gama maior de indivíduos, do que os remanescentes que vivem no Vale do Itajaí. O termo “Botocudo” eventualmente poderá aparecer nas fontes, em citações, o qual deve ser entendido como Xokleng.

Os Xokleng perambulavam por um território amplo e diversificado, que abrange boa parte dos biomas da Mata Atlântica: entre o litoral e os contrafortes do planalto sul-brasileiro até áreas do Planalto caracterizadas pela presença de Araucárias. A área está mais ou menos limitada entre o Rio Iguaçu, no Paraná, ao Norte, e a Mata Atlântica nas proximidades de Torres, no Rio Grande do Sul, ao Sul. A Leste, a região limita-se pela vegetação costeira e a Oeste pelos campos, próximos de Lages (área que geograficamente limita o território Xokleng e Kaingang). O território tem como característica a diversidade ambiental, influenciando na grande quantidade de fauna e flora, além de possuir bacias hidrográficas de pequeno porte. ⁸⁷

No mapa da figura 4, localizamos o território por onde perambulavam os Xokleng. Esse território, bastante diversificado em relação às características físicas, provia os Xokleng daquilo que necessitavam em seu dia a dia.

⁸⁶ GAKRAN, Nanblá. **Aspectos morfossintáticos da língua laklãnō (Xokleng) “Jê”**. Campinas, SP: 2005, pp. 13-14

⁸⁷ Idem, pp. 28-30.

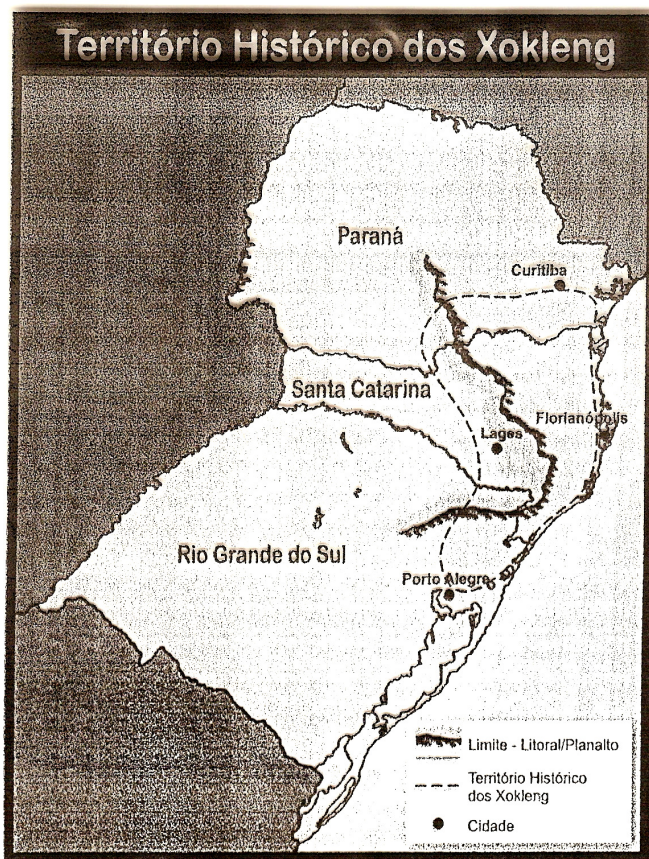


Figura 4: Território histórico dos Xokleng. Adaptado de SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e Brancos...**, p. 36.

Os Xokleng pertencem ao tronco lingüístico macro-jê, da família jê. Utilizam a língua Xokleng sem dialetos⁸⁸. Porém, é importante lembrar que assim como os demais indígenas do Brasil, os Xokleng constituíam um povo apócrifo, ou seja, não utilizavam a escrita. Sendo sua cultura transmitida através da tradição oral, o estudo histórico desses povos se dá através do auxílio da Arqueologia e da Etnohistória.

⁸⁸ MONTERRAT, Ruth Maria Fonini. *Línguas Indígenas no Brasil*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994, p. 99.

Nas pesquisas arqueológicas, foram encontrados vários objetos confeccionados em material lítico, entre eles, várias peças lascadas bifacialmente, que eram usadas para retalhar e cortar, assim como lâminas de machado. Outras, com lascamento unifacial, serviam para raspar, por exemplo, madeiras, como as utilizadas para a confecção do arco e outros objetos de madeira. (...) Faziam uso da madeira retirada das florestas para a confecção de pontas de flechas; outro material bastante utilizado era o osso, obtido através da caça e da pesca, porém o material mais abundante encontrado era a pedra devido á sua resistência⁸⁹.

O nomadismo era uma característica essencial dos Xokleng. Perambulavam pelo território descrito de maneira estacional, ou seja, dependendo da estação do ano, em busca de melhores frutos e caças. Sílvio Coelho dos Santos nos informa que à época da colonização, no século XIX, havia pelo menos três grupos Xokleng. Desses, um vivia no centro do território catarinense, ocupando o médio e o alto Vale do Itajaí. Outro ocupava as cabeceiras do Rio Negro, na atual fronteira de Santa Catarina e Paraná e o terceiro dominava o sul, com base nos vales do Capivari e Tubarão.⁹⁰

A caça era atividade essencialmente masculina, ficando a coleta ao encargo das mulheres do grupo. Os agrupamentos eram constituídos de poucos indivíduos. A divisão do trabalho garantia o sustento, entretanto, durante a coleta do pinhão, tanto homens quanto mulheres faziam a coleta, já que o pinhão era o alimento principal dos Xokleng, sendo em muitos casos armazenado em cestas enceradas. Quando a região fornecia alimentação suficiente, construíam um acampamento. Durante a coleta do pinhão os acampamentos se mantinham por mais tempo, “podendo permanecer instalados em um mesmo local por até três meses”,⁹¹.

Três são os principais eventos na vida de um indivíduo Xokleng: o nascimento, a perfuração dos lábios e a morte.

O ritual do nascimento conferia à criança Xokleng uma inserção no grupo em que vivia, “simbolizava o momento em que os Xokleng conferiam à criança sua socialização no grupo, ou seja, através desse rito de incorporação, o pai assumia a paternidade, e se reconhecia ao recém-

⁸⁹ VIEIRA, Edna Elza. Nötzold, Ana Lúcia Vulfe. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, Florianópolis, 2004, pp. 14-15.

⁹⁰ SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e Brancos...** pp.32-33.

⁹¹ PERES, Jackson Alexsandro; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Indígenas e terras...**op. cit, p. 28.

nascido um lugar na sociedade indígena, como homem ou mulher”⁹². Nesse ritual, o tio por parte de mãe é a figura mais importante. Já no ritual da perfuração dos lábios para a colocação dos botoques eram as mulheres mais velhas ocupavam esse papel.

O ritual da perfuração dos lábios dos meninos e tatuagem⁹³ nas meninas era o mais importante dentro da tradição Xokleng, isso porque era o ritual responsável pela reunião de maior parte do grupo. Por esse motivo uma grande área era limpa, sendo construídos em sua periferia pequenos abrigos, no centro é acesa uma fogueira em torno da qual os homens iniciam uma dança.⁹⁴

Devido a esse ornamento, tembetá ou botoque, os Xokleng também são conhecidos como Botocudos, sendo esta uma das maneiras utilizadas pelos não indígenas para denominá-los. O ritual de inserção desse enfeite constituía a cerimônia mais elaborada da cultura Xokleng. Os Xokleng adornavam seus corpos e ingeriam uma bebida especialmente preparada para o ritual, o “Móng-ma”, análogo à bebida produzida pelos Kaingáng, o Kiki, porém, a simbologia relacionada com a bebida, bem como o ritual a qual ela pertence, difere-se bastante. Essa bebida era consumida também pelas crianças até a insensibilidade. Rodrigo Lavina coloca que para aumentar o efeito da bebida, estas são sacudidas e arremessadas de uma pessoa a outra. Neste estágio de quase coma que os lábios eram perfurados, sendo introduzido no orifício um pequeno labrete de madeira. As meninas não tinham o lábio perfurado, mas sofriam duas incisões na perna esquerda, abaixo da rótula.⁹⁵

⁹² VIEIRA, Edna Elza. Nötzold, Ana Lúcia Vulfe. **Simbolismo...**, op. cit. p. 24.

⁹³ Inserção de uma marca que, assim como o botoque, tinha a finalidade de identificação da comunidade ou família a qual as crianças pertenciam. Foi assim que Maria Korikrã, uma Xokleng “adotada” pelo médico Hugo Gensh em 1908 foi reconhecida pelo pai biológico 10 anos mais tarde, em 1918. “Ao levantar sua saia, além das cicatrizes do ritual, ele viu uma outra, que era resultado de uma queda. Não havia mais dúvidas: era Korikrã.” In: WITTMANN, Luísa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007, p. 142. Maiores detalhes desse caso encontram-se nesse trabalho.

⁹⁴ LAVINA, Rodrigo. **O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestão para os arqueólogos**. Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994, p. 68.

⁹⁵ Idem, p. 68.

Para estas festas, preparavam os botocudos uma bebida, “Móng-má”, cuja base, como ingrediente principal, é o mel silvestre; requerendo o seu preparo bastante tempo. Por esse motivo, já uma Lua antes, subdividem-se os índios tomando cada um a si um afazer. Aos pais dos meninos á batizar, cabe a construção dos grandes cochos para o preparo da bebida, verdadeiras obras de mestre, exigindo máxima paciência e habilidade. Enquanto os pais se ocupam neste serviço, os demais parentes saem á procura de mel. Em todas as direções embrenham-se na floresta pequenos grupos de índios que, muito alegres com a próxima festa, saem contando e galhofando entre si. Na sua volta, não só trazem mel em abundância como também o resultado de sua caça.⁹⁶

O ritual de sepultamento ocorria com a colaboração dos parentes do membro que falecera. Eles quebravam os arcos e as flechas que pertenciam ao morto e colocavam ao seu lado. Logo, cobriam o corpo com madeira até a pilha alcançar a altura de um homem. Em seguida ateavam fogo, recolhendo o resto dos ossos para enterrá-los em cestas forradas com folhas de xaxim.

Todo esse ritual era acompanhado pelo som dos chocalhos. Estes eram balançados pelas mulheres durante o ritual da morte e da perfuração dos lábios.

Dentro da cultura material, destacamos dentro dos hábitos culturais dos Xokleng, a utilização de artefatos para carregar ou para preparar os alimentos. Estes artefatos constituem-se de cestas e cerâmicas. Também havia instrumentos de madeira e pedra polida, utilizados para as atividades de caça, como flechas e lanças⁹⁷.

Trataremos agora sobre a pacificação dos Xokleng, começando pela discussão do termo “pacificação”. Quando se trata de indígenas, a pacificação é entendida por Darcy Ribeiro como “uma intervenção deliberada numa situação de conflito aberto entre índios e civilizados, movidos uns e outros por um ódio incontido e pela maior desconfiança múltipla”⁹⁸. Eni Orlandi coloca ainda que “pacificar é produzir o apagamento da cultura indígena, anular qualquer forma de resistência; e a imagem que se tem do índio é a daquele que “deve” submeter-se ao

⁹⁶ HOERHANN, apud VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração...** op. cit, p. 27.

⁹⁷ Sobre a cultura material dos Xokleng, recomendamos VIEIRA, **Simbolismo e Reelaboração na Cultura Material dos Xokleng**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2004.

⁹⁸ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 171.

branco, que “deve” reconhecer a autoridade do branco”.⁹⁹ Pensamos ser a pacificação uma intervenção deliberada sim, com o propósito de resolver, ou ao menos amenizar os “problemas” enfrentados pelos não indígenas em seus projetos de progresso. Nesse caso esquecem-se as diferenças culturais, com a certeza de que a civilização é ensinada pelos brancos, cabendo aos indígenas, a submissão.

Muitos episódios ocorreram entre colonos e Xokleng antes da chamada pacificação. A história se difere um pouco do contato que houve entre não indígenas com Kaingáng. Pelo menos do ponto de vista de intensidade, os contatos entre Xokleng e não indígenas foram mais violentos. Essa violência causou pânico entre colonos e por conta disso o Governo Provincial se viu obrigado a tomar uma atitude. Para aliviar o medo dos colonos foi criada como vimos, a Companhia de Pedestres. Isso em 1836. Em 1856 a Companhia de Pedestres contava com 70 homens, que tinham como função proteger os moradores dos assaltos¹⁰⁰ dos gentios¹⁰¹. Porém, os assaltos continuaram ocorrendo, pois os Pedestres pouco podiam fazer. Viviam estacionados em locais onde os Xokleng não apareciam. Quando saíam pelos matos, não encontravam os indígenas. Por essas deficiências que governo decidiu dissolver em agosto de 1879 a Companhia de Pedestres, alegava que por medida de economia não poderia mais manter a tropa.¹⁰²

Um pouco antes de se dissolver a Companhia de Pedestres, porém, tentou-se de uma forma pacífica, em 1868, catequizar os índios, com os Padres Capuchinhos, Virgílio Amplar e Estevam de Vicenza. A catequese era também sinônimo de civilidade e com isso o Governo Provincial queria abrandar a repercussão negativa com que a violência contra os Xokleng começava a ser vista. Os resultados dessa tentativa de catequização também não foram satisfatórios, pois “à medida que as frentes de colonização avançavam, aumentavam os embates entre indígenas e colonos”¹⁰³. Assim, só se voltou a falar de catequização

⁹⁹ ORLANDI, Eni Pucineli. **Terra a vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990. p.66.

¹⁰⁰ Assalto: esse termo foi utilizado genericamente pelos colonos para nomear o contato com indígenas no quais estes buscavam alimentos onde os colonos estavam estabelecidos. Esses assaltos muitas vezes resultavam em enfrentamentos entre indígenas e colonos. Na documentação pesquisada, o termo freqüente para determinar esses acontecimentos é *correria*, que também é utilizado por Mabilde, em seu estudo sobre os Kaingáng.

¹⁰¹ Em muitos documentos encontramos o uso desses temo para designar os indígenas.

¹⁰² SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e Brancos...**, pp.66-67.

¹⁰³ NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. *A ocupação do espaço*. In: KLUG, J; DIRKSEN, V (orgs). **Rio do Sul, uma história**. Rio do Sul: Ed. Da UFSC, 1999.

quando já em 1910 o Brasil entra em discussão sobre a questão indígena, antecedendo a criação do órgão governamental de proteção ao indígena.

Sendo que os enfrentamentos continuavam, e sendo a Companhia de Pedestres insuficiente para colocar um fim aos assaltos dos indígenas, as administrações das colônias montaram um novo esquema de proteção.

Assim em Blumenau, sob os auspícios do Governo Provincial, se organizou um grupo, denominado Batedores de Mato, destinado a tomar as medidas necessárias a pacificar os silvícolas ou, pelo menos, mantê-los afastados dos locais onde os colonos estavam a se localizar. Tratava-se na verdade de um grupo vinculado à Companhia de Pedestres, mas com uma organização mais dinâmica.¹⁰⁴

Nesse momento, para poder legitimar a ação dos Batedores de Mato, criou-se um sistema de representação dos indígenas e uma forma de narrar os assaltos de modo que parecesse o mais violento possível. Fazendo com que a população se sentisse cada vez mais ameaçada.

Vadios, assassinos, ladrões são exemplos dos estereótipos utilizados nos discursos oficiais para dar maior legitimidade aos Batedores de Mato. Com a expansão das frentes colonizadoras, ficava cada vez mais difícil para o indígena conseguir alimentos, fosse caça ou coleta. Como tinham como característica o nomadismo, conforme as frentes colonizadoras iam se expandindo, o território dos indígenas ficava cada vez menor, o que facilitava a ocorrência dos confrontos com os colonos.

A principal figura entre os Batedores de Matos, também chamados *Bugreiros*, segundo as fontes consultadas, foi Martinho Marcelino de Jesus, conhecido por Martinho Bugreiro. “Martinho foi responsável por grande parte do extermínio de grande parte da população indígena”.¹⁰⁵

Para se ter idéia de como era o trabalho dos bugreiros, segue trecho do depoimento de um bugreiro, Ireno Pinheiro, concedido a Sílvio Coelho do Santos em 1972, no qual ele diz que se afugentavam os índios,

¹⁰⁴ SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e Brancos...**, p.70.

¹⁰⁵ NÖTZOLD, A. L. V; VIEIRA, E.E. *A ocupação do espaço...* op. cit. p.26.

Pela boca da arma. O assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha um preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha que matar todos. Se não, algum sobrevivente fazia vingança. Quando foram acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa já não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando. Ficaram só uns poucos homens, que iam em dois ou três pro mato, caçando e matando esses índios extraviados. Getúlio Vargas já era governo quando eu fiz uma batida. Usei a Winchester. Os índios tavam acampados num grotão. Gastei 24 tiros. Meu companheiro, não sei. Eu atirava bem.¹⁰⁶

Devido aos acontecimentos violentos ocorridos no início do século XX, é criado em 1910 o SPILTN¹⁰⁷ (Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais), que logo, modificando alguns pontos de sua regulamentação, tornou-se apenas SPI, Serviço de Proteção ao Índio. O SPI foi coordenado em nível nacional por Cândido Mariano da Silva Rondon, e em Santa Catarina foi inicialmente dirigido por José Vieira da Rosa.

Dentre tantas dificuldades encontradas pelo Serviço deve-se ao não conhecimento da cultura Xokleng por parte dos integrantes do SPI, já que até aquele momento os contatos foram seguidos de enfrentamentos, impossibilitando qualquer aproximação mais pacífica. Nada se sabia sobre como viviam ou sobre sua linguagem. As mulheres e crianças que eram capturadas pelos bugreiros poucas informações prestavam. O Serviço contava apenas com a boa vontade dos funcionários do SPI de manter uma relação pacífica com os índios.

Mesmo com tantos desafios para a operação do SPI, estava começando um trabalho que culminaria no contato pacífico entre os

¹⁰⁶ SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, pp. 27-28.

¹⁰⁷ O SPILTN foi dirigido por Cândido Mariano da Silva Rondon, juntamente com jovens oficiais do Exército Nacional, tomando logo no início caráter nacionalista. Nos anos seguintes, a regulamentação do SPILTN é modificada em alguns pontos, tratando agora exclusivamente dos indígenas, modificando o nome para SPI (Serviço de Proteção ao Indígena). In: PERES, Jackson Alexandro; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Indígenas e terras em Santa Catarina: parâmetros do século XIX (1850-1890)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, p. 18.

Xokleng e os não indígenas e na posterior criação do Posto Indígena Duque de Caxias, hoje Terra Indígena Ibirama (Laklãnõ).

As dificuldades encontradas pelo Serviço de Proteção aos Índios para finalmente conseguir um contato pacífico entre não indígenas e os Xokleng possuía duas ordens básicas: a primeira constava em demonstrar aos indígenas as intenções pacíficas do Serviço, o que não foi tarefa fácil; a segunda incluía todas as dificuldades criadas pela população da colônia. Esta, preocupada com a segurança e com os interesses econômicos ameaçava anular os esforços realizados pelos encarregados da atração. Segundo Sílvio Coelho dos Santos, essa segunda ordem foi responsável pela quase total desarticulação do Serviço. Isso pelo fato de nas colônias assim se falar sobre os indígenas e sobre o Serviço:

(...) Com desusado atrevimento agem nos assaltos, pelo que parece, eles sabem da ordem do governo de poupá-los, podendo eles assim agir livremente. Mas os moradores da região não estão mais dispostos a permitir que perdue esta situação escandalosa. O povo se levanta em armas,; o contra-ataque tem início. A revolta é geral e as leis não serão mais obedecidas. O povo vibra de indignação (...). O Serviço de Proteção ao Índio resulta completamente negativo e ineficiente. Sob o título altissonante “Pacificação”, o Governo permite esta situação escandalosa (...).

108

Provavelmente devido a estas dificuldades, o SPI até 1914 não havia apresentado resultados positivos. Os Postos de Atração foram instalados nas margens dos rios Plate e Krauel, afluentes do Itajaí do Norte (Vale do Itajaí). Eles eram formados por ranchos rústicos instalados no meio de clareira e tendo ao centro uma torre de vigia. Em torno havia ainda plantações para suavizar os dispêndios dos funcionários e poderiam incentivar a aproximação dos indígenas. Em 1913 apenas três funcionários tentavam manter esses postos de atração. Para facilitar os trabalhos no Posto, o SPI havia colocado algumas famílias de índios Kaingáng, originárias do Paraná e instalado lá também alguns caboclos e suas famílias. Os indígenas e os caboclos trabalhavam na manutenção do Posto, abertura de picadas e na plantação. Os Kaingáng “mansos” ainda tinham outra função: a de intérprete. “Desde que o Dr. Hugo Gensh obtivera um pequeno

¹⁰⁸ SANTOS, **Índios e Brancos...** op. cit. p. 143.

vocabulário através de uma menina Xokleng que adotara, se sabia que o Kaingáng tinha certa semelhança com a língua dos indígenas arredios do Vale do Itajaí¹⁰⁹, desse modo, a idéia era que Kaingáng poderiam facilitar a comunicação entre o indígena e o não indígena.

Tudo estava pronto no posto esperando o aparecimento dos indígenas, o que não acontecia. A monotonia dos acontecimentos no Posto fazia com que os funcionários ficassem desesperançados. De vez em quando resolviam ficar por alguns dias em Hammonia (atual Ibirama).

Em setembro de 1914, Eduardo Hoerhann¹¹⁰ se encontrava na sede desta colônia quando recebeu a notícia de que índios haviam atacado o posto de atração do Plate. Era Domingo, 20 de setembro de 1914. Hoerhann imediatamente se preparou para regressar ao posto e no dia seguinte, 21, chegou ao Plate com um grupo de trabalhadores.¹¹¹

A partir deste momento começa um relacionamento mais constante e menos belicoso entre indígenas e não indígenas. José Deeke foi uma das testemunhas do trabalho de pacificação dos Xokleng. Cartógrafo e historiador, publicou em 1917 um trabalho em três tomos, intitulado de “O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento”. A Revista Blumenau em Cadernos publicou na íntegra um capítulo do terceiro tomo, onde o autor aborda a questão indígena da região e também a pacificação. A citação a seguir provém desta obra, de 1917, três anos depois do contato amistoso entre Eduardo Hoerhann e os Xokleng, sendo importante pelo espaço e tempo em que está inserida.

Depois de esconderem bem no fundo das canoas, o armamento que traziam, dirigiram-se para o local do Posto ainda fumegante de onde o bugre manso Bree começou a gritar para dentro do mato. (...) Eles soltaram uma espécie de grito de guerra e faziam ameaças com suas setas que eles tinham ajustadas aos arcos. (...) Então Eduardo atirou fora as armas que ainda tinha consigo e de

¹⁰⁹ Idem, p. 144.

¹¹⁰ Eduardo de Lima e Silva Hoerhann natural do Rio de Janeiro, onde cursou o ginásio e ingressou no Serviço de Proteção aos Índios. Soube da situação dos Xokleng através da discussão que se travou na imprensa antes da criação do SPI. Eduardo tinha pouco mais de 20 anos quando ocorreu a pacificação. In: SANTOS, **Índios e Brancos...** p. 148. Sobre a discussão na imprensa sobre o caso dos indígenas, ver WITTMANN, capítulo 2: Os índios como tema de gabinete.

¹¹¹ Idem, p.148.

braços levantados seguiu em direção aos índios, acompanhado do bugre Bree, na mesma atitude. Quando os dois já se achavam bem próximos, um índio mais assanhado atirou duas flechas, uma das quais passou arranhando ao lado do peito do índio Bree. Vendo esse gesto de seu companheiro, os outros bugres zangaram-se e afastaram-no e então também jogaram suas armas no chão. Com isso, as primeiras dificuldades foram contornadas. Os índios imediatamente apoderaram-se dos presentes que lhes foram oferecidos, embora mostrando-se sempre desconfiados.¹¹²

Os relatos de Deeke são bastante romantizados e pelo fato das populações indígenas não possuírem escrita, não temos outra versão para esse acontecimento. Na colônia, Eduardo Hoerhann tomou “status” de herói. À partir desse fato, os indígenas passaram a aparecer diariamente no Posto de Atração em busca de presentes. Vinham, no entanto em grupos e enquanto uns pegavam os presentes, outros guerreiros ficavam nas matas prontos a revidar a qualquer ataque dos “civilizados”. O feito, porém não ocorreu de todo como Eduardo Hoerhann gostaria. A pacificação não significou que todos os Xokleng haviam sido atraídos. Eles viviam em grupos e Hoerhann estabeleceu relações com um desses grupos.¹¹³

Quanto eram os indígenas que Hoerhann conseguiu atrair? Segundo ele nos primeiros anos nunca houve oportunidade para um levantamento específico, pois os indígenas não estacionavam permanentemente no posto de atração. (...) Calcula o pacificador, entretanto, que se tratavam de uns 400.¹¹⁴

Após os primeiros contatos, Eduardo Hoerhann teve ainda dificuldades já que “o SPI também não era um órgão que comovia o governo federal, de maneira que este o dotasse com recursos financeiros suficientes”¹¹⁵. Outro problema era que “nem Eduardo, nem o SPI tinham condições de resolver os problemas que surgiram após a pacificação dos Xokleng, dessa forma eles foram submetidos à experiências com resultados imprevisíveis”¹¹⁶.

¹¹² DEEKE, José. **Índigenas de Santa Catarina**. Revista Blumenau em Cadernos. Tomo VII – Nº. 6/7. Blumenau, janeiro de 1967.

¹¹³ SANTOS, **Índios e Brancos...** op. cit, pp. 148-153.

¹¹⁴ Idem, p. 154.

¹¹⁵ Idem, p. 153.

¹¹⁶ NÖTZOLD, A. L. V; VIEIRA, E.E. *A ocupação do espaço...* op. cit. p. 32-33.

Segundo Hoerhann, em quatro anos de contato, os Botocudo ainda apresentavam resistência aos trabalhos agrícolas. Era através desses trabalhos que a população não índia acreditava que traria a civilização aos indígenas, tal como ocorreu aos Kaingáng, e iam ao Posto de Atração somente para pedir suprimentos necessários para sua subsistência. Todos os trabalhos realizados no Posto, na maior parte do ano, eram feitos pelos próprios funcionários do SPI a fim de garantirem seu sustento e o dos Botocudo.¹¹⁷

Mesmo com todas as dificuldades o Posto permaneceu ativo. A concessão de terras, no entanto, deu-se somente em 1926, pelo Governador do Estado em exercício, Antônio Vicente Bulcão Viana. O Decreto nº 15 do dia três de abril de 1926 regulamentou 4.143 hectares¹¹⁸ para a utilização do SPI e dos indígenas. O território agora estava protegido por lei.

Artigo Primeiro. Fica reservado para o usufruto dos indígenas aldeados no Valle do Rio Plate, Distrito de Hammonia, Município de Blumenau, o território compreendido dentro do perímetro abaixo escripto:

Partindo do meio da medição das terras sob nº 1701, na linha colonial do rio Itajahy-Hercílio, colocado no travessão dos lotes do rio Dollmann: pelo mesmo travessão até o marco de canto entre os lotes 1713 e 1714; pelo travessão dos fundos da linha colonial acima referida até o último marco de canto do lote 1725...

Artigo segundo. O Governo do Estado entrará opportunamente em accordo com os proprietários cujas terras, porventura, ficarem encravadas dentro do perímetro descripto na Artigo anterior.

Artigo terceiro. Nenhuma medição poderá ser effectuada no valle do Alto-Itajahy-Hercílio, antes de ser concluída definitivamente a medição e demarcação das terras a que se refere o presente Decreto.¹¹⁹

A consequência do contato e do posterior aldeamento foi a alteração da organização social dos Xokleng. Sua cultura sofreu transformações, assim como no caso dos Kaingáng. Também

¹¹⁷ HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a política indigenista através dos relatórios (1912-1926)**. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, Florianópolis, 2005, p. 81.

¹¹⁸ SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e Brancos...** p. 199.

¹¹⁹ **Actos do Poder Executivo**. Mês de abril. 1926, apud. HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. Op. cit, p. 110.

estabeleceu-se uma relação de dependência. Essa dependência que os índios tinham, muitas vezes não eram supridas devido as dificuldades financeiras com a qual o Posto vivia. As doenças venéreas, assim como o sarampo e a gripe proliferaram-se entre os indígenas. Devido a falta de recursos para medicamentos muitos índios morreram. “Em pouco tempo a maioria dos índios haviam morrido. Hoerhann tinha contatado, em 1914, aproximadamente 400 índios. Em 1932, quando o Antropólogo Jules Henry começou um extenso trabalho de pesquisa entre os Xokleng, só havia 106 índios”.¹²⁰

Recentes pesquisas, com dados compilados da Fundação Nacional de Saúde, informam que hoje na Terra Indígena Ibirama (Laklãnõ) existem 1884 pessoas¹²¹. Nesse número inclui-se os Kaingáng, Guarani e os não indígenas que vivem na reserva.

1.3 O Jeca Tatu da serra catarinense

Quando em 24 de janeiro de 1919 o periódico intitulado O Lageano, que circulou na região de Lages, no planalto catarinense entre 1886-1891 e 1919-1922 publicou o artigo intitulado de “Geca Tatu”¹²², este chamou atenção para o personagem criado por Monteiro Lobato:

O admirável escritor paulista Monteiro Lobato, que publicou a pouco um livro maravilhoso de graça, de observação, de cor local, “Os Urupês”, que fez o maior sucesso de livreria de que há menção nesses últimos lustres, fixou com pinceladas profundamente artísticas, um tipo agora já célebre – o Geca Tatu – que simboliza genialmente o feitio do nosso caboclo nacional.

¹²³

Não é surpresa a utilização do termo “caboclo” em artigo neste periódico, pois o termo já era bastante utilizado na região. A euforia do artigo está no fato de Lobato ter simbolizado com seu personagem, segundo o autor (reportagem não assinada), o “caboclo nacional”. Seguindo a leitura da reportagem, não se consegue identificar se a euforia do autor em simbolizar o feitio do caboclo nacional, descrito por Lobato como um morador do mato, que vive em uma casinha de sapé,

¹²⁰ SANTOS, Sívio Coelho dos. **Os índios Xokleng: Memória Visual...** op. cit, p. 57.

¹²¹ NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRIGENTI, Clóvis Antônio. Demografia e direito indígena: uma leitura a partir do contexto catarinense. In: **Revista de Ciências Humanas**, v. 43. Florianópolis: Editora da UFSC, abril de 2009, p. 151.

¹²² Grafia utilizada no artigo do jornal. Hoje a grafia utilizada é: Jeca Tatu.

¹²³ S/A. Geca Tatu. Jornal O Lageano, pp. 2 e 3. 24 de maio de 1919.

sem ânimo pra fazer nada, passando os dias de cócoras pitando cigarros de palha¹²⁴, tem cunho depreciativo ou enaltecedor. Mas, a questão é: o personagem de Monteiro Lobato poderia ser relacionado com o caboclo do planalto catarinense? O caboclo da região de Lages? Ou mesmo poderia generalizar o “caboclo” de qualquer parte do Brasil?

Aproveitando a discussão acerca do termo “caboclo”, e concentrando-nos nesse indivíduo, o último a relacionarmos em nosso trabalho e que constitui num dos sujeitos que, junto aos Xokleng e Kaingáng, ao nosso entender formaram a população da região serrana, procuramos aqui estabelecer uma relação entre essa formação (da população) com a formação do seu território (Lages).

O estabelecimento dessa relação toma lugar porque entendemos que o estreitamento dessa relação se dá principalmente quando as pessoas buscam estabelecer uma “identidade”, no caso de Lages, uma identificação com o “caboclo”. Nesse sentido, as trajetórias da formação de uma área, diretamente ligadas à ocupação humana desse território contribuem para a formação dessa identidade, o que na formação de Lages em especial, se torna indispensável seu estudo, pois o território, que já fez parte dos “Sertões de Curitiba”, pertencendo à Capitania de São Paulo, sofreu muitas modificações.

Segundo Ariane Edwald, o termo identidade vem designando, primeiramente, o caráter do que é idêntico. Porém, usando o termo em relação à existência subjetiva, o termo ganha em sentido de permanência e de continuidade¹²⁵. Apesar de o termo adquirir esse sentido, Michael Pollak, discutindo a questão da memória, entende que tanto a memória quanto a identidade podem ser perfeitamente negociados¹²⁶, ou seja, não são estáticos nem permanentes. Sendo assim, na formação do território e na ocupação humana, as identidades foram sendo negociadas e transformadas. Dentro dessa perspectiva, iremos agora traçar a construção do território onde concentramos nosso estudo e também a construção da população não indígena nesse território.

Lages localiza-se no planalto catarinense caracterizando-se pela presença de um relevo com média de elevação de 1000 metros acima do nível do mar. O maior município de Santa Catarina em território tem sua

¹²⁴ S/A. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jeca_Tatu>. Acesso em 28 de janeiro de 2008.

¹²⁵ EDWALD, Ariane P. Identidade e construção do sujeito numa era de incerteza. In: ZUGUEIB NETO, Jamil (org). **Identities e crises sociais na contemporaneidade**. Curitiba. Ed. UFPR, 2005, pp. 218-219.

¹²⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 5, n. 10, 1992, p. 205.

história ligada à corrida do ouro, na região das Minas Gerais, no século XVIII. Isso porque, com o aumento do contingente de mão-de-obra nas minas, houve a diminuição da produção na agricultura e pecuária e essa produção não garantia o abastecimento de alimentos na região. Por conta disso, houve necessidade de se estabelecer uma rede de transporte ligando algumas regiões do Brasil. Foi nesse cenário que se tornaram comuns os tropeiros, que “percorriam com suas tropas de mulas as trilhas que começavam a ligar fazendas, vilas e cidades. O tropeiro vendia e comprava tudo que pudesse ter valor de comércio e, paralelamente, levava e trazia notícias”¹²⁷.

Enquanto o litoral já se encontrava bastante povoado, o planalto catarinense, antigamente “Sertão de Curitiba”, permaneceu oficialmente despovoado até a fundação de Lages, em 1766. O interesse em se fundar uma vila na região se dava principalmente pelo comércio de gado. No século XVIII, o Rio Grande do Sul se tornou a maior fonte abastecedora de gado para as feiras de São Paulo, que serviam para o abastecimento das regiões das minas. “O caminho do Araranguá, ou dos Conventos, foi substituído por outro, que atravessava os campos de Vacaria, e daí atingia Lages”¹²⁸. Os tropeiros que levavam esse gado para a região sudeste necessitavam de locais de pouso e também para o descanso do gado, lugares estes chamados de “invernadas”. Paralelamente a isso, foram se fixando nesses locais de pouso, os primeiros moradores permanentes. Foi nesse bojo que, ainda pertencendo à Capitania de São Paulo, Antônio Correia Pinto assumiu o compromisso de fundar Lages.

Assumindo o compromisso de fundar a povoação e tendo recebido a carta-patente de capitão-mor Regente do Sertão de Curitiba, expedida em julho de 1766, Correia Pinto com sua família, escravos, agregados e oficiais, chegou a 22 de novembro de 1766, data considerada de aniversário da fundação da cidade.

¹²⁹

A vila aos poucos foi se desenvolvendo, toda voltada para a estrada de tropas. Paulistas que acompanharam Correia Pinto instalaram as primeiras fazendas e a economia voltada à pecuária identificou e identifica a região. Além disso, Lages se tornou o centro irradiador do

¹²⁷ SANTOS, Sílvio Coelho. **Nova história de Santa Catarina**. 5 ed. Ver. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004, p. 43.

¹²⁸ SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História...**, op. Cit, p. 44.

¹²⁹ GUEDES, Asdrubal. **Lages: história, actualidades, símbolos**. Lages: Muller editora gráfica, 1979, p. 6.

povoamento do planalto. Segundo Santos, os campos de Curitiba e Campos Novos foram descobertos e povoados com fazendas e toda a região Oeste foi desbravada a partir desses núcleos iniciais¹³⁰.

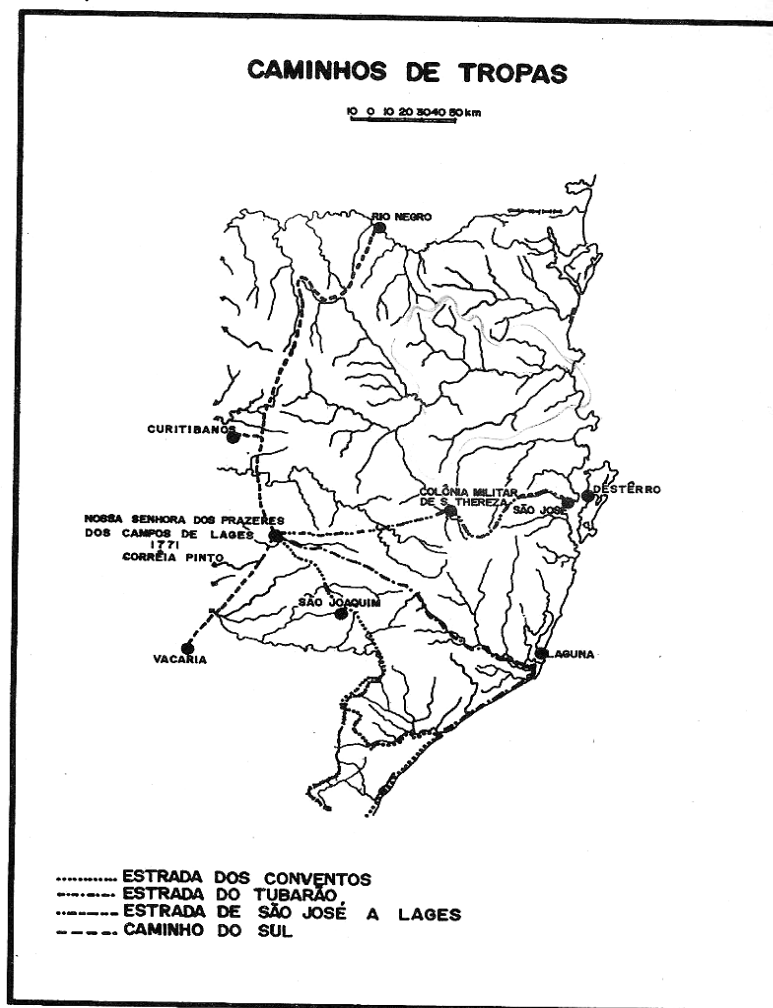


Figura 5: Caminho das Tropas. Adaptado de PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 76.

¹³⁰ SANTOS. Op. Cit, p. 45.

A figura 5 apresenta um esboço da estrada ou caminho das tropas. A utilização dos mapas se faz importante para visualizar a área em estudo e para sobrepor-los, identificando o espaço em estudo e facilitando o entendimento a respeito do território Xokleng.

Ainda sobre o início do povoamento na região, Paulo Pinheiro Machado coloca que o povoamento da região brotou de duas direções. Primeiro a que partia dos campos de Curitiba em direção ao Sul e Sudeste, constituindo a formação de currais e fazendas de criação de gado, dirigidos por particulares e expedições oficiais, como a que fundou Lages. A segunda leva de povoamento, a partir do século XIX partiu do Rio Grande do Sul, na direção de São Joaquim, Vacaria e Campos Novos¹³¹.

O município de Lages foi emancipado da Capitania de São Paulo em 1770, anexando-se à Capitania de Santa Catarina. Pelo mapa a seguir, de 1872, observamos que a capitania era tal qual observou Saint-Hilaire, uma das menores do Brasil e assim se limitava:

Ao norte é limitada pela Comarca de Curitiba, que pertence a Capitania de São Paulo; ao sul é separada da do Rio Grande do Sul pelo Mambituba; é banhada pelo Oceano do lado leste, e a oeste os seus limites ainda não se acham perfeitamente determinados.¹³²

Percebemos também analisando o mapa, que a região pertencente a Lages era bastante extensa. Se compararmos a região com um mapa atual, observamos que muitos dos municípios existentes hoje na região serrana desmembraram-se de Lages.

Mesmo tendo seu território desmembrado em vários municípios, Lages continua sendo o maior município de Santa Catarina em extensão territorial. Apesar de conter em seu quadro econômico atividades nos setores secundário e terciário, a produção no setor primário, ou seja, pecuária e atividades agrícolas são ainda destaques no município¹³³.

¹³¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 63.

¹³² SAINT-HILAIRE, August de (1779-1853). **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978, p. 127.

¹³³ AGOSTINI, Estelamaris. **Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, p. 20-21.

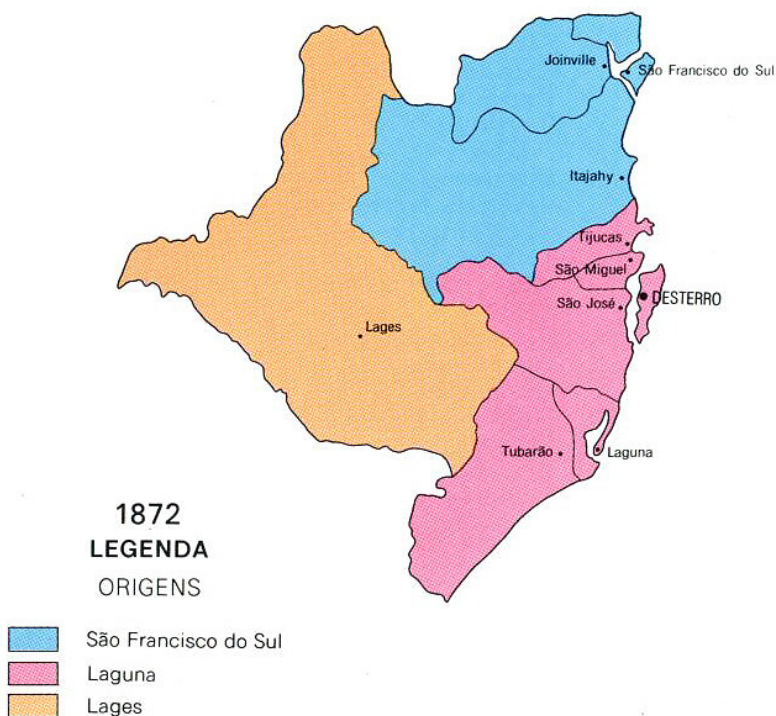


Figura 6: Mapa de Santa Catarina em 1872. Fonte: Site oficial do Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>. Acesso em 28 de janeiro de 2008

Durante a evolução territorial do município de Lages, muitos grupos humanos fizeram parte da formação da população. Muito antes do que qualquer nacional ou estrangeiro percorrer o caminho das tropas ou qualquer picada da região, grupos indígenas já a ocupavam.

A parte do território do atual Estado de Santa Catarina que forma a antiga Região Serrana era, nos tempos anteriores à descoberta do Brasil, ocupada por tribos, sobre as quais, ainda hoje, etnólogos, antropólogos e historiadores discutem origens, características raciais e delimitação de “habitat”, conquanto ultimamente verifica-se, entre eles acentuada tendência à aceitação de que em todo o planalto Catarinense, habitavam as tribos Xokleng e Kaingáng, pertencentes ambas ao denominado grupo “jê” ou Tapuia, pelo lado lingüístico.¹³⁴

Quando se começou os contatos entre as duas diferentes culturas, esses assumiam freqüentemente uma forma beligerante. “Normalmente a população “branca” procedia a eliminação dos bugres das regiões recém-ocupadas como forma preventiva de “limpeza de terreno”¹³⁵. Ainda de acordo com Paulo Pinheiro Machado, essa prática dos pioneiros foi mantida pelas populações posteriores. Isso se dava pela disputa de espaço e também porque a população não indígena não reconhecia os indígenas como gente. Os principais alvos da caçada dos bugreiros¹³⁶ eram os índios jovens e adultos. Mulheres indígenas jovens muitas vezes eram capturadas e transformadas em esposas de peões, pequenos sitiantes e tropeiros¹³⁷.

No século XIX, indígenas, principalmente Kaingáng, estreitaram as relações com a população não-índia. Isso provocou situações peculiares no que diz respeito às relações interétnicas, principalmente na região serrana. Machado nos apresenta uma dessas situações de absorção da população indígena pelos colonizadores:

Em maio de 1829, a Câmara Municipal de Lages enviou um ofício ao presidente de província informando que 29 “bugres” (10 homens, 10 mulheres, 5 crianças de peito e 4 rapazotes) se apresentaram às autoridades lageanas, no “acampamento dos Curitibanos”, e, entre eles havia uma bugra que falava bem o português. Ela declarou que os índios queriam viver entre lageanos e que, além deles outros parentes seus que estavam no mato também se apresentariam. A Câmara de Lages decidiu

¹³⁴ COSTA, Licurgo . **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, p. 3.

¹³⁵ MACHADO. Op. Cit, p. 58.

¹³⁶ Não-indígenas especializados em localizar, destruir aldeamentos e capturar alguns sobreviventes in: MACHADO, p. 58.

¹³⁷ Idem, p.58.

fundar nova povoação (Vila de Curitiba) com o auxílio desses indígenas e solicitava apoio do presidente da província.¹³⁸

Esses indígenas já tinham um longo contato com os tropeiros e fazendeiros da região. Muito provavelmente esses índios eram Kaingáng, pelo fato de historicamente ocuparem a região e por terem conforme em outros documentos, uma índole pacífica sendo constantemente chamados de índios mansos. Bastante diferente dos Xokleng, que são freqüentemente descritos como bárbaros, ferozes e desumanos¹³⁹.

A aproximação dos Kaingáng com a população não indígena trouxe benefícios para fazendeiros e colonos, pois inimigos históricos dos “bárbaros” Xokleng, os Kaingáng davam combate à esse grupo indígena em troca de armas e gêneros alimentícios.

Sobre a formação da população da região serrana de Santa Catarina, sabe-se que os tropeiros e fazendeiros que vieram dos campos gerais do Paraná e posteriormente do planalto do Rio Grande do Sul não se deslocavam sozinhos. Traziam consigo além de uma família extensa, escravos, índios domesticados e mestiços agregados. Em levantamento realizado pela Câmara Municipal de Lages, em 1833, tem-se que o município que abrangia todo o planalto serrano catarinense (figura 5), possuía 2.454 habitantes, distribuídos conforme a Tabela 1¹⁴⁰:

Distribuição da população de Lages segundo cor e condição social			
Livres		Escravos	
Branços	1.124		
Índios	97		
Pardos	564	Pardos	78
Pretos	422	Pretos	182
Total	2.207	Total	260

Tabela 1: Mapa dos fogos e população da província de Santa Catarina no ano de 1833. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, pasta n. 70. In: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** Op. cit, p.65.

¹³⁸ Idem, p. 59.

¹³⁹ Os documentos referidos dizem respeito à Ordem Pública, como Ofícios e Relatórios de Delegados e Sub-Delegados ao Presidente da Província e também Relatórios de Chefes de Polícia ao Presidente da província.

¹⁴⁰ MACHADO, op. cit, pp. 64-65.

De acordo com a tabela 1, podemos observar que não era insignificante a população não-branca (índios, pardos e pretos) no povoamento da região. Porém, nota-se também que é proporcionalmente pequeno o número de escravos, comparados à população não-branca livre. A pouca presença de escravos não é um fato observado apenas na região serrana. Auguste de Saint-Hilaire já observara que enquanto outras regiões o número de escravos se iguala e às vezes ultrapassa o número de homens livres, em Santa Catarina, onde não existiam minas de ouro nem grandes engenhos de açúcar, a proporção é de 1 escravo para cada 5 homens livres¹⁴¹. Logicamente, na região onde a natureza se propicia à pecuária, como no caso de Lages, a proporção apresentada por Saint-Hilaire se confirme, por haver menor emprego de escravos nesse trabalho. No entanto, não se utiliza nesse quadro o termo utilizado no artigo do jornal O Lageano, para designar os habitantes da região. Ou seja, onde está o “caboclo” na formação populacional de Lages? Se o termo caboclo não é diferenciado pelo fenótipo, padrão usado para construção do quadro acima, o termo referido no artigo do jornal refere-se, supomos, às características culturais? Apesar de o quadro populacional apresentado ser de 1833 e do artigo de 1919, estranha-se o fato desse vazio. Quem seria o caboclo lageano? Era simplesmente a população que não era índia nem negra? A partir de agora vamos nos concentrar na discussão do termo para tentarmos identificar o “caboclo serrano” e entender o sentido que o termo possui, apesar de ser este um tema que requer um maior aprofundamento. Os estudos os quais pesquisamos se referem à região Oeste, porém, a discussão acerca do termo caboclo faz-se necessário, ao nosso entender para elucidar o modo e o tratamento da população não indígena na região.

Em “O povo brasileiro”¹⁴², Darcy Ribeiro, na tentativa de “identificar a formação e o sentido do Brasil” dividiu a miscigenação da população brasileira em 5 “Brasis”. O “Brasil Crioulo”, o “Brasil Caboclo”, o “Brasil Sertanejo”, o “Brasil Caipira” e os “Brasis Sulinos”. Este último dividido em “gaúchos”, “matutos” e “gringos”. Dessa maneira, Ribeiro coloca que, na formação populacional do Brasil, o “crioulo” seria a população formada nas comunidades da faixa de terras do Nordeste, inserida economicamente nos engenhos açucareiros. A cultura “sertaneja” é aquela entendida através dos currais de gado, estendida desde o Nordeste árido até os cerrados do Centro-Oeste. O

¹⁴¹ SAINT-HILAIRE, op. cit, p. 129.

¹⁴² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap. IV. Pp. 269-444.

Brasil “caipira” é representado pela população mameluca (indígena e branca) paulista, constituída primeiramente de preia de índios para a venda e depois da mineração de ouro e diamantes, sendo posteriormente desenvolvida nas grandes fazendas de café. Sobre a “cultura do Sul” do Brasil, Ribeiro coloca a divisão entre gaúchos (ligada ao pastoreio), a matuta-açoriana (parecida com a caipira) e a gringo-caipira (das áreas colonizadas por imigrantes, predominantemente alemães e italianos). Por fim, o Brasil “caboclo”, segundo Ribeiro, seria aquela que se desenvolveu na Amazônia, engajada na coleta das drogas da mata e também nos seringais.¹⁴³

Eunice Sueli Nodari e Alexandre Sarda Vieira discutindo as renegociações étnicas no Oeste catarinense, definem o termo caboclo para designar o resultado da miscigenação do índio com o luso-brasileiro¹⁴⁴. Diferenciando-se do caboclo apresentado por Darcy Ribeiro. Nesse estudo, os autores apontam que existiram diferentes estágios de contatos entre os caboclos e os teuto e ítalo-brasileiros. Isso se dava pela dicotomia nós/eles, defendida por Barth¹⁴⁵ para explicar as relações e fronteiras interétnicas estabelecidas. Ainda segundo os autores, as fronteiras étnicas em diferentes momentos históricos, podem manter-se, apagar-se, reforçar-se ou mesmo desaparecer. Foi assim que no Oeste de Santa Catarina, primeiramente se tinha o confronto e o choque de duas formas de vida distintas entre si. O caboclo se confrontava com o novo, introduzido pelos imigrantes (teuto e ítalo), quase sempre aliados entre si. Mais tarde, induzido pelo próprio governo, houve o enaltecimento desse outro, o caboclo, onde os teutos e ítalo passaram de heróis a vilões¹⁴⁶.

Na mesma linha de estudo, e também tratando do Oeste de Santa Catarina, Jaci Poli¹⁴⁷ divide o povoamento da região Oeste do Estado em três fases. Apesar de não serem precisamente delimitadas, pensar dessa maneira auxilia no entendimento da ocupação humana da região.

¹⁴³ RIBEIRO. Op. Cit, p. 272.

¹⁴⁴ NODARI, Eunice Sueli; VIEIRA, Alexandre Sarda. O Oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas. In: **Fronteiras: Revista catarinense de história**: Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p. 29.

¹⁴⁵ Sobre os debates em relação à identidade e etnia, ver: BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1998, pp. 185-227. Em síntese, podemos dizer que etnicidade diz respeito ao pertencimento a um grupo que é reconhecido pelos outros como pertencente a esse grupo étnico.

¹⁴⁶ NODARI, Eunice Sueli; VIEIRA, Alexandre Sarda. **O Oeste...**, p. 30.

¹⁴⁷ POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEOM n. 24**. Chapecó: Argos, 2006. Pp. 149-184.

Segundo o autor, até meados do século XIX encontra-se a fase da ocupação indígena. Em seguida há a fase cabocla, que seria a população luso-brasileira que miscigenou-se com a indígena, tendo como atividades principais a agricultura e o tropeirismo, também presente na região serrana, em estudo.

Por último a fase de colonização. Essa que ocorreu principalmente no século XIX, pode ser observada também na região de Lages. Robert Ave-Lallemant, um viajante, que assim como Saint-Hilaire, esteve na região de Santa Catarina em 1858 e registrou suas impressões sobre a terra e a gente, já cita os alemães com os quais teve contato em Lages:

Todo o meu desejo e esperança de repouso estavam em Lages, lugar principal do planalto, onde em casa de um alemão, o senhor Trüter, para quem eu levava várias cartas de recomendação e que possui excepcional boa fama em toda a Província, esperava encontrar boa acolhida e tecto.¹⁴⁸

Avé-Lallemant ainda cita o senhor Kelling e outros alemães artífices que vieram de São Leopoldo para estabelecerem negócios e família em Lages.¹⁴⁹ Essa fase de ocupação é caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande de Sul, que assim como na região serrana, estavam envolvidos no processo de colonização e exploração madeireira.

Jaci Poli informa que das três fases, a fase cabocla é a menos estudada. No processo de povoamento, foram observadas várias fases de contato e de forma de tratamento aos caboclos. Primeiramente, esses (os caboclos) tinham uma predominância luso-brasileira. Normalmente eram pobres e raramente eram proprietários das terras que cultivavam e, segundo Jaci Poli, apesar de terem desbravado os sertões, tinham sua contribuição menosprezada pelo fato de terem uma filosofia divergente da população dominante¹⁵⁰. Outra razão pela qual os caboclos foram menosprezados na ocupação do Oeste foi o preconceito que surgiu pela atividade da agricultura. “As pessoas preferiam trabalhar como peões ou

¹⁴⁸ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, p. 67.

¹⁴⁹ Idem, p. 71.

¹⁵⁰ POLI, p. 150.

tropeiros do que agüentar o cabo de uma enxada ou a barra de um arado. A atividade pecuária dava mais “status”. ”¹⁵¹

Afinal, quem foi o caboclo? Desses estudos, podemos realizar uma aproximação com o caboclo da região serrana, em estudo. Isso porque as condições e os contextos se aproximam razoavelmente. Logo, não é difícil entender, ou mesmo concordar com Jaci Poli quando coloca que a conceituação de caboclo é muito mais social e econômica do que racial. Nas palavras de Sílvio Coelho dos Santos:

Essa população era essencialmente pobre. Raramente algum indivíduo era alfabetizado. O pouco que conseguiam como excedente na produção, permitia a aquisição do essencial em termos de roupas, ferramentas, munição e sal. Esses excluídos sociais, em boa parte, acabaram envolvidos pela expansão colonial que ocorreu em Santa Catarina. Serviram como agregados nas fazendas; participaram de diversas guerras, em lealdade aos patrões; foram mateiros e guias de serviço de agrimensura; serviram de mão-de-obra nas tarefas de instalação das colônias; exerceram o ofício de “caçadores de índios”, ou seja de bugreiros, por imposição do sistema governamental; finalmente como seguidores dos monges acabaram envolvidos na Guerra do Contestado.¹⁵²

Entretanto, Jaci Poli coloca que se melhorasse de vida, adquirindo uma propriedade, tornando-se comerciante ou pequeno industrial, deixavam de ser chamados de caboclo, passando a ser chamado de português ou brasileiro, não mais admitindo a denominação de caboclos.

Observamos que, muitas vezes, um termo pode adquirir vários significados, ou mesmo, que pode remodelar seu significado conforme o contexto histórico em que está inserido. O termo caboclo é sem dúvida, um termo de difícil definição. Como vimos, não podemos minimizar seu significado definindo-o como uma miscigenação do indígena com o luso-brasileiro, pois seria abrir mão da gama de significados sócio-econômicos que o termo carrega consigo. No entanto, desconsiderar esse fator implica em não observar talvez, um dos fatores mais fortes no que diz respeito ao preconceito ao “ser” caboclo. Observamos também

¹⁵¹ Idem, p. 150.

¹⁵² SANTOS, Sílvio Coelho dos. O panorama sóciodemográfico no início do século. In: CORRÊA, Humberto. [et al.] 2 ED. **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000, pp. 115-117.

que o termo, muito utilizado no Sul do Brasil, é de uso comum também em outras regiões, o que aumenta sua gama de significados.

Na região do planalto serrano, precisamente a região de Lages, temos que é sim predominante a idéia do caboclo como a miscigenação do luso-brasileiro com o indígena. Porém, percebemos que a idéia da diferenciação entre o trabalho na agricultura e na pecuária, e a construção do preconceito da atividade pecuária em relação à agricultura, toma lugar nessa região, contribuindo assim, nas idas e vindas da relação do caboclo com os outros sujeitos históricos e abrindo espaço para a conceituação com bases sócio-econômicas e porque não dizer culturais. Isso porque a constituição do território de Lages esteve como vimos, intimamente ligada ao tropeirismo e a atividade pecuária.

Lobato pôde até ter simbolizado o feitio do caboclo, principalmente na maneira simples de ser, visto que o caboclo é conceituado, tendo como condição fundamental de reconhecimento, um ser pobre que vive toscamente¹⁵³. No entanto, imaginar que o caboclo possa passar seus dias “sem ânimo pra fazer nada, passando os dias de cócoras pitando cigarros de palha” seria denegrir ainda mais a imagem desse sujeito.

Logo, temos que, o caboclo, seja no Oeste, ou no planalto serrano de Santa Catarina, na região de Lages, ou mesmo nos diversos lugares do Brasil, teve um papel fundamental na constituição do espaço físico e humano. Também é certo pensarmos que sua figura, obteve através do tempo diferentes percepções, diferentes significados, mas que sempre estiveram ligados à questão sócio-econômica e cultural.

Junto aos caboclos, em uma segunda leva de povoamento de população não indígena, temos no século XIX, assim como boa parte do Sul do Brasil, a imigração européia. Esse conjunto, indígenas, caboclos e imigrantes europeus, formou a população de Lages, e os contatos entre esses grupos, a partir de um elemento comum, a araucária, norteará os próximos capítulos.

¹⁵³ Poli. Op. Cit, p. 176.

2 POR ENTRE AS MATAS DE ARAUCÁRIAS

Em seu artigo, intitulado de “Para fazer história ambiental”, Donald Worster define essa nova história como o resultado da união de três níveis. Três conjuntos de questões que a história ambiental procura responder exigindo cada um deles, contribuições de outras disciplinas, aplicando métodos especiais de análise. O primeiro nível trata da natureza propriamente dita. O segundo, do domínio socioeconômico e o terceiro nível de análise, a interação humana na natureza no sentido cultural.

Partindo desse princípio, entendemos o segundo nível, o domínio sócio-econômico, na medida em que esse interage no ambiente. Nesse nível os estudos do pesquisador se preocupam com ferramentas de trabalho, as relações sociais que brotam deste trabalho bem como os modos como os povos produzem bens a partir de recursos naturais.¹⁵⁴ No nosso caso, esse nível pode ser estudado através da cultura material, produzida pelos indígenas relacionando-as com o meio e também pelo papel econômico desempenhado pela araucária para os não indígenas.

Têm-se como terceiro nível os estudos da interação exclusivamente humana, puramente mental, de valores éticos, mitos, leis e outras estruturas de significação que fazem parte do diálogo de um indivíduo ou grupo com a natureza. A importância e os significados que os grupos humanos, em destaque os Xokleng e Kaingáng, além dos não indígenas dão a estes elementos naturais fazem parte desse nível de análise. E para que façam sentidos os níveis de estudo acima citados, têm-se o primeiro nível, ou seja, o estudo da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado, incluindo o homem.

Neste capítulo procuraremos dar conta dos três níveis propostos, pois concordamos que “embora possamos, para efeito de clareza, distinguir esses três níveis de estudo ambientais, eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo”¹⁵⁵. Para podermos contemplar os três níveis, num primeiro momento daremos ênfase a aspectos naturais, priorizando pesquisas de várias áreas que têm a araucária angustifolia como objeto de estudo.

Também trataremos dos outros dois níveis, pois analisaremos a relação dos indígenas e não indígenas com a araucária, focalizando as

¹⁵⁴ WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Op. cit, p. 202.

¹⁵⁵ Idem, p. 202.

diferenças com que cada grupo se relaciona com a natureza e o meio e como esse se insere dentro da cultura e das relações sociais dos sujeitos.

2.1 Localização e características

Esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas paisagens que já percorri desde que cheguei à América; suas terras são menos planas e não se tornam tão monótonas como as nossas planícies de Beacue, mas as ondulações do terreno não chegam a ser tão acentuadas de maneira a limitarem o horizonte. Até onde a vista pode alcançar, descortinam-se extensas pastagens; pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária. Surgem aqui e ali nas baixadas, o tom carregado de sua folhagem contrastando com o verde claro e viçoso do capinzal.¹⁵⁶

Nas palavras do naturalista e botânico Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu os sertões de Curitiba e Santa Catarina em 1820, a araucária se sobressaía imponente na paisagem dos Campos Gerais e já chamava a atenção de quem viajasse pela região, prevendo a exploração pela qual a espécie passaria.

Para o que objetivamos, o estudo da natureza propriamente dita é, segundo José Augusto Drummond, o primeiro passo. Passo este que é seguido do diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais, que são pertinentes para o entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas.¹⁵⁷

As Matas de Araucárias estendem-se por um grande território. Erroneamente ela é estudada muitas vezes como um domínio a parte. No entanto, mesmo as Matas de Araucárias, que se distribuem em altitudes elevadas, distantes do litoral brasileiro, constitui-se em uma das partes do Bioma Mata Atlântica. Esse Bioma

(...) se distribui em faixas litorâneas, florestas de baixada, matas interioranas e campos de altitude (...). Pela extensão que ocupa do território brasileiro, a Mata Atlântica apresenta um conjunto de ecossistemas com processos ecológicos interligados. As formações do bioma são as florestas Ombrófila densa, Ombrófila Mista (mata de araucárias), Estacional Semidecidual e Estacional

¹⁵⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1779-1853) **Viagem a Curitiba...** pp. 15-16.

¹⁵⁷ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 4, n.8, 1991. Estudos Históricos, p. 181.

Decidual e os ecossistemas associados como manguezais, restingas, brejos interioranos, campos de altitude e ilhas costeiras e oceânicas¹⁵⁸.

Assim sendo, a ocorrência desse tipo de flora, não representa uma nova denominação. Ela faz parte da Mata Atlântica mesmo com todas as suas peculiaridades e diferenças em relação à flora litorânea, que é chamada de Floresta Ombrófila Densa (FOD).

A Floresta com Araucárias recebe diferentes denominações. Podemos citar entre elas: Floresta de Pinheiros, Pinhais, Pinheirais, Mata de Araucária e Araucarilândia. Porém, em 1991 o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) designou essa formação como Floresta Ombrófila Mista (FOM). O termo ombrófila significa alta pluviosidade e mista designa a mistura de floras¹⁵⁹.

A FOM é caracterizada pela presença do pinheiro-do-Paraná (Araucária angustifolia), que foi descrita cientificamente pelo naturalista europeu Antonio Bertolini, no século XIX. Interessante foi o fato de a análise ter sido feita por material colhido num exemplar da planta no Morro do Corcovado, Rio de Janeiro, local este onde não há incidência dessa vegetação. Provavelmente o exemplar foi transplantado para lá.

A publicação do trabalho científico aconteceu em 1820. Originalmente a espécie recebeu o nome científico de *Columbea angustifolia*. Mais tarde, quando se descobriu que a espécie descrita por Bertolini tinha forte afinidade com a espécie conífera originária do Chile (Araucária araucana) é que houve a mudança do nome de *Columbea* para *Araucária*.¹⁶⁰

O termo proposto por Antonio Bertolini, logo foi aceito e utilizado para designar o pinheiro-do-Paraná, sendo utilizado nos relatos de Auguste de Saint-Hilaire e Robert Avé-Lallemant. Este último em um dos momentos que descreve a paisagem serrana, em sua obra “Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo”, de 1858, assim registra suas impressões acerca da floresta:

¹⁵⁸ S/A. Disponível em: <www.sosmatatlantica.org.br> Acesso em 25 de novembro de 2008.

¹⁵⁹ CASTELLA, Paulo Roberto; BRITEZ, Ricardo Miranda. **A Floresta com Araucária no Paraná: conservação e diagnósticos dos remanescentes florestais**. Fundação de Pesquisa Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 7.

¹⁶⁰ KOCH, Zig. Op. Cit, p. 32.

Colinas sucedem a colinas, uma encosta relvada domina a outra, uma cadeia de serras segue a outra; tudo é uma confusa terra de pedra-de-areia cobertas de líquens, ou tudo é coberto de densas matas de araucárias. Nesse planalto, essas vigorosas colunas vegetais sobem, aos milhões, de profundos desfiladeiros e trepam as mais íngremes encostas até aos píncaros das empinadas coxilhas – floresta escura, silenciosa, grave, que eu poderia chamar com propriedade de floresta negra.¹⁶¹

É importante salientar que o gênero não é único. Não existe unanimidade em termos numéricos, porém, acredita-se que existam cerca de 30 espécies de araucária. Todas as espécies de araucária encontram-se no hemisfério sul e apenas duas vivem na América do Sul: a Araucária angustifolia, encontrada no Brasil, Argentina e numa pequena área do Paraguai, e a araucária araucana, que ocupa regiões do Chile e também da Argentina. Outras espécies são encontradas na área do Pacífico Sul, na Austrália, Papua Nova Guiné entre outros¹⁶².

A araucária angustifolia possui um tronco reto, uniforme e cilíndrico. Sua altura pode variar de 30 a 50 metros e o diâmetro do tronco pode alcançar até 2 metros. Sua aparência varia conforme a sua idade. Quando jovens as árvores apresentam sua copa em forma de cone. Já adultas as copas tomam uma forma que lembra um guarda-chuva, com galhos e ramos simétricos. Quando sênior a copa adquire a forma de taça¹⁶³.

¹⁶¹ AVÉ LA-LALLEMANT, Robert (1812-1884). **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; 1980, p. 58.

¹⁶² KOCH, Zig. Op. cit, p. 25.

¹⁶³ Idem, p. 32.



Figura 7: Araucárias no interior da Terra Indígena Xapecó, de etnia Kaingáng, em 2007. Esses exemplares estão em idade sênior. Foto do autor.

As folhas são duras e pontiagudas. Permanecem por vários anos na planta. A tonalidade escura das folhas rendeu o apelido de “mata preta” dado às florestas. A araucária é uma planta dióica. Ou seja, possui árvores masculinas e femininas. A polinização ocorre entre os meses de agosto e outubro, quando o vento transporta o pólen da flor masculina (mingote) até a flor feminina (pinha). A partir daí desenvolvem-se as sementes, os pinhões, que maduros servem de alimento a animais e ao homem. Uma planta vive em média entre 200 e 300 anos, sendo sua idade calculada pelos anéis de crescimento que vão sendo formados no tronco ¹⁶⁴.

No sul do Brasil, encontramos a maior área de abrangência da Mata de Araucárias. Apesar de encontrarmos exemplares dessa espécie nas áreas altas de São Paulo e Minas Gerais e Rio de Janeiro.

¹⁶⁴ KOCH, Zig. Op. cit, p. 33.



A



B

Figura 8: a) Mingote – flor masculina da araucária; b) Pinha – flor feminina da araucária. Adaptado de KOCH, op. Cit, p, 39.

A área de Araucária no Brasil inclui em primeira linha as partes mais altas das montanhas do sul, os planaltos, que iniciam ao norte do Vacacaí-Jacuí, e que rapidamente atingem altitudes médias de 600 a 800 m, com alguns poucos lugares em que ultrapassam 1.000 m.¹⁶⁵

Nos estados do sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, o limite inferior de altura onde podemos encontrar exemplares de araucárias situa-se em 500 metros. Na Serra da Mantiqueira e no Itatiaia, ou seja, no planalto de São Paulo e Rio de Janeiro, as Matas de Araucárias iniciam-se acima de 1.200 metros.¹⁶⁶

A figura 9 apresenta um mapa no qual podemos visualizar a abrangência das Matas de araucárias no Brasil. Nele percebemos que a incidência da espécie recai em maior parte no sul do Brasil. Os limites estabelecidos pelos estudos de Kurt Hueck para a área de distribuição da araucária angustifolia encontram-se ao sul restrito à região montanhosa do norte do Rio Grande do Sul, a leste coincide com a Serra do Mar. Ao norte registra-se a ocorrência no Rio Doce e a oeste a Mata de Araucárias penetra na Argentina, na Província da Misiones (por esse motivo é designada lá como piño misionero)¹⁶⁷.

¹⁶⁵ HUECK, Kurt. **As florestas da América do Sul: ecologia, composição e importância econômica**. Tradução de Hans Reichardt. São Paulo: Polígono, 1972, p. 207.

¹⁶⁶ Idem, p. 207.

¹⁶⁷ Idem, pp.213-214.

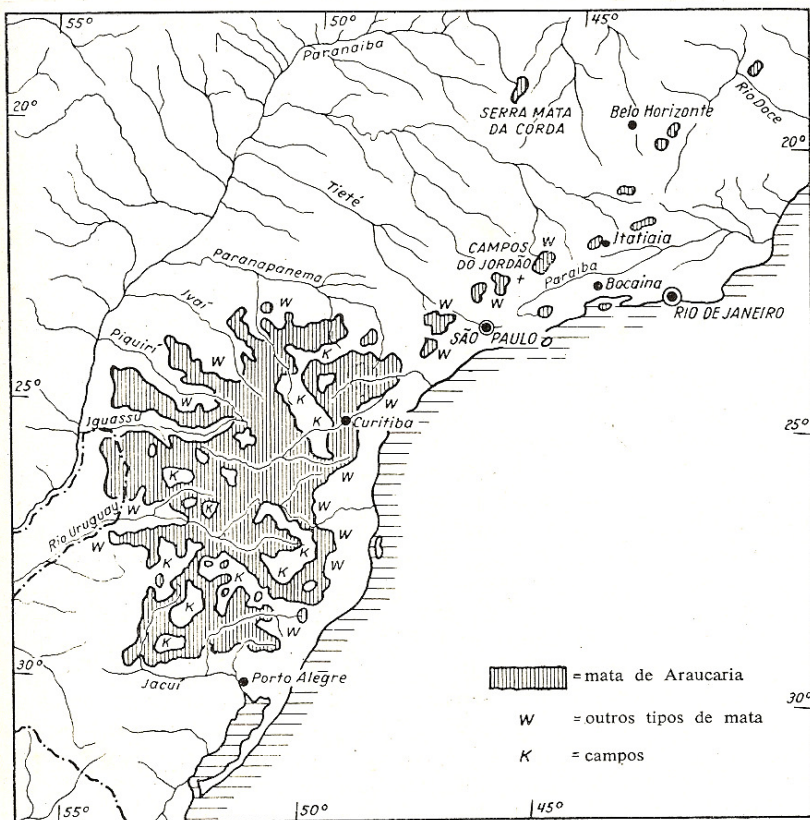


Figura 9: Localização da Mata de Araucária no sul do Brasil e Argentina. Adaptado de HUECK, Kurt. *As florestas da América do Sul...*, p. 213.

Sobre a ocorrência da araucária angustifolia no Estado de Santa Catarina, em seu trabalho, Kurt Hueck ainda coloca que,

A araucária se encontra como elemento principal da paisagem nos altos da Serra da Fartura, isto é, no divisor de águas entre o Rio Chapecó e o Rio Chopim, na bacia fluvial do médio e alto Rio Uruguai, do Rio do Peixe e do Rio Pelotas, do Rio Caveiras e do Rio Marombas. Da mesma forma as matas de araucárias são o elemento predominante no limite com o Estado do Paraná. Estas matas também são interrompidas por campos em grandes extensões, nos quais se encontram algumas árvores ou grupos de

araucárias. Ainda existem matas virgens nos municípios de São Joaquim, Curitiba e Chapecó, onde se encontram árvores de até 30 m de altura e diâmetros de 1 a 1,5 m (1,5 m muito raramente). Na região dos rios costeiros, especialmente no vale do Rio Itajaí, que penetra profundamente no Estado, as matas de araucária perdem sua predominância, até desaparecer completamente.¹⁶⁸

Desse modo podemos observar o mapa e ver que proporcionalmente, a abrangência da Mata de Araucárias no Estado de Santa Catarina é maior que nos demais. No Estado de Santa Catarina ocorre a FOD entre o litoral até as Serras Geral, do Mar e do Espigão. Apesar de nos referirmos continuamente ao Estado de Santa Catarina, para tratar das características da araucária no item a seguir, usaremos trabalhos que caracterizam a região como um todo.

2.2 A Mata de araucárias, mas não só de araucárias...

A presença da araucária, com toda sua exuberância e imponência é o que caracteriza a FOM. No entanto, além das espécies relacionadas a ela, tem-se que a araucária angustifolia não é uma espécie única. Ela possui variações. Pesquisadores que estudaram a araucária no Brasil, principalmente nos anos 60, publicaram trabalhos onde descrevem as variedades de espécies de araucárias. Essa variedade é observada pela coloração dos pinhões e em alguns casos na forma das folhas e ramos. Na compilação desses trabalhos, Zig Koch apresenta nove variedades de araucárias¹⁶⁹, sendo que a Araucária angustifolia (Bertol.) Kuntze é a mais conhecida.

¹⁶⁸ HUECK, Kurt, op. cit, p. 215.

¹⁶⁹ a) *A. angustifolia* var. *sancti-josephi* Reitz & Klein: conhecida como pinheiro-são-josé, por amadurecer os pinhões já em março, mês do santo; b) *A. angustifolia* var. *alba* Reitz & Klein: Possui o nome vulgar de pinheiro-branco, devido a coloração dos pinhões; c) *A. angustifolia* var. *angustifolia* (Bertol.) Kuntze: é a mais conhecida. Os pinhões são vermelhos e amadurecem entre abril e maio; d) *A. angustifolia* var. *indehiscens* Mattos: possui o nome de pinheiro-macaco. Apresenta pinhões maduros de setembro a janeiro. Além disso, se caracteriza pelo fato das sementes maduras não caírem ao chão; e) *A. angustifolia* var. *nigra* Reitz & Klein: conhecido como pinheiro-preto, referente a coloração dos pinhões; f) *A. angustifolia* var. *caiova* Reitz & Klein: apresenta o amadurecimento dos pinhões entre junho e julho. Recebe esse nome por causa dos guarani que a batizaram; g) *A. angustifolia* var. *striata* Reitz & Klein: popularmente conhecida como pinheiro rajado devido as estrias vermelho-escuras que enfeitam os pinhões; h) *A. angustifolia* var. *semi-alba* Reitz & Klein: Possui pinhão com a ponta esbranquiçada, por isso recebe o nome de Pinheiro-de-ponta-branca; i) *A. angustifolia* var. *elegans* (Hort.) Reitz & Klein: de nome pinheiro-elegante por causa do seu porte



Figura 10: Pinhas abertas com pinhões. Adaptado de KOCH, op. Cit, p, 39.

Nesse universo de espécies, temos em nossa área de estudo a presença da *Araucária angustifolia* (Bertol.) Kuntze, a mais comum entre as espécies e que está associada a uma variedade de espécies de flora e fauna. Segundo Zig Koch, “a maior floresta original do sul do Brasil, que chegou a cobrir mais de um terço de toda a região é riquíssima em biodiversidade”¹⁷⁰.

Todos os trabalhos consultados se basearam em obras dos pesquisadores Roberto Klein e Raulino Reitz¹⁷¹. Analisando os dados obtidos desses pesquisadores, pudemos entender a dinâmica natural que envolve a araucária e seu ecossistema.

As araucárias permitem uma variedade em seu ecossistema, e também ela se molda em diferentes agrupamentos. Para as Matas de araucária no planalto sul-brasileiro, foram identificados diferentes agrupamentos ou sub-bosques:

característico. Possui ramos delgados e numerosos, além de folhas menores e mais juntas. In: KOCH, Zig. Op. Cit, p. 37

¹⁷⁰ Idem, p. 43.

¹⁷¹ Podemos exemplificar como obras mais citada nos trabalhos que pesquisamos: KLEIN, Roberto Miguel. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil. *Sellowia*. Itajaí, v.36. pp. 5-54, 1984; KLEIN, Roberto Miguel. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *Sellowia* 12 (12):17-44, 1960; REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M; REIS, Ademir. *Madeiras do Brasil*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

- I. Araucária e campo
- II. Araucária e associações pioneiras
- III. Araucária e *Ocotea Pulchella* (Canela lageana)
- IV. Araucária e *Ocotea Porosa* (Imbuia)
- V. Araucária e Mata Pluvial.¹⁷²

Cada associação dessas relaciona-se com diferentes espécies arbóreas, apresentando diferentes condições para o desenvolvimento da araucária. A primeira associação, chamada de Araucária e campo caracteriza as regiões de campos de altitude, geralmente cercados pela floresta de araucária. Essas regiões possuem clima frio e solos rasos. Os campos de Lages e de São Joaquim em Santa Catarina são exemplos dessa primeira associação.

Os campos de altitude do sul do Brasil são comunidades de gramíneas de caules altos, cujo limite com as matas é muito irregular, mas em geral bem definido. São ricos em espécies baixas (...). Com uma monótona uniformidade, eles se estendem por centenas de quilômetros quadrados pelos planaltos pouco ondulados, perdendo-se no horizonte interrompidos por um sistema ricamente ramificado de vales rasos, em que as matas sobem até bem alto¹⁷³.

A tendência natural de relação entre os campos e as araucárias conforme Zig Koch seria a progressiva invasão dos pinheiros sobre os campos, o que não ocorre devido a “violenta interferência humana”. Essa invasão seria precedida pelas espécies pioneiras, chamadas assim por serem mais resistentes. Essas espécies pioneiras preparariam o solo para a instalação da araucária.¹⁷⁴

A segunda associação, constituída da araucária e associações pioneiras, se trata de formações mais complexas, pois se constitui da invasão do pinheiro e outras arbóreas nas nascentes, baixadas e margens de rios e córregos, construindo ilhas de matas em meio às gramíneas rasteiras. Pode-se encontrar nesses chamados capões¹⁷⁵ espécies como

¹⁷² CARVALHO, Miguel Mudstock de. **O desmatamento das floresta de araucária...** op.cit, p. 49.

¹⁷³ HUECK, Kurt, op. cit, p.229.

¹⁷⁴ KOCH, Zig. Op. cit, p. 44.

¹⁷⁵ A palavra capão tem origem indígena e significa “mata redonda”. Os capões de pinheiros, instalados sobre os campos, situam-se nas pequenas depressões de terreno, nos locais onde brotam fontes de água e em outros pontos onde cujo solo é mais apropriado. In: KOCH, Zig. Op. cit, p. 44.

“aroeirinha (*Schinus weinmanniifolius*), Aroeira salsa (*Sch. Molle*), Guaperê (*Clethra scabra*), Guabirobeira (*Camponanesia xanthocarpa*), Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Bracatinga (*Mimosa scabrella*), entre outras”¹⁷⁶.

A araucária associada a *Ocotea pulchella* é o terceiro agrupamento e o mais comum nas Matas de araucária. É encontrado nos campos de Palmas no Paraná e em Santa Catarina nos municípios de Chapecó, Irani, Campo Erê, Campos Novos, Curitibanos, Lages e São Joaquim, além de Vacaria, Bom Jesus e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul. Constitui-se numa mata mais densa e complexa se comparada as anteriores. Agrupando espécies como Guaçatunga (*Casearia decandra*), Canela sebo (*Ocotea puberula*), Guaraperê (*Lamonia speciosa*), Gramimucha (*Weinmannia paulliniaefolia*), Camboatá (*Matayba elaeagnoides*), Açoiça cavalo (*Luehea divaricata*), Camboatá (*Cupania vernalis*), Pessegueiro bravo (*Prunus sellowii*) e outros.

Como quarto agrupamento temos a araucária com a imbuia (*Ocotea Porosa*). Esse agrupamento ocorre em uma ampla região de Santa Catarina, que vai de Mafra e Curitibanos, passando por Porto União até Caçador¹⁷⁷. A Imbuia é da espécie da família Lauraceae, ocorrendo predominantemente na Floresta com Araucária, posicionando logo abaixo dos pinheiros. Isso é perfeito para a planta, pois necessita de sombreamento leve, o que é oferecido pelas copas dos pinheiros.

Acredita-se que seja a espécie com vida mais longa nesse tipo de floresta, podendo chegar os 500 anos de idade. No Estado de Santa Catarina, há registros de um exemplar milenar. (...) Por causa de sua madeira de excelente qualidade e grande beleza, foi explorada à exaustão pela indústria madeireira e, atualmente, integra a lista de espécies ameaçadas de extinção da flora brasileira.¹⁷⁸

Nessa associação, além da imbuia também é bastante numerosa a Sapopema (*Sloanea puberula*) e Erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Encontra-se também Açoiça cavalo (*Luehea divaricata*), Caúna (*Ilex Theezans*), Guaçatunga (*Casearia decandra*), Guabiju (*Eugenia*

¹⁷⁶ CARVALHO, Miguel Mudstock de. **O desmatamento das floresta de araucária...** op.cit, p. 50.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ KOCH, Zig. Op. cit, p. 45.

pungens), e outras¹⁷⁹. Esse agrupamento talvez seja o que possui maior valor econômico para a população não indígena. Isso por conta da Imbuia, da Sapopema e da Erva-mate. Esta última, apesar de se encontrar em outras formações florestais, se caracteriza como espécie típica da Mata de Araucárias. O seu valor se encontra no uso das folhas para a preparação da erva de chimarrão, normalmente em escala industrial.

Já a Sapopema, tem valor comercial devido sua madeira dura e pesada, usada na construção civil, carpintaria e na produção de cabos de ferramentas¹⁸⁰.

A última associação da quais as araucárias pertence corresponde a Mata Pluvial. São florestas nas quais ainda aparecem os pinheiros, porém, no sub-bosque predominam espécies da Floresta Estacional Decidual e Semi-Decidual. Também ocorre essa associação no contato da Mata de Araucárias com a Floresta Ombrófila Densa. Essa situação ocorre na borda oriental das Serras do Mar e Geral, em Santa Catarina e no Paraná.

A flora associada à Mata de Araucárias como vimos é bastante diversificada. O entendimento da dinâmica natural desse ecossistema ajuda na compreensão do todo, no que se refere à relação homem-meio. Nesse primeiro momento, concentramos em elucidar os aspectos naturais referentes à flora. Por conta desses variado conjunto de vegetação, desenvolvem-se nas Matas de Araucárias muitas espécies de animais. Despenderemos agora um espaço para expormos sobre a fauna associada à Mata de Araucárias. Tão importante quanto entendermos a dinâmica da flora, é associarmos às espécies de animais que nela vivem, pois a caça consistia em uma grande parcela da dieta alimentar dos Xokleng.

A fauna associada Mata de Araucárias é tão diversificada quanto às espécies vegetais também associadas. Só entre aves são mais de 250 espécies. Nos meses frios quando amadurecem os pinhões, a fartura de alimento dá início a uma intensa cadeia alimentar.

Mamíferos como os macacos-prego e bugios e também as aves como as gralhas alcançam as copas das árvores, debulhando e derrubando as pinhas. Embaixo, outros bichos aproveitam as pinhas para se alimentarem. Por fim, os restos são aproveitados por insetos, como formigas, moscas e lesmas. O aumento do número de indivíduos de

¹⁷⁹ CARVALHO, p. 50.

¹⁸⁰ KOCH, Zig, p. 45 e p. 48.

diversas espécies aumenta as opções de caça para mamíferos como o puma, gato-do-mato e onças.

Outros animais que circulam na região, não só, mas principalmente na época do amadurecimento das pinhas, é a anta, muito apreciada pelos Xokleng, o ouriço, a paca e a cutia. A quantidade de animais disponíveis na região por conta principalmente do amadurecimento dos pinhões facilitam as investidas de caça. O porte que varia do pequeno ao médio garantem o sustento dos grupos Xokleng.

Os animais também são importantes na manutenção da biodiversidade e pelo menos dois podem ser citados como dispersores da araucária. Assim como a gralha-azul, que virou símbolo da Mata de Araucárias, alguns morcegos também se caracterizam por serem dispersores da araucária, pois carregando as sementes de um lado pra outro estas muitas vezes caem, dando origem a novas plantas ¹⁸¹.

A variedade de espécies animais, principalmente, garantia aos Xokleng, e também aos Kaingáng, o complemento à dieta baseada no pinhão. Isso porque as espécies vegetais associadas à Mata de araucárias não são árvores frutíferas, como as encontradas no litoral, mostrando sua capacidade adaptativa e preferência pela carne.

Podemos então calcular a importância da araucária para os povos indígenas e também para os não indígenas, dentro do âmbito social e cultural que a espécie representou.

2.3 A araucária e sua importância para nossos sujeitos

Se como alimento o pinhão consistiu na principal dádiva da araucária para os indígenas, é na madeira e no seu variado uso que consiste a riqueza dessa espécie para os não indígenas no século XIX e no seu valor comercial no século XX. No século XIX os viajantes que percorriam as regiões de incidência da araucária já se impressionavam com a árvore e a qualidade de sua madeira. Auguste de Saint-Hilaire comenta sobre a araucária e sua qualidade como madeira, que pode ser empregada em carpintaria e marcenaria. Os indígenas, porém, não tinham o hábito do uso de sua madeira, segundo Saint-Hilaire, a respeitam, pois sabem de sua utilidade no fornecimento de alimento. ¹⁸²

O uso da araucária se tornou cotidiano pelos colonos e caboclos. Praticamente tudo que era feito de madeira, era produzido com madeira

¹⁸¹ KOCH, Zig, p. 55.

¹⁸² SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit, p. 17.

da araucária. Quando Robert Avé-Lallemant em viagem a Santa Catarina em 1858 se hospedou na casa do Coronel Sousa no planalto, assim descreveu a casa de seu hospedeiro:

Aqui encontrei a completa expressão do planalto de Santa Catarina. A construção interior da casa era genuinamente nacional, de madeira de araucária. Soalho, portas, paredes, teto, mesas, bancos, tudo, asseado e variadamente ornado, feito de tábuas e traves de pinho. A madeira é mais dura e mais amarelada-escura do que o pinheiro nórdico e simplesmente polida, dá a impressão excepcionalmente boa, sobretudo quando, antes de ser trabalhada foi guardada bastante tempo. Eis porque a casa do Coronel Sousa me pareceu a casa ideal numa serra de araucária, sólida, simples e limpa, com a expressão de uma certa abundância, que de modo algum é perturbada pela ausência de vidraças nas janelas.¹⁸³

Podemos inferir nesse relato de Avé-Lallemant a possibilidade de muitos casos semelhantes. Como a madeira possui excelente qualidade, podemos supor que desde o início da expansão não indígena para o planalto a madeira de araucária passou a ser utilizada cada vez mais, e que não se tornou ainda no século XIX um produto de exportação devido às dificuldades em deslocar essa madeira para o litoral, como já observara Auguste de Saint-Hilaire em 1820.

À medida que se intensificava a ocupação não indígena no planalto, iniciada no século XVIII com o caminho das tropas, mais e mais as florestas iam sendo derrubadas com maior intensidade para dar espaço aos núcleos urbanos que iam surgindo. Lages surgiu nesse contexto, sendo fundada em 1766. Além do espaço físico necessário para a construção, os colonos usavam a árvore para fazer casas, nem todas com o requinte da descrita por Avé-Lallemant, mas todas a partir da madeira da araucária. Com ela também faziam as cercas, galpões, carroças e utensílios domésticos, além da obtenção de lenha.

Essas explorações iniciais da madeira de araucária, de imediato proporcionaram o deslocamento dos indígenas de algumas áreas que ocupavam ou que utilizavam durante a coleta do pinhão. Também proporcionaram um contato maior entre indígenas, caboclos e colonos. A caça começou a ser dificultada para os indígenas, pois caboclos e colonos também caçavam. Além de aumentar a concorrência, a disputa por alimento era desigual, isso porque dispunham de armas de fogo. Até

¹⁸³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit, p. 63.

mesmo o pinhão se tornou um interessante alimento para não indígenas e para suas criações. Além de comerem a semente da araucária, o pinhão era utilizado também como ração para porcos. Essa prática é assinalada por Saint-Hilaire que diz que

Mal os europeus desembarcaram no litoral do Brasil eles aprenderam a conhecer a árvore que produz esse fruto (pinhão), que constituía a maior parte da alimentação dos antigos paulistas em suas bárbaras e aventurosas expedições contra o Paraguai. Ainda hoje os habitantes dos Campos Gerais comem as sementes da araucária e as empregam com sucesso para engordar os porcos.¹⁸⁴

Porém, a utilização e a importância da araucária para os não indígenas era mesmo a madeira, mas que de início, não se destacou como produto de importância econômica, já que a economia dessa região estava baseada na pecuária.

“A lenta ocupação do território que se deu ao longo do Caminho do Sul (das tropas) levou a organização de estâncias e consolidou a pecuária na região (Lages).”¹⁸⁵ O desenvolvimento da pecuária pelos caboclos e colonos na região de Lages é explicado por Saint-Hilaire (que trata não especificamente de Lages, mas dos Campos Gerais) pelo fato de ser a ocupação que a própria natureza da região os forçou, basta lembrarmos que na região predomina o agrupamento I de araucárias, que consiste em araucária e campo. Além disso, existe também a exigência de poucos cuidados e quem se dedica a essa atividade só trabalha em determinadas épocas. E foi assim, por muito tempo, que a atividade quase que exclusivamente na região foi a criação de gado¹⁸⁶. Somente após um século de ocupação é que se despertou a vocação florestal do planalto catarinense e essa vocação não começou com a araucária, mas sim com a erva-mate, espécie encontrada no quarto agrupamento, que também inclui a imbuia (*Ocotea Porosa*).

Em Lages, a erva-mate já no século XIX apontava como um produto promissor. Em 1852 a região já contava com uma sociedade para o preparo e exportação da erva. Em sua Fala à Assembléia Legislativa da Província, o Presidente João José Coutinho assim relata essa sociedade:

¹⁸⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit, p. 17.

¹⁸⁵ AGOSTINI, Estelamaris. **Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages**, op. cit, p. 45.

¹⁸⁶ SAINT-HILAIRE, op. cit, p. 18-19.

Em setembro do ano passado organizou-se em Lages uma sociedade para o preparo e exportação da erva-mate. (...) Seu único gerente Guilherme Ricken me informa, que já se acha feita a casa, e que o engenho ficará pronto para trabalhar por todo o mês de abril próximo futuro e que em maio chegará ao mercado desta capital a primeira porção da erva nele preparada.¹⁸⁷

Contudo, de nada adiantariam progressos na produção de quaisquer produtos se o acesso até Lages permanecesse difícil. Iremos tratar da evolução que se deu do caminho que ligou o litoral a serra, até Lages, pois entendemos que a dificuldade de comunicação e o próprio processo de construção, interferiram diretamente no desenrolar dos contatos entre indígenas e não indígenas, bem como na exploração da madeira de araucárias.

Desse modo, com a intensificação da colonização, da pecuária e agora com novas possibilidades de comércio através da erva-mate, passou-se a dar uma maior atenção à estrada que ligava Lages à Capital e a partir da segunda metade do século XIX, dentro do contexto da modernização pela qual passava o país, o assunto virou tema presente nos documentos e orçamentos da Província. Em 1863, na ocasião da passagem da administração da Província para o vice Presidente Francisco José D'Oliveira, o Presidente Pedro Leitão da Cunha comentou que verificou um pedaço da estrada de Lages. Observou que, da grande quantia que se havia gastado com as vias de comunicação em Santa Catarina, era a estrada de Lages que consumia a maior parte. Declara ainda

Nunca vi pior caminho, em todos os sentidos: estreito na sua maior extensão, atravancado de pedras, e cheio de atoleiros, acidentado de ladeiras íngremes, e escorregadiças, e alguns córregos de passos incômodos como os da Antas, Bugres etc. (...) Eis o que sobre este assunto diz o muito inteligente 1º Tenente do Imperial Corpo d'Engenheiros André Pinto Robouças, a quem incumbi de examinar o estado das vias de comunicação entre esta

¹⁸⁷ **Fala do Presidente João José Coutinho à Assembléia Legislativa da Província em maio de 1853.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/940/000029.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

capital e as colônias Teresópolis e Santa Izabel até onde foi em minha companhia.¹⁸⁸

A estrada de Lages, relatada pelo Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha, iniciava-se já no Estreito. Foi desta localidade que partiram ele e o Engenheiro André Pinto Robouças, percorrendo o caminho até as Colônias Teresópolis e Santa Izabel, hoje Águas Mornas, localidade próxima a Santo Amaro da Imperatriz. Esse trecho era o melhor da época. Para chegar a essas localidades passaram por São José e Palhoça. Em um trecho de seu relatório, o Engenheiro comenta sobre o método que se deve aplicar para o melhoramento da estrada:

Quanto ao método que seria mais conveniente adotar para o melhoramento dessa importante via de comunicação, parece-me que nada de mais acertado se poderia fazer do que mandar proceder quanto antes, pôr uma, ou mais turmas de engenheiros, a um estudo geral do terreno, e à escolha de um traçado de estrada, fixando-lhes os limites dos declives das rampas, e dos raios das curvas, tanto em planícies, como em declives, e recomendando-lhes de aproveitar as partes da estrada atual que facilmente pudessem por em condições normais.¹⁸⁹

A possibilidade econômica da erva-mate e a necessidade de uma melhor comunicação entre o planalto e o litoral, aumentaram a pressão para o melhoramento da via entre Lages e a capital. Sua importância só aumentou sendo que em 1869 a estrada era considerada uma das mais importantes da Província. O Presidente Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu relata à Assembléia que devido às excessivas chuvas do fim do ano (1868) mandou orçar e executar as obras para reestabelecer o trânsito entre a capital e Teresópolis. No entanto, somente até esse ponto, porque:

Havendo já alguns estudos feitos no sentido de modificar-se melhorando e aperfeiçoando o traço da estrada em alguns lugares, convém não antecipar despesas que poderão ficar desaproveitadas. Estou, porém disposto a empregar toda a diligência para levar a efeito o melhoramento e aperfeiçoamento

¹⁸⁸ Relatório do Presidente da Província Pedro Leitão Cunha ao Vice Presidente Francisco José D'Oliveira em 19 de dezembro de 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/950/000011.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

¹⁸⁹ Idem.

e aperfeiçoamento d'esta via de comunicação, tão necessária e útil à Província.¹⁹⁰

A discussão sobre a estrada continua em pauta por muito tempo. Em 1875, o fator econômico, ou seja, o prejuízo que a Província obtinha com uma estrada ruim, passa a ser o carro-chefe no discurso em prol do melhoramento da estrada.

A construção de uma estrada de rodagem para Lages é necessidade que urge satisfazer. Realizada esta importantíssima obra, já o disse uma vez, novos horizontes se abrirão à Província, estimulando-a a desenvolver suas forças, e a aproveitar seus poderosos elementos de prosperidade. (...) O que não resta dúvida é que o futuro d'esta Província quase que só depende de uma boa via de comunicação para o Município de Lages, cujo solo é de uma fertilidade extraordinária (...).¹⁹¹

Nessas falas, em nenhum momento a araucária é citada como um produto de valor comercial. O principal motivador do melhoramento da via é o grande valor dos produtos agrícolas da região e a promissora fertilidade do solo. Conforme Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello Filho fala em 1876, a Província tem nessa região “a sua melhor fonte de riqueza e o mais valioso seguro penhor”.¹⁹² Dez anos mais tarde, em 1886, O Presidente Dr. Francisco José da Rocha, em relatório apresentado, reconhece a importância da estrada e demonstra sua preocupação com o que ocorre com o comércio, que ao invés de seguir para o litoral, foge para as províncias do Paraná e Rio Grande. Para ele, uma estrada com condições de viagem e trânsito, garantiria o comércio do interior para a capital.¹⁹³ No mesmo relatório, é apresentado um estudo minucioso e resultou em três orçamentos para a construção de uma estrada de rodagem de São José a Lages.

¹⁹⁰ **Relatório do Presidente da Província Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu à Assembléia Legislativa em 02 de abril de 1869.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/956/000028.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

¹⁹¹ **Fala do Presidente da Província Dr. João Thomé da Silva à Assembléia Legislativa em 21 de março de 1875.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/962/000075.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

¹⁹² **Fala do Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Melo Filho à Assembléia Legislativa em 1 de março de 1876.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/963/000072.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

¹⁹³ **Relatório do Presidente da Província Dr. Francisco José da Rocha à Assembléia Legislativa em 21 de julho de 1886.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000046.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

Chegada a República, nada de concreto havia sido feito. Na fala de Governador Coronel Gustavo Richard de 28 de abril de 1891, ao falar a respeito das estradas, chama a atenção principalmente à estrada de Lages. Isso ocorre segundo suas palavras

Por ser a artéria que se estende de leste a oeste do Estado, e que comunica o litoral com o centro, a capital com os ricos planaltos de serra acima. A antiga província gastou *improficuamente* com esse *desideratum* rios de dinheiro em estudos orçamentários e concertos, sem auferir resultado algum. A realização de uma estrada de rodagem para Lages será a poderosa alavanca que há de superar os obstáculos que impedem o desenvolvimento daquele importantíssimo centro criador; a não ser assim, essa ubérrima zona continuará no estacionamento em que a vemos.¹⁹⁴

Para tal investimento, já se considera a cobrança de taxas pela utilização da estrada (taxa itinerária) como um incentivador a execução da mesma. O interesse passa novamente com comércio. A intenção era de transferir o comércio de Lages, Curitiba e Campos Novos com os estados vizinhos, para as povoações do litoral.¹⁹⁵

A notícia foi recebida com surpresa em Lages, porém sem grandes euforias. Depois de tanto tempo esperando uma solução, era de se esperar que o entusiasmo do governador não fosse recebido com o mesmo entusiasmo pelo povo serrano. O jornal “Lageano” publicou matéria na capa de seu exemplar de 18 de outubro de 1891 sobre a fala do governador. Além de outras considerações, justifica a incredulidade da promessa:

Todavia, não é embalde que o povo serrano esteja infiltrado de verdadeiro desânimo e, a uma notícia prometedora retribuam com um sorriso incrédulo dos naufragos abandonados às suas próprias forças exauridas quando não muito longe vê o porto salvador do qual o refluxo das águas o distancia.¹⁹⁶

E assim foi que o tempo foi passando, e a araucária, mesmo com todo o valor comercial que oferecia, como já vimos, permanecia ainda

¹⁹⁴ **Fala do Presidente do Governador Gustavo Richard à Assembléia Legislativa em 28 de abril de 1891.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u947/000015.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ S/A. **A Mensagem.** Jornal Lageano, 18 de outubro de 1891. Ano VIII, n. 40, Lages.

exclusiva para os habitantes da serra, seu uso. Guardada, esperando, até que no século XX, sua exploração intensa, quase que a privou do contato com gerações futuras.

A defesa da floresta de araucárias era natural. Se existiram fatores naturais que explicam a exploração dessa formação florestal, foram os próprios fatores naturais que dificultaram e a preservaram até as épocas recentes. Somente pela dificuldade de se abrir a estrada de ligação entre planalto e litoral, já temos uma noção de quanto a natureza a protegeu. Segundo Licurgo Costa, no início da década de 1980, ficou pronta a estrada que foi “reivindicada vivamente e ininterruptamente há dois séculos”, colocando Lages a 3 horas de Florianópolis¹⁹⁷. O relevo era a barreira natural do transporte de cargas para o litoral. Assim, mesmo com as reclamações para uma estrada de rodagem entre Lages (planalto) e o litoral, é fácil entender o porquê durante o período estudado, a araucária não aparecer como um nicho econômico. Miguel Mudstock Carvalho ressalta esse fator, colocando o início da devastação das florestas de araucárias no final do século XIX.

Se o escoamento da madeira da araucária ainda era realizado com grandes dificuldades em meados do século XX, imagine-se no final do século XIX, antes da construção das ferrovias e quando ainda não existiam caminhos. Apesar da significativa população indígena, de variadas etnias, que habitava as florestas de araucária, e também da ocupação já bem antiga de amplas regiões dessa floresta por caboclos com suas pequenas roças de subsistência e extração de erva mate, fazendeiros criadores de gado, vilas e cidades, e uma colonização européia incipiente, acreditamos que é mais razoável demarcar o início da devastação das florestas de araucária por volta do final do século XIX.¹⁹⁸

Concluímos a partir daí que, dentro do espaço físico estudado, e do nosso recorte temporal, a araucária figurou como uma das espécies de árvores mais importantes para a população não indígena. Não por se tratar de um produto economicamente promissor (mesmo se tornando posteriormente) tendo em vista as condições de transporte e comunicação em que viviam os habitantes do planalto catarinense entre

¹⁹⁷ COSTA, Licurgo . **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, p. 216.

¹⁹⁸ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis, 2006, p. 58.

1850-1915. A importância é percebida no seu uso no dia a dia, na derrubada dos exemplares para construções de casas, cercas e todos os outros trabalhos que necessitavam madeira. Já sua semente, o pinhão, tinha três níveis de importância. O primeiro é o seu uso como alimento. Esse fator de relevância foi aprendido provavelmente com os indígenas. No relato de sua viagem, Ave-Lallemant descreve sua refeição na floresta e depois “como sobremesa pinhões assados, fruto das araucárias, que jaziam no mato – semelhante à castanha, agradável e saborosa comida dos papagaios, macacos e bugres e dos civilizados também”¹⁹⁹. Havia também a caça como segundo nível de importância. Como já colocamos, a semente atrai um grande número de animais. Sendo assim, caboclos e colonos se privilegiavam durante a maturação dos pinhões pela abundância de caça. O terceiro nível de importância dos pinhões foi sua utilização como alimentos para animais, em especial para os porcos.

Há abundância de porcos. No tempo dos pinhões maduros penetram nas matas de araucárias e lá ficam semanas inteiras, entregues a si mesmos, até que, cevados, voltem por si mesmos ou de dentro das brenhas sejam tangidos para casa.²⁰⁰

Para os indígenas, a araucária não figurava como uma madeira promissora e utilizável. O respeito que as populações tinham pela espécie e o fato de não derrubá-la pode ser entendido não só pelo fato de fornecer alimento, mas como pelo não uso de madeira em sua cultura. Isso porque de acordo com os estudos arqueológicos e antropológicos, as espécies utilizadas nos abrigos tanto de Kaingáng quanto Xokleng deveriam ser menos rígidas que a madeira da araucária. Os abrigos eram geralmente construídos às pressas, e como veremos no capítulo seguinte, eram ranchos construídos com varas finas, que poderiam ser envergadas. Porém, tanto Xokleng como Kaingáng devem ter usado a madeira como lenha, nas fogueiras que serviam para amenizar o frio intenso da região. Porém, essa lenha poderia ser obtida com os galhos que naturalmente caem ao chão. Os Xokleng e Kaingáng além de tantas diferenças, que já foram apontadas, diferem-se também no que se refere à relação que cada etnia estabelecia com as araucárias.

Os Kaingáng são considerados por nós os verdadeiros donos da região da Mata de Araucárias. Se tomarmos seu território histórico

¹⁹⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit, p. 79.

²⁰⁰ Idem, p. 90.

observando a Figura 3, e compará-lo com o mapa da Mata de Araucárias da Figura 8, notamos que essa etnia tinha contato constante com as araucárias enquanto os Xokleng tinham contato maior durante a coleta do pinhão. Talvez por fazer parte do cotidiano, e ser tão importante para os Kaingáng, seu uso era controlado.

Pierre Mabilde em seu estudo pôde compreender a estrutura Kaingáng bem como seu comportamento e o controle do uso da araucária e sua semente. Os Kaingáng viviam divididos em tribos. Todos os recursos oferecidos pela natureza poderiam ser apanhados por qualquer indivíduo, de qualquer tribo, indistintamente. Porém, sobre os pinheirais existia uma organização que pela tradição Kaingáng, deveria ser respeitada. Os pinheirais eram divididos pelas tribos da seguinte maneira:

Os pinheirais em que os selvagens têm seu alojamento são repartidos e divididos em territórios correspondentes, em tamanho, ao número de indivíduos que compõem as tribos. Cada tribo subordinada com o seu chefe (cacique subordinado) tem o seu alojamento particular (todos juntos formam o alojamento geral), em território que lhe é indicado pelo cacique principal. Este pequeno alojamento sempre se acha situado sobre um caminhozinho que se segue de uma a outra tribo, geralmente passando pelo centro do pinheiral, em direção longitudinal à serra sobre a qual se acha o mesmo. O limite entre um e outro território é assinalado na casca de um pinheiro que serve de divisa. A casca é cortada com um machado de pedra, para fazer a marca de cada tribo, na posição vertical e ao correr da árvore. Essas marcas são de várias formas e feitios. (...) O território do pinheiral, compreendido entre duas marcas pertence, exclusivamente, à tribo que nele habita por ordem do cacique principal e nesse território é que todos os indivíduos daquela tribo apanham o pinhão para seu sustento. A invasão de outra tribo, para esse fim, é motivo para uma guerra de extermínio, para a qual são convocadas todas as demais tribos.²⁰¹

Observamos na Figura 11 as marcas catalogadas por Pierre Mabilde. Ele pôde observar que todas essas marcas são cortadas na casca do pinheiro na altura de oito a dez palmos de comprimento e também que muitos chefes das tribos subordinadas utilizam essas

²⁰¹ MABILDE, Pierre, F.A. Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul; 1836-1866**. São Paulo: IBRASA: [Brasília]: INL, Fundação Pró-memória, 1983, pp. 126-127.

mesmas marcas, em tamanho correspondente e proporcional, pintadas nas hastes de taquara de suas flechas.²⁰²

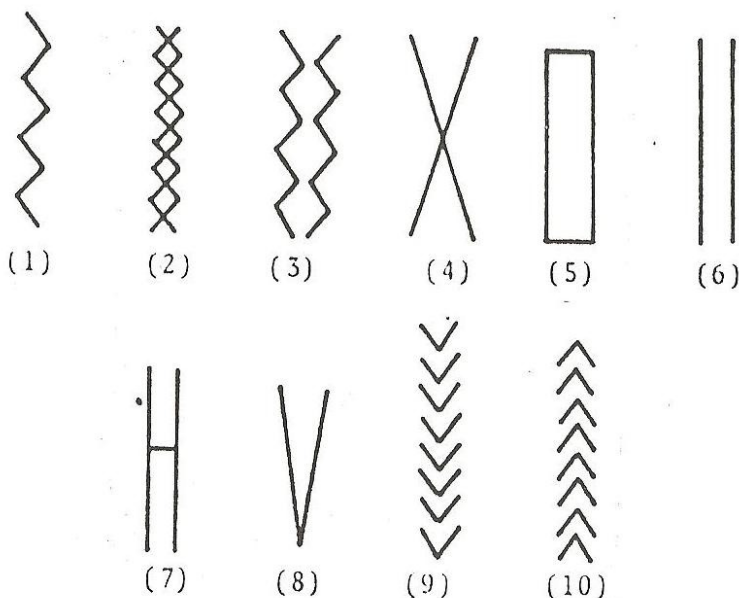


Figura 11: Marcas catalogadas por Pierre Mabilde encontradas nos pinheiros. Adaptado de: MABILDE, Pierre, F.A. Booth. **Apontamentos sobre...** p.146.

Os Xokleng não tinham esse tipo de preocupação e organização frente aos pinheiros, pelo menos foi essa a conclusão que chegamos com nossa pesquisa. Não encontramos registros nos documentos e nem nos trabalhos clássicos sobre os Xokleng há descrição sobre uma organização de divisão dos pinheirais semelhante aos Kaingáng. Isso porque a sua importância era sazonal. Mesmo sendo um dos principais alimentos dessa etnia, era somente nos meses em que o pinhão estava para ser colhido, quando a semente atraía também a caça, que a importância da região aumentava. Nos trabalhos pesquisados, como no de Silvio Coelho dos Santos, sempre se faz referência à essa importância. O autor coloca que “o pinhão, para eles (Xokleng) sempre

²⁰² Idem, p. 126.

foi uma dádiva”²⁰³. Muito talvez pela expectativa da fartura e da possibilidade de um acampamento duradouro. Em sua vida nômade, esse período significava um tempo de maior permanência num mesmo local, o que significava menos energia gasta em deslocamentos e na construção de acampamentos.

Se a relação e organização em relação à coleta diferenciavam Kaingáng e Xokleng, a obtenção do pinhão, seu armazenamento e o modo como eram consumidos aproximava as duas etnias. Tanto pelo modo como era colhido e pela maneira de como era guardado, como nas diferentes maneiras de consumi-lo.

A importância do alimento e seu significado para os indígenas obrigavam a realização do processo em conjunto por homens e mulheres. Os indígenas podiam esperar as pinhas com o amadurecimento debulharem por conta própria os pinhões, ou aguardar que algum animal que se alimentasse dessas sementes derrubasse-nas sem querer. Desse modo encontrariam seu alimento no chão, sem esforço. Apesar de ocorrer, esse método não era muito utilizado.

O método mais utilizado e indicado em diferentes trabalhos sobre as duas etnias, é o de subir na árvore, com técnicas utilizadas ainda hoje, e derrubar a pinha (ou pinhas) da araucária. No chão, mulheres e crianças recolhiam os pinhões.

Aos homens ficava o trabalho de subir até o alto das araucárias. Para isso foi desenvolvida uma ferramenta que era utilizada pelas duas etnias. Pierre Mabilde, descrevendo o método dos Kaingáng, relata que

Quando chegam os meses de maio, junho e julho, quando as pinhas estão bem maduras, e antes de debulharem por si, os coroados sobem nos pinheiros e, com uma taquara, desprendem as pinhas, fazendo-as caírem ao chão. As mulheres juntam as pinhas em cestos que carregam às costas para um lugar areento e úmido, onde são enterradas. Assim as conservam para comerem nos meses em que aquela fruta falta nas árvores.²⁰⁴

Sobre a obtenção do pinhão pelos Kaingáng, Ítala Becker complementa colocando que

²⁰³ SANTOS, Sílvia Coelho. **Índios e brancos...**, op. cit, p.38.

²⁰⁴ MABILDE, Pierre. Op. cit. p. 125.

Para a colheita do pinhão os índios escalavam os pinheiros com um laço de cipó em volta dos pés e das costas, e um outro ao redor da árvore, podendo assim fazer resistência sobre o tronco da mesma. Por movimentos alternados fazia a escalada da árvore como quem sobe uma escada, levando também consigo uma taquara para alcançar as pinhas.²⁰⁵

Já sobre os Xokleng, Rodrigo Lavina informa que era fabricada uma corda (trama) de taquara que era passada pelo tronco da araucária. O índio se enfiava na laçada, passando-a por debaixo dos braços. Subia na árvore apoiando os pés contra o pinheiro. Desse modo, alternativamente, quando firmava os pés levantava a laçada e quando se firmava na laçada, erguia os pés. No alto da árvore, agitavam os galhos fortemente e faziam cair as pinhas.²⁰⁶



Figura 12: Kaingáng subindo em araucária. Adaptado de KOCH, op. Cit. p. 68. Observamos a destreza em que ainda hoje os Kaingáng sobem nas altas araucárias. Neste caso não observamos os equipamentos que eram fabricados para esse fim.

²⁰⁵ BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995, p. 178.

²⁰⁶ LAVINA, Rodrigo. **O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestão para os arqueólogos.** Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994, P. 62.

O fato dos indígenas das duas etnias preferirem esse método ao de colher os pinhões que caem naturalmente no chão, é entendido pelo destino dado às sementes. Os pinhões caídos estão num estágio de maturação mais avançado. Como muito do pinhão colhido durante os meses de abril, maio e junho, era armazenado e guardado para ser consumido posteriormente, era necessário que os mesmos estivessem em um estágio menos avançado de maturação.

Em pesquisa sobre a obtenção e comercialização do pinhão em Caçador, Camila Vieira da Silva, observou que as técnicas seculares de coleta do pinhão amplamente utilizada por indígenas, ainda hoje estão em uso. Segundo ela,

A coleta de pinhão feita pelos moradores do distrito de Taquara Verde, município de Caçador, dá-se de duas formas: pela coleta no solo, quando os pinhões caem naturalmente com a maturação das pinhas ou pela subida da árvore e derrubada destas prematuramente, sendo a subida feita muitas vezes com o auxílio de esporas e às vezes sem equipamento nenhum (como na figura 12-grifo nosso). A derrubada das pinhas, geralmente, é feita com a utilização de uma vara de bambu.²⁰⁷

Colhidos pelos Kaingáng, os pinhões eram como afirmou Mabilde, colocados em cestas e enterrados em terreno arenoso e úmido. Ele afirma ainda que os Kaingáng assam-no e comem.²⁰⁸ Também há informações de que os pinhões eram armazenados em cestas hermeticamente fechadas e que podiam ficar mergulhadas em água por até um mês e meio.²⁰⁹ Outra técnica para o armazenamento e preservação por mais tempo do alimento era a desidratação. Pelo que pudemos obter somente os Kaingáng tinham essa prática, que é assim descrita por Ítala Becker:

Os Kaingáng fazem grandes provisões de pinhão para muitos meses, conservando-os por meio de um processo engenhoso de desidratação que consiste em prepara jacás de taquara do tamanho apropriado para conduzir às costas: depois de cheios com pinhões, deitam-nos de molho dentro da água corrente por

²⁰⁷ SIVA, Camila Vieira; Reis, Prof. Dr. Maurício Sedrez dos. **Aspectos da obtenção e comercialização de pinhão na região de Caçador-SC**. Dissertação de Mestrado em Recursos Genéticos Florestais. UFSC, 2006, p. 49.

²⁰⁸ MABILDE, Pierre. Op. cit., p. 125.

²⁰⁹ BECKER, Ítala. Op. cit., p. 178.

alguns dias, depois do que estendem ao sol para secar bem. Feito isso, conduzem os jacás para seus ranchos, carregando-os às costas presos por uma alça de embira, e lá os estendem sobre jiraus de taquara, armados por cima do fogão, onde recebem fumaça; deste modo, conservam-se os frutos do pinheiro por muitos meses, sem se alterarem, e preparam com eles uma excelente farinha, substancial e saborosa ²¹⁰.

A possibilidade de manter a fartura de alimento por mais tempo aproxima a cultura de ambas as etnias, pois assim como os Kaingáng, os Xokleng que viam no período da coleta do pinhão um tempo de fartura e possibilidade de maior permanência, também armazenavam a valiosa semente.

Para conservar os pinhões, os Xokleng enchiam cestos feitos de taquara. Esses cestos eram previamente forrados com folhas de caeté e eram perfeitamente tampados. Os cestos eram imersos em pequenos córregos e ficavam neste local por um mês e meio. Deste modo, o pinhão ficava “cortido” conservando suas características por um longo espaço de tempo. ²¹¹

Esse pinhão “cortido” era a matéria-prima de sopas e bolos. Sobre o uso do pinhão pelos Xokleng, Rodrigo Lavina coloca que podiam ser simplesmente tostados ao fogo com cascas e comidos, como também faziam os Kaingáng, mas também podiam ser triturados em pilões, produzindo assim uma massa. Essa massa tinha dois destinos: podia ser misturada a água e produzir um caldo ou dela se fazia pequenos bolos, que eram assados sobre brasas ²¹².

Assim, pontos que aproximam e distanciam as culturas vão costurando as relações entre os sujeitos por nós pesquisados. Em meio a esse contexto, onde natureza e cultura se unem, percebemos quão estreitas é esta relação. O deslocamento dos Xokleng em busca de comida, o contato com outra etnia e com o não indígena, a disputa pela sobrevivência, diferentes sentidos dados à araucária, fez desse período um tempo de peculiaridades, de formação, de (re)conhecimento e de trocas e experiências. Cultura em transformação, afirmação de identidades, mudanças de comportamento.

Natureza e cultura, homem e meio. Técnicas e tecnologia. Se as relações são estreitas, é certa a transformação do meio, como também a transformação cultural. Porém, essa relação no período estudado, não

²¹⁰ Idem.

²¹¹ LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng...**p. 64.

²¹² Idem.

configurou numa transformação facilmente observável ao ambiente. Contudo, a distância de centros mais populosos, a difícil comunicação pela via que ligava Lages ao litoral, trouxe como consequência as relações de contato entre indígenas e não indígenas em diferentes níveis e retardou o uso da madeira da araucária.

O contato do homem com meio natural, em qualquer nível, já o transforma de alguma maneira. No planalto, onde vilas estavam surgindo, a interferência humana no meio ambiente obviamente existiu. Porém, concordamos com Miguel de Carvalho de que a devastação e as transformações drásticas no planalto, na região em estudo, puderam ser mais facilmente percebidas no século XX.

Não é a questão de negar que indígenas e caboclos tenham alterado as florestas, (...). É provável até que tenham causado mudanças profundas no ecossistema, interferindo na disseminação das espécies de flora e nas populações de fauna (...). Além do mais, interferir na natureza é totalmente diferente de destruir, de erradicar a cobertura vegetal pela extração total ou seletiva das árvores, ou do uso do fogo em amplas áreas, sem que se permita a regeneração natural do ecossistema.²¹³

Isso porque a natureza fez seu papel protegendo a araucária, dificultando o transporte de madeira e assim resguardando-a por mais tempo. Já os indígenas, tanto os Xokleng quanto os Kaingáng, pelo grau de importância no fornecimento de alimentos, e pela falta de tecnologia para dar a ela diferentes utilidades, também a preservavam. Nesse ambiente de contato, a cultura Xokleng se desenvolveu. Como a cultura não é estática, é certo que os contatos cada vez mais frequentes e em diferentes situações possibilitaram mudanças significativas no modo de ver e de viver o mundo, acrescentando novos elementos, deixando outros se perderem no tempo, enfim, construindo uma parte de sua história que por nós será analisada no capítulo seguinte.

²¹³ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. **O desmatamento das florestas de araucária...** op. cit. p. 59.

3 NATUREZA, CULTURA E HISTÓRIA: A ARAUCÁRIA NA CULTURA XOKLENG

*A História tem sido decidida pelo poder econômico. Isso acontece tão regularmente a ponto de sugerir uma regra – ou “lei” como alguns gostam de chamá-la – de que a dominação cultural deriva da predominância técnica: o tipo cultural que desenvolve maior poder e recursos num determinado meio ambiente se desenvolverá aí em detrimento das culturas indígenas.*²¹⁴

3.1 Um pouco sobre cultura

Após termos apresentado nossos sujeitos separadamente, indígenas, não indígenas e araucárias, personagens que protagonizaram a história que nos propusemos a contar daremos agora um significado maior às relações que uniam esses personagens. Obedecendo ao objetivo principal, de relacionar as características culturais Xokleng do nomadismo pendular e do uso do meio natural com o desenrolar dos contatos interétnicos que essa etnia desenvolveu com outros personagens, seja na região serrana de Santa Catarina ou mais próximo do litoral, chegamos ao ponto de pormenorizar e detalhar essas relações.

Nomadismo, cultura, índios, brancos, caboclos, bugreiros, araucárias, comida, pinhão, madeira, economia, enfim, um emaranhado de relações que se descortinam através das fontes pesquisadas e que através do tempo irão ao encontro do pressuposto de Marshall Sahlins de que o desenvolvimento tecnológico representado por uma maior dominação do meio ambiente definirá a cultura que se desenvolverá e provavelmente poderá sucumbir às outras.

Para essa narrativa, contamos com documentos oficiais, relatos de viajantes e outros trabalhos, com os quais pretendemos enredar a história Xokleng entre 1850 e 1915, concentrando essa história na sua relação com o meio e no que diz respeito aos contatos interétnicos. Mesmo concentrada nesse intervalo de tempo, a pesquisa estendeu-se, e possibilitou a menção a outros períodos. Essa ampliação temporal faz-se necessária para que haja um entendimento mais abrangente da história desse povo e também do Estado de Santa Catarina. História marcada pela diferença e pelas relações interétnicas, onde a cultura, mesmo com toda a dificuldade de conceituação, toma lugar de destaque nos

²¹⁴ SAHLINS, Marshall. D. **Sociedades Tribais**. Tradução de Yvonne Maggie Alves Velho. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1968, p. 10.

discursos proferidos em relação aos indígenas, principalmente nos documentos oficiais, como também em periódicos e nos relatos de viajantes. Esse discurso é entendido dentro da metodologia da análise de discurso como “uma palavra em movimento, uma prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”²¹⁵. Nos discursos a cultura é usada como padrão de comparação. E é nesses mesmos discursos que vamos encontrar o termo selvagem inserido para diferenciar os indígenas dos “civilizados”, assim, dentro desta perspectiva, a “análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”²¹⁶. Os mesmos discursos usam a cultura como desculpa e incentivo para as práticas realizadas aos indígenas nos séculos XIX e início do século XX, que dependendo do ponto de vista, poderiam ser contra ou a favor dos Xokleng²¹⁷.

É por esse motivo que a palavra cultura, torna-se destaque em nosso texto. A palavra e os termos correlatos, bem como suas vicissitudes conduzem a história dos Xokleng. Sobre a conceituação do termo, os estudos mostram que o mesmo vem sendo modificado com o passar do tempo e não é aqui que travaremos uma discussão para tentar definir “cultura” e por fim as discussões a respeito. Mesmo porque, conceitos são dinâmicos e qualquer que fosse nossa tentativa de definição, esta com certeza não daria conta da complexidade desse termo. Porém, como é com ela que estamos lidando diretamente em nosso trabalho, é necessário destacar a historicidade e as discussões para que possamos entender o sentido da palavra cultura no período estudado e o sentido que a palavra adquiriu atualmente.

De acordo com Terry Eagleton,

Raymond Williams investigou parte da complexa história da palavra “cultura”, distinguindo três sentidos modernos principais da palavra. Com base em suas raízes etimológicas no trabalho rural, a palavra primeiro significa algo como “civildade”.^{218 219}

²¹⁵ ORLANDI, Eni Puccinelle. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002, p. 15.

²¹⁶ Idem, p. 15.

²¹⁷ Existe os duas situações que podem ser analisados. A primeira são as práticas brutais contra os indígenas, e isso só tem um lado. O outro lado é a questão do discurso em prol da catequização e posterior aldeamento. Nesta situação pode-se ter a idéia como uma prática em favor, como também pode ser vista como uma prática contra os índios.

²¹⁸ EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005, p. 19.

²¹⁹ O trabalho referido por Eagleton é: WILLIAMS, Raymond. *Keywords* (Palavras-Chaves). Londres: 1976.

Se a palavra cultura possui raízes etimológicas no trabalho no campo ou cultivo agrícola, ou seja, o cultivo daquilo que cresce naturalmente observamos que os Xokleng, nessa primeira definição, não se enquadravam como povos que a possuíam. Logo, sob esse ponto de vista, é a sua característica de ser um povo nômade que os exclui. Isso se deve ao fato de não realizarem a cultura da terra, não existindo em sua prática diária o labor do campo. Como as outras etnias, também não possuíam a “cultura das letras”.

Com o passar do tempo, o significado do termo modificou-se, e no século XVIII, a palavra cultura adquiriu um outro sentido. Assim, ela

torna-se mais ou menos sinônima de “civilização”, no sentido de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material. Na qualidade de idéia, civilização equipara significativamente costumes e moral: ser civilizado inclui não cuspir no tapete assim como não decapitar seus prisioneiros. (...) ²²⁰.

Mesmo agora, quando o termo passou a significar civilização, ainda não se enxergava os indígenas como povos portadores de cultura. Isso porque o próprio conceito de civilização do século XVIII excluía os indígenas. Evidenciando as diferenças e deixando claro o padrão de comparação levados em conta, é que os europeus construíam seus discursos. Discursos que atravessaram o Atlântico e se enraizaram dos documentos e falácias de gabinetes, ganhando posteriormente as ruas através dos periódicos²²¹, tornando-se cotidianos.

Para efeito do uso do termo cultura no nosso trabalho, levamos em conta seu aspecto mais abrangente. O sentido da palavra surgiu da união de duas palavras: a germânica *Kultur*, que definia os aspectos espirituais de uma comunidade e a francesa *Civilization*, que se refere principalmente às realizações materiais de um povo. ²²² De acordo com Roque de Barros Laraia,

Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que tomado em seu amplo

²²⁰ Idem, p. 9.

²²¹ Em Blumenau o periódico *Blumenau Zeitung* foi responsável pela pulverização dos discursos acerca dos indígenas. Ver: PERES, Jackson Alexandro; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Os indígenas do século XIX: a selvageria nos (dos) discursos oficiais (1850-1880). In: *Ágora* - v. 20, n. 41, 2005. Florianópolis: AAAA/SC, pp.07-18.

²²² LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 25.

sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Com essa definição, Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à idéia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.²²³

A discussão anterior a isso é bastante longa. Por muito tempo duas teorias buscavam definir a capacidade específica de um ser humano ou pelo determinismo biológico ou pelo determinismo geográfico. A primeira buscou identificar a cultura pelas especificidades inatas a determinados grupos humanos, como por exemplo, acreditar que “os nórdicos são mais inteligentes que os negros, (...), que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses”²²⁴. A segunda teoria procurou por muito tempo considerar que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Ou seja, em um mesmo ambiente, todos os humanos desenvolveriam a mesma cultura. Essa teoria foi muito popular no final do século XIX e no início do século XX. Segundo Roque Barros Laraia,

A partir de 1920, antropólogos como Boas, Wissler, Kroeber, entre outros, refutaram este tipo de determinismo e demonstraram que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico.²²⁵

Ambas as teorias estão em desuso atualmente para classificar ou explicar as diferentes culturas. Porém elas esclarecem a visão que o homem possuía em relação às diferenças no período de nossa pesquisa. Nosso caso é um exemplo de que essas teorias não se confirmam. A começar pelas diferenças que observamos entre Kaingáng e Xokleng, etnias que praticamente desenvolveram suas culturas em um mesmo ambiente, mas que se diferem em muitos aspectos. Além disso, há as práticas culturais que se transformaram com o contato, os novos hábitos adquiridos, tanto pelos indígenas quanto pelos colonos, provando que

²²³ Idem, p. 25.

²²⁴ Idem, p. 17.

²²⁵ Idem, p. 21.

toda cultura é dinâmica e pode ser reelaborada, independente das especificidades inatas dos seres humanos.

Mesmo havendo trocas culturais entre indígenas e não indígenas, aprendizado, curiosidade e novas práticas que foram despertadas pela presença do novo, os indígenas continuaram, e porque não dizer que continuam em muitos discursos, sendo estigmatizados como selvagens. Selvagem, gentios, ou silvícolas eram os termos aplicados a ele, mas principalmente a palavra “selvagem” era utilizado para diferenciá-los dos “civilizados” europeus.

Esta relação nós/eles e a discussão acerca da superioridade de algum grupo humano sobre outro é o tema central no contato direto de culturas diferentes. Lèvi-Strauss resume bem o sentido do uso do termo selvagem nas relações interétnicas. Para ele

A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamentos psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. “Costumes de selvagens”, “isso não é nosso”, “não deveríamos permitir isso”, etc., um sem número de reações grosseiras que traduzem este mesmo calafrio, esta mesma repulsa, em presença de maneiras de viver, de crer ou de pensar que nos são estranhas. Deste modo a Antigüidade confundia tudo o que não participava da cultura grega (depois greco-romana) sob o nome de bárbaro; em seguida a civilização ocidental utilizou o termo de selvagem no mesmo sentido ²²⁶.

O sentido dado à palavra cultura por Lèvi-Strauss e o desenrolar do contato entre duas culturas diferentes pode ser observada em vários momentos na história. Aqui, encontramos nas relações interétnicas, mais um exemplo de “repúdio das formas culturais mais afastadas daquelas com que nos identificamos”, seja entre Xokleng e Kaingáng, mas principalmente entre indígenas e não indígenas, que esse sentido se confirma, podendo ser observado nos discursos por nós analisados e sendo o fio condutor do nosso texto.

²²⁶ STRAUSS, Claude Lèvi-Strauss. **Raça e História**. In: Os pensadores n. L. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 59.

3.2 De sedentários a nômades: conhecendo o outro

Uma das características Xokleng, que os difere muito dos Kaingáng é o nomadismo. É unânime em todos os trabalhos pesquisados a menção a essa manifestação cultural tão marcante. Uma curiosidade, assinalada em duas grandes obras a respeito dos Xokleng levanta a hipótese de que esse povo experimentou, num tempo passado, antes do contato com os não indígenas, o sedentarismo. Jules Henry, o antropólogo que viveu com os Xokleng no início dos anos de 1930, e que contribuiu para as pesquisas futuras, deixando-nos informações valiosas sobre essa etnia, nos conta que:

Os Kaingáng eram nômades da floresta. Por talvez trezentos anos, essa foi a única vida que conheciam. A floresta não foi sua primeira casa, pois eles foram empurrados para ela a partir de suas “fazendas” a oeste, por seus inimigos. Eles falam com nostalgia sobre muito tempo quando moravam em poucas aldeias cercadas e plantavam milho, feijão e abóbora. Antes da pacificação não tinham aldeias e em vez de despende o seu tempo entre o cultivo de suas culturas e a caça na floresta que costumavam fazer, eles perambulavam sempre pela floresta sem plantar nenhuma cultura.²²⁷

Com bastante experiência e pesquisa sobre os Xokleng, o antropólogo Silvio Coelho dos Santos concorda com Jules Henry na hipótese de que o nomadismo como uma característica da etnia Xokleng é posterior ao tempo em que eles eram sedentários e praticavam alguma agricultura. Para ele, “nem sempre eles foram habitantes da floresta. Outrora ocupavam o planalto, onde predominam campos naturais,

²²⁷ HENRY, Jules. **Jungle people a Kaingáng tribe of the highlands of Brazil**. New York: Vintage Books, 1941, p. 3. “The Kaingáng were forest nomads. For perhaps three hundred years that was the only life they knew, and they resented it. The forest was not their original home, for they were driven into it from their farms on the savannahs to the west by their enemies. They speak with nostalgia of the time long ago when they lived in little fenced villages and planted corn, beans and pumpkins. Before the pacification they had no villages and instead of dividing their time between cultivating their crops and hunting in the forest as they used to do, they wandered forever in the forest and planted no crops at all.” Tradução do autor. Percebe-se que Jules Henry chama os Xokleng de Kaingáng, que como vimos no capítulo 1, já foi uma definição bastante usada por pesquisadores para se referir aos Xokleng devido ao mesmo tronco lingüístico.

entremeados de pinheirais. Ali praticavam alguma agricultura e tinham no pinhão a base de seu regime alimentar”²²⁸.

É possível relacionarmos a mudança cultural dos Xokleng, do sedentarismo para o nomadismo, relatada por Henry, ao contato com os Kaingáng, que provavelmente em constantes guerras pelo território acabaram expulsando os Xokleng. Outro fator que provavelmente contribuiu para isso foi o caminho das tropas, que desde o século XVIII proporcionava contatos entre não índios e Xokleng. Nesse contexto a vida na floresta e a aproximação dos Xokleng ao litoral podem estar relacionadas ao meio, bem como ao clima. Na verdade os Xokleng ampliaram seu domínio, aprenderam a conviver em diferentes meios, porém o pinhão continuou em destaque dentro de sua alimentação.

Dentro de sua trajetória histórica, o sedentarismo para o nomadismo foi a primeira grande transformação na cultura Xokleng. No entanto

A adaptação ergológica ao novo habitat, não se deu plenamente. Eles foram incapazes de explorar os recursos alimentares existentes nos rios e riachos, que eram fartos no novo ambiente. Foram incapazes de desenvolverem meios para vencerem as correntes de água mais volumosas; foram incapazes de desenvolver uma agricultura de subsistência na floresta. Adaptaram-se, contudo, às novas situações impostas pelo ambiente e especialmente pelo clima de insegurança que deveriam estar a viver, em virtude das constantes lutas com os inimigos índios que pretendiam disputar os territórios ricos do planalto.²²⁹

Expulsos de sua terra original onde desenvolviam uma cultura rudimentar (considerando a hipótese da sedentariiedade) e sem a agricultura, a caça e a coleta se tornaram essenciais. Isso porque a vida na floresta os obrigava vagar em busca do sustento, num movimento que passou a ser observado pelos não indígenas.

O nomadismo Xokleng segundo Rodrigo Lavina²³⁰, consistia no deslocamento de duas até oito famílias para diferentes lugares. Para ele, se deslocar em pequenos grupos dinamiza a caça e a coleta, o que é muito necessário para esse padrão de vida. A vida na floresta e as

²²⁸ SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987, p. 37.

²²⁹ SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e brancos...**, op. cit. 38.

²³⁰ LAVINA, Rodrigo Op. Cit., p. 54.

práticas de mudança de um lugar para outro é relatada por Jules Henry em obra já citada:

Os Kaingáng saem em pequenos bandos pela floresta para busca de alimentos. Mesmo agora, quando eles vão ficar caçando, eles raramente permanecem no mesmo lugar por uma semana. Eles adormecem sem planos para o dia seguinte, e que despertam pela manhã, sem qualquer ideia do que fazer. Algumas palavras pela manhã podem decidir a seguir em frente e em dez minutos os seus bens serão acondicionados em cestas. O pai com passos largos transporta suas armas na mão: o indispensável machado e uma dúzia de arco e flechas, enquanto a mãe vem lentamente atrás com a cesta cheia de uso doméstico e as sobras de alimentos, se eles forem felizes o suficiente para ter. O bebê é empoleirado em cima da carga, e o irmão ou a irmã para exploração na mão esquerda, leva um tição para utilização no próximo acampamento.²³¹

A transferência de grupos humanos nômades de um lado para outro segue a tendência natural do oferecimento de alimentos. Os recursos da FOD são oferecidos, principalmente nos meses quentes, de novembro a abril. Nesse período diversas árvores frutíferas atingem a plena maturação de seus frutos. A frutificação nestes meses é responsável por uma concentração de animais, aves, mamíferos e répteis. Isso não significa que não haja recursos naturais durante os meses de outono e inverno nessa região (litorânea), mas é certo que a concentração se dá nos meses de verão²³². Já na FOM o recurso vegetal de maior importância é sem dúvida o pinhão. Sua maturação nos meses de abril a junho também atraem uma infinidade de espécies de animais, assim como os frutos na FOD nos meses quentes. Sobre a caça, os recursos vegetais e o pinhão Jules Henry informa:

²³¹ “The Kaingáng used to wander about in the forest in small bands searching food. Even now when they go hunting they rarely stay even a week in one place. They fall asleep without plans for the morrow, and they awaken in the morning without any idea of what they to do. A few words over the morning fire may decide them to move on, and in ten minutes their possessions will be packed into baskets. The father strides off carrying his weapons in his hand: the indispensable axe and gun or a massive seven-foot bow and a dozen arrows, while the mother comes plodding behind with the basket full of household possessions and the remaining food, if they are lucky enough to have any, the baby perched atop the load and the brother or sister holding on to her left hand, the right bearing a smoking firebrand for use at the next camp”. In: HENRY, Jules. **Jungle People...**, p. 9.

²³² LAVINA, Rodrigo **O Xokleng ...**, p. 20.

Os Kaingáng estão com fome no inverno e início da primavera. Além disso, as pistas dos animais são difíceis de interpretar e a anta pode correr muito rápida (...) Para o Kaingáng a anta não é apenas o mais importante dos alimentos, é o grande símbolo do alimento. Quando eles não têm carne de anta há muito pouca carne de qualquer espécie, há anta mais abundante quando há os frutos de casca duras (pinhões) e frutos silvestres maduros, e quando estes já se foram os macacos e aves, roedores e os porcos, os veados e as antas que tem alimentado sobre eles por meses, ficam escassos ou desaparecem completamente. Muitos povos primitivos que se vêem confrontados com esta escassez sazonal desenvolveram algumas técnicas de conservação, mas nem por isso o Kaingáng. Eles só preservam pinhões e nada têm a apoiá-los, nestes tempos de fome.²³³

Apreciadores de carne, os Xokleng conseguiam-na facilmente nas Matas de Araucárias quando os pinhões maduros atraíam vários animais. Outro aspecto que se destaca acerca da cultura Xokleng presente neste fragmento da obra de Jules Henry é o fato de ser somente o pinhão o alimento que os Xokleng armazenavam, demonstrando sua importância para esse povo e que na falta de outros recursos, era o pinhão que iria prover sua energia.

Percebe-se então que na região de Floresta Ombrófila Densa a época em que há mais recursos de caça e também coleta é a primavera e o verão. Não obstante é o período em que a população não índia mais temia a presença do indígena. E na Floresta Ombrófila Mista, a fartura se dava com a maturação do pinhão. A busca de alimentos que obedecia ao clima levou os Xokleng ao nomadismo. Os grupos circulavam no território apresentado na figura 4, no capítulo 1 de maneira estacional, de acordo com os recursos oferecidos por cada região. É essa característica que regrou a cultura xokleng no que diz respeito à relação dessa com a natureza. Além disso, foi o nomadismo que possibilitou os contatos interétnicos em diferentes partes do Estado.

²³³ The Kaingáng are hungry in winter and early spring. Then the tracks of animals are hard to interpret and the tapir can run far and fast (...). To the Kaingáng the tapir is not only the most important food, it is the very symbol of food. when they have no tapir meat there is very little meat of any kind, for the tapir is most plentiful when the wild fruits and nuts ripe, and when these are gone the monkeys and birds, the rodents and pigs, the deer and the tapir that have fed on them for months, grow scarce or vanish altogether. Many primitive people who are faced with this seasonal scarcity have developed some technique of preservation, but not so the Kaingáng. They preserve only pine nuts and have nothing to support them in these times of hunger. In: HENRY, Jules. **Jungle People...**p. 6.

Diante dessas características naturais, humanas e de desenvolvimento tecnológico, Rodrigo Lavina desenvolveu um esquema provável de acampamento Xokleng, tanto na FOD como na FOM. Obedecendo as características de cada meio, os Xokleng utilizavam abrigos simples, mesmo porque o tempo de permanência em cada lugar era curto, com exceção do período de coleta do pinhão, no planalto, quando ficavam por até três meses ou em ocasião do ritual da perfuração de lábios dos meninos, no qual o acampamento era feito na FOD e tinha de ser mais elaborado, pois reunia a maioria dos grupos familiares Xokleng. Neste ficavam também por um período maior, cerca de um mês. Com tantos deslocamentos, não se podia gastar energia na construção de abrigos mais elaborados. Pelas características de construção, a matéria-prima utilizada pelos Xokleng em seus abrigos não poderia ser a araucária, que possui madeira dura. Até porque, o tratamento de sua madeira, desde a derrubada da árvore, exigiria um ferramental mais elaborado.



Figura 13: Esta imagem mostra um abrigo Xokleng em meia-água. Esta foto é do início do século XX, no Vale do Itajaí (FOD) Fonte: SANTOS: Sílvio Coelho. **Os Índios Xokleng: memória visual.** Florianópolis: ED. Da UFSC, 1997, p. 70.

Na figura 13 observamos o esquema de um acampamento Xokleng na FOD. Este era mais simples em relação ao acampamento do planalto. Os grupos nesses acampamentos chegavam a 30 pessoas. Os abrigos utilizados pelos Xokleng obedeciam a um padrão. Eram feitos de arbustos de maneira a serem construídos rapidamente, “normalmente era escolhido um local plano para construir os abrigos. A vegetação arbustiva era arrancada e vários abrigos em meia-água, um para cada família, eram construídos”,²³⁴.

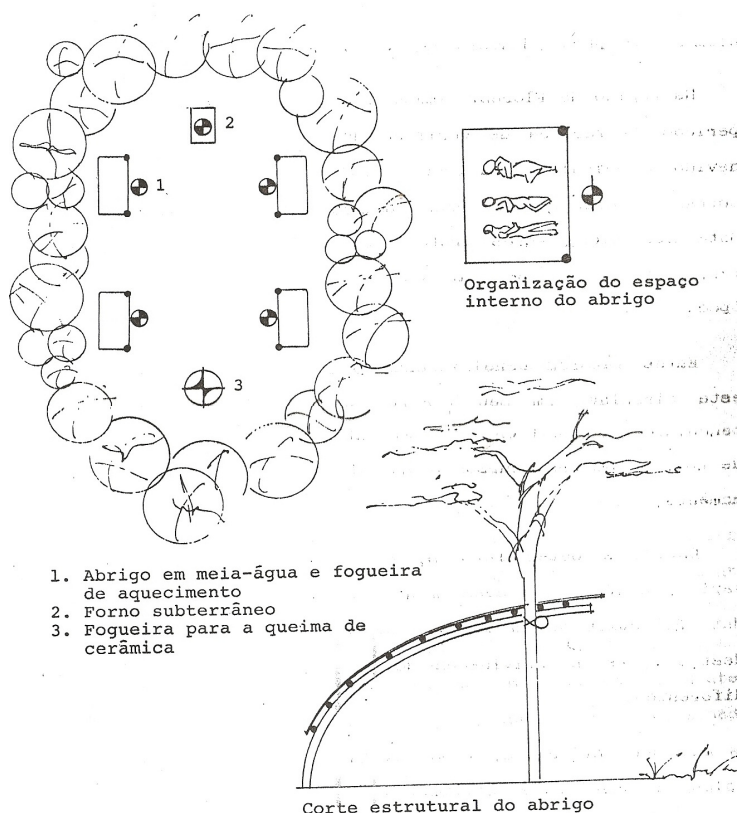


Figura 14: Modelo de um acampamento Xokleng na FOD. Adaptado de LAVINA, Rodrigo. *O Xokleng...* op. cit. p. 105.

²³⁴ LAVINA, Rodrigo *O Xokleng...* p. 106.

Na construção dos abrigos trabalhavam homens e mulheres. Os homens eram encarregados de cortar e cravar no chão os pilares de sustentação da estrutura, enquanto as mulheres reuniam folhas para a cobertura e se encarregavam do restante da construção.²³⁵

Obviamente o meio ambiente interferia no modo em como os Xokleng organizavam seus acampamentos. Um dos fatores que devemos levar em conta é o clima. Considerando também que a quantidade de comida, bem como o valioso pinhão, proporcionava a possibilidade da fixação por mais tempo num mesmo lugar, é certo que os acampamentos no planalto eram mais elaborados. O frio intenso da região obrigava os xokleng a construírem um abrigo em forma de cúpula, que poderia abrigar vários casais de uma família extensa.

A instalação do acampamento seria, embora em maior escala, semelhante à utilizada na região de Mata Atlântica (FOD). Além de possuir uma estabilidade maior, estes acampamentos podiam ter estruturas defensivas como paliçadas, cercas de espinhos e fossos. As fogueiras feitas no interior dos ranchos serviriam para o aquecimento, enquanto que fogueiras externas seriam usadas para a preparação de alimentos, de artefatos de madeira, pedra ou osso e para a confecção de artefatos cerâmicos.²³⁶

A figura 15 traz um modelo de abrigo desenvolvido na FOM. O número 1 representa a disposição dos indígenas dentro das cúpulas (podia haver mais de uma em um mesmo acampamento). O número 2 representa a fogueira para a queima da cerâmica e o 3 representa o forno subterrâneo.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem, p. 111.

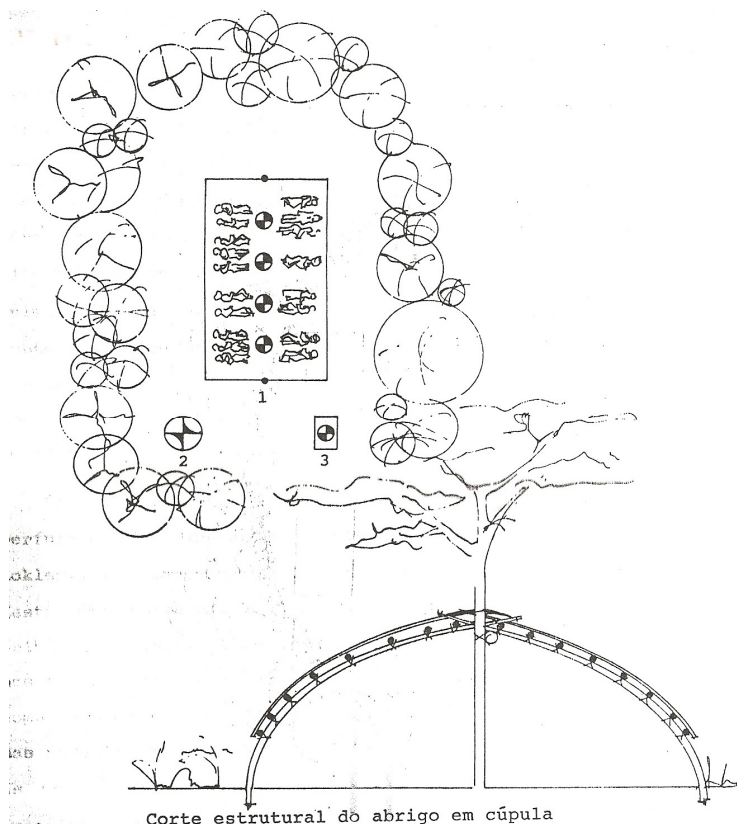
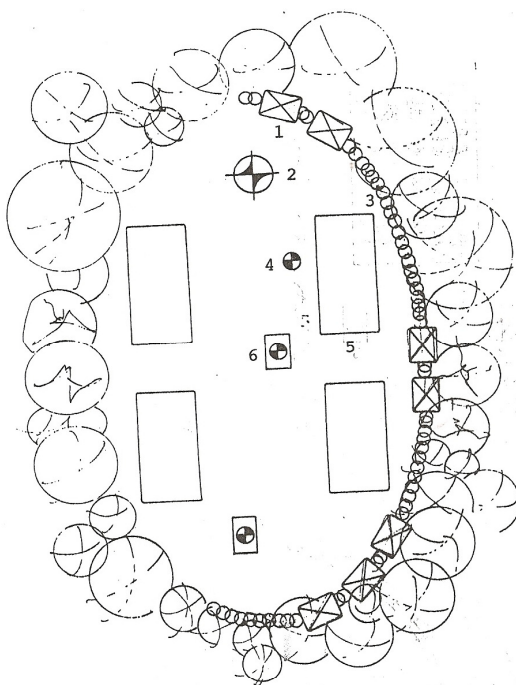


Figura 15: Modelo de um abrigo Xokleng na FOM. Adaptado de LAVINA, Rodrigo. *O Xokleng...* op. cit. p. 108.

Fora a mudança no formato do abrigo, o acampamento em si também se modificava, apresentando uma estrutura defensiva. A figura a seguir, mostra como eram os acampamentos na FOM. Além do uso de estruturas defensivas, há um maior uso do fogo, que era valioso para enfrentar o frio da região. Nos abrigos em forma de cúpula a fogueira para o aquecimento se localizava do lado de dentro. Além destas, as fogueiras serviam para preparar os artefatos cerâmicos, para preparação de alimentos e fornos subterrâneos. A mesma fogueira podia servir para mais de uma finalidade.²³⁷

²³⁷ Idem, p. 112.



Prancha X. Ilustração esquemática de um acampamento Xokleng no planalto II.

1. Armadilha defensiva
2. Fogueira para queima de cerâmica
3. Barreira de troncos e galhos
4. Fogueira para aquecimento
5. Abrigo em forma de cúpula
6. Forno subterrâneo

Figura 16: Esquema de um acampamento Xokleng no planalto (FOM). Adaptado de LAVINA, Rodrigo. *O Xokleng...* op. cit. p. 109.

A estrutura defensiva juntamente com o fogo tornava o acampamento protegido primeiro de animais. Depois de seus inimigos históricos, os Kaingáng. Mas, como proteção contra assaltos de bugreiros, ela pouco ou nada servia.

Cabe ressaltar que os esquemas de abrigos e acampamentos apresentados por Rodrigo Lavina devem se entendidos como hipóteses bastante fundamentadas. Porém há ressalvas que devem ser consideradas. Isso porque, segundo Silvio Coelho dos Santos, na passagem do sedentarismo para o nomadismo,

a tralha doméstica foi amplamente simplificada e a cerâmica subsistiu em algumas poucas peças de pequeno tamanho e na memória tribal. As casas, rústicos para-ventos, passaram a ser construídas somente quando o tempo era de chuvas ou no inverno. Fora disso os Xokleng se habituaram a dormir no relento, sob as copas das árvores.²³⁸

De qualquer modo, é interessante termos em mente que os acampamentos Xokleng se aproximavam dos modelos apresentados por Rodrigo Lavina, principalmente os desenvolvidos na FOM, durante o inverno.

Esse deslocamento entre a serra e o litoral já tinha há muito tempo sido observado pelos não índios como um “movimento pendular”, ou seja, a estação do ano conduzia os Xokleng²³⁹. Mesmo estando concentrados nos contatos ocorridos no Vale do Itajaí e no planalto, na região dos ricos pinheirais, observamos que o movimento pendular Xokleng, provocou os contatos interétnicos em diversas ocasiões e regiões do Estado de Santa Catarina. Esse movimento também obrigou os Xokleng à adaptação desse novo modo de vida. Dependentes da natureza, provedora de sua alimentação, torna-se evidente a prática do nomadismo pelos Xokleng e a partir dessa prática, as consequências que levaram ao desenrolar de sua história. Luísa Tombini Wittmann estudou os Xokleng sob a dicotomia nós/eles no estudo de caso alemães/Xokleng, tendo como recorte espacial o Vale do Itajaí e o recorte temporal iniciando no ano 1850, ano da fundação de Blumenau, estendendo-se até 1926. Sobre o nomadismo e a importância do pinhão na cultura Xokleng, Wittmann informa que

Gensch registrou que Korikrã reconhecia duas estações no ano, “a do sol, passando baixo por cima de nós, e a outra, quando ele passa muito alto. O inverno, juntamente com o pinhão que amadurece nesta época do ano, chama-se *sāugma*, e o verão é

²³⁸ SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e brancos...** op. cit, p. 38.

²³⁹ Acreditarmos que todos os Xokleng seguiam essa regra é um erro, pois cairíamos na teoria do *determinismo geográfico*, que por nós já foi discutido.

plãnema. Apesar dos esforços, Gensch não conseguiu descobrir se havia outro significado nesta última palavra. Uma vez que a expressão para denominar pinhão e inverno era a mesma, supôs ele, ao referir ao verão, os índios também deveriam utilizar o nome de alguma fruta ou flor daquela época.²⁴⁰

Nesse exemplo fica clara a importância não só do pinhão na dieta alimentar Xokleng, mas sim como ele, ou seja, o meio natural interferia no seu dia-a-dia, determinando para os Xokleng a percepção do tempo. Essa característica acabou moldando as relações interétnicas entre colonos e indígenas. Ora no planalto, ora no litoral, encontros que escreveram a história Xokleng e de Santa Catarina e que se desenvolveram pela ótica da diferença cultural se deram em virtude desse movimento.

Nos relatórios e falas de Presidentes de Província e Delegados de Polícia podemos observar as características desses contatos interétnicos que se seguiam regularmente a partir de 1850 no Vale do Itajaí e um pouco antes no planalto. Também conseguimos caracterizar as incursões dos indígenas e as contra eles, levando em conta que na grande maioria os ataques às populações litorâneas se davam no verão e que seu aparecimento e contato com a população não indígena do planalto ocorriam em grande parte na época do amadurecimento do pinhão.

Um dos primeiros documentos onde já se percebe o conhecimento do movimento dos Xokleng é de março de 1850. Nele o Presidente da Província, Dr. João José Coutinho em sua fala a assembléia legislativa se mostra preocupado com a vida dos lavradores (colonos e caboclos), e com a época do ano em que se encontravam, pretendendo tomar medidas contra os ataques dos índios, pois já se sabia de que nos meses de verão era mais comum a aproximação de índios nas fazendas.

Em abril do ano antecedente acometeram os bugres a fazenda de João da Silva Mafra na volta grande de Itajaí²⁴¹; além do terror

²⁴⁰ WITTMANN, Luisa Tombini. **O Vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007, p. 132. A autora se refere a Korikrã, uma menina Xokleng que após ter sua família morta ou separada pelos bugreiros, é levada para o lar das irmãs da Divina Providência. Foi nesse local que o médico alemão Hugo Gensch adotou Korikrã, que foi batizada com o nome de Maria Gensch.

²⁴¹ Muitos nomes dos locais citados nos documentos não correspondem aos lugares de nomes atuais e se torna difícil a localização. Por esse motivo, cada vez que ocorrer uma citação de um lugar de difícil localização utilizaremos o trabalho Rodrigo Lavina. O autor apresenta em anexo, uma tabela relacionando o município ou localidade citada em documentos e seu

que incutiram na mulher, e filhos desse cidadão, mataram-lhe 3 escravos, feriram a um e roubaram-lhe grande porção de ferramentas. Neste verão já se hão mostrado em diferentes pontos da Província e com quanto não tenhamos ainda de lamentar alguma morte, providente é que se tomem medidas que ponham em segurança as vidas dos nossos lavradores.²⁴²

Seguindo o raciocínio e a idéia de preservar os lavradores dos ataques dos indígenas, temos que em março de 1853, o mesmo Presidente da Província, o senhor Dr. João José Coutinho, realiza sua fala à Assembléia Legislativa, abordando o assunto. Depois de relatar o acontecimento de 28 de dezembro de 1852, quando seis “gentios” atacaram a casa do Dr. Blumenau (fundador da cidade homônima), no lugar chamado de Ribeirão da Velha, em Itajaí, onde

dois homens que ali residiam intrincheirando-se num sôtão conseguiram repelir os agressores depois de ferirem a três. Dois dos feridos o foram tão gravemente, que dias depois se encontraram mortos nas imediações da casa. Os agredidos nada sofreram e a casa somente o arrombamento de algumas portas.²⁴³

o Presidente da Província continua com sua preocupação em relação à estação do ano, e coloca: “tenho recomendado toda a vigilância e dado as possíveis providências para que ao menos nesse verão se não repita igual fato”²⁴⁴. Percebemos que tanto os moradores dos locais onde os indígenas mais facilmente apareciam (no Vale do Itajaí e Litoral), como as principais autoridades da Província tinham conhecimento de que era no verão que os contatos eram mais intensos. Em 1859, por ocasião de um relatório apresentado ao Vice-Presidente da Província, o Dr. Speridião Eloy de Barros Pimentel, o Presidente Dr. João José Coutinho, continua demonstrando sua preocupação relatando que o Ministério da Guerra paga uma Companhia de Pedestres e que essa Companhia conserva os praças nos lugares mais sujeitos às agressões dos selvagens. No entanto, o presidente complementa o relatório informando que “a companhia não está completa de praças e por isso em alguns anos pelo

correspondente atual. No caso desse documento, a localidade corresponde ao município de Itajaí. In: LAVINA, Rodrigo. *O Xokleng...* op. cit, p. 161.

²⁴² **Relatório do Presidente da Província Dr. João José Coutinho.** Ano de 1850, p. 11. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/937/000013.html>>. Acesso em 25 de julho de 2007.

²⁴³ **Relatório do Presidente Dr. João José Coutinho.** Ano de 1853, p. 05. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/940/000006.html>>. Acesso em 25 de julho de 2007.

²⁴⁴ Idem.

verão tem a Presidência mandado engajar paisanos conhecedores das matas para ajudar o serviço dos Pedestres”²⁴⁵.

Aparentemente o senhor João José Coutinho foi o mais engajado na defesa dos colonos “dos ataques dos índios selvagens”. Isso se deve ao fato de que governou a Província num período mais crítico, onde a intensificação da colonização aumentou os contatos entre a cultura européia e a cultura indígena. Neste período, colonos e indígenas estavam se adaptando uns aos outros e o desconhecimento das culturas acirrava os contatos bélicos e aumentava o medo da população não índia.

Outra citação interessante que demonstra que já se notara o movimento indígena em relação às estações do ano, além de suas preferências alimentares, é um ofício de 1875 de um Chefe de Polícia para o Presidente da Província. Esse ofício trata da localidade de Barra Velha (litoral norte do Estado), onde, por determinação do Chefe de Polícia, foi suspensa a linha de destacamento em 22 de setembro. Essa atitude não foi aceita pelos moradores, que reclamaram pela necessidade da linha permanecer na localidade por mais tempo. Isso porque além de toda a coleta e a caça que a Floresta Ombrófila Densa (FOD) promovia, podendo sustentar os indígenas durante os meses mais quentes, é nesse período que o milho é colhido nas lavouras. Esse alimento serviu inúmeras vezes de mais um atrativo pra a aproximação dos indígenas nas localidades de desenvolvimento colonial.

Reclamando, porém aquela autoridade por parte dos moradores do lugar, a permanência daquela diligência até o fim de fevereiro próximo futuro, por ser a época em que os selvagens mais freqüentam as lavouras de milho. Apresento ao critério de V^a. Ex^a. essa reclamação, por assim ter sempre procedido nestas ocorrências.²⁴⁶

Assim, é certo que a população, já sabida das ocorrências dos anos anteriores, na região litorânea da Província e também no Vale do Itajaí se acometia de terror e medo e procurava se proteger. A proteção se dava de muitas maneiras, desde um reforço policial, contratação de batedores de mato, até o abandono de suas moradias.

²⁴⁵ **Relatórios do Presidente Dr. João José Coutinho.** Ano de 1859, p. 05. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u907/000007.html>>. Acesso em 25 de julho de 2007.

²⁴⁶ **Relatório/Ofícios dos Chefes de polícia para ao Presidente da Província.** Livro 1875, Ofício 213, folha 118. APESC.

3.3 Aqui, ali e em qualquer lugar: diferentes maneiras de contato

O contato deixou de ser novidade, mas nem por isso deixou de ser registrado nos documentos oficiais. Na Província de Santa Catarina, cada vez mais chegavam europeus que faziam surgir colônias em diferentes lugares, em todas as regiões. A euforia da chegada, a possibilidade de uma vida nova nas terras férteis e territórios de clima bom logo se transformavam diante da realidade. Principalmente quando se tomavam conhecimento através de narrativas de moradores mais antigos ou de jornais, da presença e dos acontecimentos relativos aos indígenas. A euforia dava lugar ao receio, e o receio foi o impulso para as medidas que foram tomadas.

Como muitas vezes os colonos se sentiam desamparados, buscavam por conta própria uma medida para conter o medo, bem como proteger-se dos contatos nada amistosos com os indígenas. Quando a iminência do contato era evidente, a solução encontrada pelos colonos era muitas vezes o abandono de suas propriedades. Essa atitude também deve ser entendida como uma reivindicação. Pois deste modo os não indígenas procuravam sensibilizar as autoridades responsáveis para o investimento em segurança das colônias. As autoridades por sua vez, ficavam sabendo dos acontecimentos através dos órgãos responsáveis, através de ofícios como o que segue.

Transmito a V Ex^a. cópia do ofício que recebi do senhor Delegado do Alto Tijucas, dando notícia do aparecimento de Bugres em alguns dos lugares daquele Distrito, por cujo motivo tem muitos lavradores abandonando suas habitações, afim de que V. Ex^a. se digne da providência à respeito.²⁴⁷

Como esse, outros ofícios de autoridades policiais e também falas de Presidentes da Província relatam o abandono de propriedades em regiões onde a presença indígena era constante. Além de comunicar a medida tomada, nos ofícios eram pedidos mais investimentos para a segurança, a permanência das forças policiais por mais tempo nos lugares, orçamento para compra de munição e também a contratação de batedores de mato²⁴⁸. Uma das localidades que mais petições fez ao

²⁴⁷ **Relatório/Ofícios de Chefes de Polícia para Presidente da Província** N. 48. Livro 1872, folha 77. APESC.

²⁴⁸ Ver capítulo 1, p. 39.

Presidente da Província através dos ofícios de Chefes de Polícia foi a localidade de Barra Velha²⁴⁹. É desse local que podemos perceber melhor a relação entre o perigo, os receios, o medo, as medidas comumente tomadas e as petições.

Um documento em especial de 23 de novembro de 1874, exprime o medo e o comportamento dos habitantes de Barra Velha, descrevendo as atitudes tomadas pelos habitantes da região e reiterando o pedido feito pelo subdelegado da localidade.

Ex^o Sr. Levo ao conhecimento de V. Ex^a., que pelo Sub-delegado de Polícia do Distrito de Barra Velha me foi comunicado que os habitantes daquela localidade tem pedido providências no sentido de tranquilizá-la ao terror de que se acham possuídas ante as ameaças dos gentios que continuamente freqüentam as matas vizinhas daquela freguesia. Diz a mesma autoridade que com facilidade em qualquer parte daquele distrito se encontram vestígios dos mesmos gentios, como tem acontecido nas roças dos moradores dos lugares “Medeiros” “Serra” e “tabuleiro”, dentre os quais, uns tem abandonado completamente suas lavouras e outros (não menos que 12 casas) mudado de residência! (...) Com efeito, Ex^a. seria, (illegível) ver aqueles pobres, mas laboriosos lavradores a beira da indigência e quase em desespero, sem poderem tratar sua lavouras, sem poderem ratear suas terras, donde tiram o minguado fruto de trabalho de muitos anos. Desta arte no Distrito de Barra Velha não pode existir, por quanto a segurança individual e de propriedade que nos são garantidas pela nossa sábia Constituição, pois seus moradores ameaçados, abandonam suas propriedades para não serem vítimas dos gentios, como tem sucedido (...) Da atividade reconhecida e zelo de V. Ex^a. no desempenho das árduas funções de seu cargo, espero que se dignará reclamar de V Ex^a. Sr. Presidente da Província, enérgicas providências no sentido de minorar-se o terror, que presentemente se apoderam dos habitantes daquela localidade.²⁵⁰

O medo e a preocupação com o ataque indígena se legitimavam pelo modo como eram muitas vezes representados²⁵¹ os indígenas nos

²⁴⁹ Corresponde a localidade atual de Barra Velha, litoral norte do Estado de Santa Catarina. In: LAVINA, Rodrigo. **O Xokleng...** p. 162.

²⁵⁰ **Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província** S/N, Cópia. Livro 1874, folhas 83-84. APESC.

²⁵¹ A representação constitui-se na forma de pensar dos colonizadores, já que os mesmos foram os que escreveram a História do contato. Por este motivo, é sob o ponto de vista deles que devemos trabalhar com a documentação oficial. De qualquer modo, “há que se

discursos oficiais ou mesmo no dia-a-dia daqueles que já haviam tido a experiência. Essa representação posteriormente se estendeu como vimos aos periódicos, mais acessíveis à população sendo muitas vezes editados na língua de origem dos colonos. Desse modo, os discursos faziam aumentar ainda mais a apreensão dos moradores, não só daqueles que tiveram experiências de contato, como também naqueles que através dos discursos, elaboraram seus “pré-conceitos” em relação aos indígenas. Nos discursos proferidos sobre os indígenas, este passou a ser o outro, que configura um princípio geral da linguagem. Eni Orlandi no trabalho “Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo”, trata dos discursos proferidos não em relação ao outro, mas ao diferente. Dentro da concepção da autora, a posição do indígena naquele contexto se encontrava dentro de uma formação discursiva (FD), que define

o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, em uma certa conjuntura. O complexo das formações discursivas, em seu conjunto, define o universo do “dizível” e especifica, em suas diferenças, o limite do dizer para os sujeitos em suas distintas posições (remissíveis a diferentes FDs).²⁵²

A autora apresenta a teoria do que naquele momento estava acontecendo na prática. A falácia em relação ao indígena era proferida dentro de gabinetes, por sujeitos que desempenhavam posições distintas na sociedade e por conta disso definiam o universo do dizível. Por trás destes discursos, havia o interesse de se elaborar a figura de um personagem selvagem, feroz, incivilizado. Diante desse perigoso personagem aumentava-se a necessidade de “heróis” para afugentá-los e para proteger a população não indígena de suas correrias²⁵³. Quem sabe até mesmo esses selvagens necessitavam de “heróis” para eles próprios. Mas claro que seriam personagens diferentes dos que necessitavam os colonos.

Para os colonos, os “heróis” necessários para os indígenas seriam aqueles que estavam incumbidos de levar-lhes a catequese e a civilidade através dos padrões culturais não índios. Já para eles, durante muito tempo esses “heróis” eram os policiais da Companhia de Pedestres, que

destacar que as representações não são homogêneas, mas fragmentárias e em constante modificação” in: VIEIRA, Edna Elza. NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**, op. cit, p. 3.

²⁵² ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista!: discurso do confronto : velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990, p. 39.

²⁵³ Assim como assalto, o termo correria se referia ao ataque rápido dos indígenas no qual eles na maioria das vezes lavam consigo tudo que podiam carregar.

afugentavam os índios para longe das localidades. Posteriormente os batedores de mato e os bugreiros. Mas se conseguissem civilizar os indígenas e por fim aos assaltos, esses “heróis” também poderiam ser padres missionários, que salvariam as almas dos indígenas levando-lhes a catequese. Ou seja, qualquer um que pudesse dar paz aos contatos poderia se tornar um “herói”. Dentre esses personagens, sem dúvida o bugreiro foi o mais presente na vida dos colonos e também indígenas. Principalmente após a dissolução da Companhia de Pedestres em 1870. Porém, mesmo presente e bastante requerido, já no século XIX havia pessoas preocupadas com os excessos cometidos pelos bugreiros.



Figura 17: Bugreiros: os “heróis” dos colonos, ostentando suas armas e seus troféus (vítimas). Arquivo de SCS. Martinho é o homem com o um pano enrolado no queixo (passando por uma provável dor de dente).

Fonte: SANTOS: Sílvio Coelho. **Os Índios Xokleng: memória visual.** Florianópolis: ED. Da UFSC, 1997, p. 42.

Pelas A principal figura entre os bugreiros foi sem duvida Martinho Marcelino de Jesus Martins, conhecido como Martinho Bugreiro, que atuou com sua tropa em várias localidades do Estado no início do século XX. Martinho Nasceu em Índios, na região de Lages. Depois das caçadas em Brusque e Angelina, foi contratado para

trabalhar na região de Blumenau²⁵⁴. A exceção desse tipo de prática, ou seja, da atuação dos batedores de mato, ocorreu no oeste. Nessa região a técnica era fazer com que os índios chamados mansos pacificassem os arredios.

Foi assim durante todo o percurso pelo qual houve o contato entre esses dois sujeitos distintos, separados pela cultura, pelo modo de ver o mundo e unidos pelo desejo e pela necessidade do uso da terra, ou do domínio do meio no qual viviam. Dezenas de discursos, em diversos momentos, demonstram quanto foi violento esse contato de culturas e quanto foi difícil a aceitação e entendimento do diferente modo de viver do indígena.

No Vale do Itajaí, principalmente à partir de 1850, sobretudo nos meses mais quentes, que o nosso sujeito Xokleng, indígena com hábitos e cultura diferentes das dos colonos, perambulava a procura de alimentos. Por esse motivo, e pela intensificação de colonos e caboclos na região, esta região serviu de palco para os conflitos que ocorriam nas fazendas e nos sertões a partir da segunda metade do século XIX. Acostumados a estarem em andança constante, divididos em pequenos grupos, os Xokleng ora apareciam num lugar, ora em outro. Porém, das inúmeras vezes em que o contato existiu, em sua quase totalidade ocorriam roubos, tiros, flechadas, ferimentos e não raramente, mortes em ambas as partes envolvidas.

Se no litoral, nos meses quentes a população se amedrontava, temos um forte indício de que a cultura nômade dos Xokleng, em regra, obedecia às estações do ano, pois era nessa época que a região apresentava maior possibilidade de coleta e caça. Resta-nos saber até que ponto nomadismo obedecia a essa regra, e também saber como se processava o encontro entre os Xokleng e os caboclos e colonos do planalto do Estado, na região de Lages.

Pensando em fazer uma comparação entre os contatos ocorridos no planalto e os contatos estabelecidos no litoral, realizamos a tabulação de alguns dados. Três foram as principais séries de documentos em nossa pesquisa. Catalogamos todos os que faziam menção aos indígenas (aparecimento, assalto, correrias, pedido de auxílio, catequese etc.) Assim, apresentamos uma tabela com o número de ocorrências estendendo um pouco o período de foco da pesquisa de acordo com o

²⁵⁴ KONS, Paulo Vendelino. UMA CAÇADA DE BUGRES. Disponível em: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/tribunaregional/noticias/index.phtml?id_conteudo=49670> Acesso 10 de julho de 2009.

acesso que tivemos aos documentos. As ocorrências estão separadas por região: no Litoral/Vale do Itajaí e no Planalto. Essa separação se deu levando-se em conta as características físicas das regiões. No litoral temos a FOD (Floresta Ombrófila Densa, muitas vezes confundida e chamada de Mata Atlântica-MAT), e no planalto a FOM (Floresta Ombrófila Mista, podendo ser chamada de Mata de Araucárias-MAR).

	Vale do Itajaí/Litoral – FOD-MAT	Planalto FOM-MAR	Total
Série: Relatórios de Chefes de Polícia para Presidente de Província e Governador do Estado Período: 1842-1897	146	13	159
Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província e Governador do Estado. Período: 1842-1891	51	35	86
Série: Fala e relatórios dos Presidentes da Província e Governadores do Estado Período: 1846-1920	24	18	42
Total	221	66	287

Tabela 2: Número de citações sobre indígenas nos documentos pesquisados entre 1842 e 1920.

Como vimos anteriormente, existia a preocupação de se ter um bom acesso entre o litoral e o planalto da Província/Estado de Santa Catarina desde a fundação de Lages, em 1766. A falta desse acesso, por muito tempo, dificultou a comunicação entre as duas regiões. É bem provável que a menção em número menor aos indígenas, se comparar com a quantidade de ocorrências na região do Vale do Itajaí e litoral, durante o recorte da pesquisa, se deva a esse fato. É importante acrescentar que até aproximadamente 1850, as ocorrências citadas nos documentos eram apenas no litoral e na região do planalto, mas no Vale do Itajaí não havia registros. A presença de indígenas na região de Lages era intensa. Ocorre que a região do Vale do Itajaí começa a ser citada com maior frequência nos documentos a partir da segunda metade do

século XIX. Isso pelo fato de ser a partir daí, o movimento colonizador da região, enquanto Lages e arredores, no século XVIII já se situavam como local importante devido ao pouso e a criação de gado. Observamos ainda que ocorrência da presença de indígenas nas duas áreas por nós demarcadas não obedece necessariamente a dicotomia verão/inverno. Como colocamos, ocorreram contatos em todas as regiões, independentemente da época do ano.

No planalto, os contatos entre indígenas e não indígenas apesar de maior frequência no inverno, ocorriam durante todo o ano. Os discursos lá proferidos para classificar os indígenas se igualam aos discursos feitos sobre os Xokleng no litoral ou Vale do Itajaí.

Nos contatos que ocorreram no planalto, identificamos como diferença mais significativa em comparação com os ocorridos no Vale, o contato que houve entre indígenas de duas etnias, os Xokleng e os Kaingáng e suas características. Uma dessas características é o uso desse contato em favor dos colonizadores. Iremos observar que a prática utilizada no oeste de utilizar índios mansos para pacificar os arredios foi uma das práticas executadas contra os Xokleng no planalto. Os colonos se prevaleciam da luta histórica entre Kaingáng e Xokleng e por conta disso quando podiam tentavam utilizar os Kaingáng contra os Xokleng. Outra diferença é que nos discursos acerca do Vale do Itajaí, não encontramos menção aos Kaingáng. Mostrando que estes mesmo realizando caça e coleta, se mantinham mais fixos na região, ao contrário dos Xokleng.

Em Lages²⁵⁵, que como observamos abrangia um território mais extenso do que compreende o seu território atualmente, os encontros entre colonos e indígenas se deram anteriormente do que na região do Vale do Itajaí, mais próxima do litoral. Para entendermos isso basta lembrarmos que a região foi povoada no século XVIII devido ao caminho das tropas e que no Vale, a colonização significativa ocorreu a partir da segunda metade do século XIX. Desde a ocupação dessa região, o contato entre diferentes culturas se fez presente e esse contato ocorreu de diferentes maneiras. Neusa Maria Blomer informa que

ainda que presentes na área, há poucos registros do uso de mão-de-obra indígena. O recenseamento de 1777 indica a presença de 58 índios nos Campos de Lages trabalhando como escravos nas

²⁵⁵ O mapa apresentado na figura 5 do capítulo 1 mostra que Lages representava grande parte da região serrana. Os municípios que surgiram posteriormente desmembrados de Lages, eram no século XIX e parte do XX, *Distritos* deste município (chamado na época de Termo).

fazendas rurais e que, como os negros, além de outros afazeres, eram responsáveis pela lavoura de alimentos. Registra-se, ainda, a presença de peões (denominação dada na região àquele trabalhador assalariado que tinha como atividade cuidar, nos campos, de cavalos, mulas e gado bovino), que eram antigos índios missioneiros e de agregados, que viviam anteriormente como peões.²⁵⁶

Se em 1777 existe a ocorrência de índios escravos na região, na tabela 1 que apresentamos no capítulo 1 temos que em 1833 havia na região 97 indígenas em contato intermitente com a sociedade não índia, porém na tabela, esses índios constam como livres. Isso mostra que as relações interétnicas ocorreram e ocorrem de diferentes maneiras. Os indígenas escravizados em 1777, informados por Neusa Blomer e os livres de 1833 eram muito provavelmente Kaingáng, podendo haver também entre eles, Xokleng, pois como observamos na figura 17, e nos discursos analisados, algumas crianças eram capturadas e “adotadas” por não indígenas.

No Vale do Itajaí na segunda metade do século XIX, os contatos aumentaram consideravelmente, e muito desses contatos eram documentados. Sobre Lages, apesar de haver também documentação a respeito de assaltos, mortes, correrias, ou seja, sobre os contatos entre serranos e indígenas, essas demoravam mais a chegar à capital. Para conhecer detalhes sobre o estado de como viviam os habitantes de Lages levando-se em conta a presença de indígenas, foi enviado em 1852 um ofício no qual o Presidente da Província, João José Coutinho pede dados a este respeito ao delegado do Termo de Lages. Para o questionamento do senhor Presidente, o Delegado de Polícia de Lages, o senhor Guilherme Ricken, responde que não há aldeamentos indígenas na região. Além disso, complementa sua fala, sugerindo que o fato de não haver aldeamentos em Lages, em 1852 deve-se, ao

desleixo que tem havido até agora em promover a catequese destes índios por esses lugares e também o modo com que os moradores até bem pouco procediam contra eles, caçando-os como animais, com o interesse de lhes apanhar e cativar os filhos donde resultou o que os índios entranhando-se mais pelas matas dentro, criaram ódio mortal contra a raça branca, o que talvez

²⁵⁶ BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 51.

ainda por muito tempo frustrará qualquer tentativa de que se queira fazer para chamá-los à civilização.²⁵⁷

Neste trecho de seu ofício conseguimos informações importantes. Uma delas é a prática da caça aos indígenas e a captura dos filhos com o objetivo de “cativá-los”. Muito provavelmente por esse motivo temos na tabela 1 a existência de índios inseridos na sociedade nacional²⁵⁸, utilizados provavelmente como trabalhadores (peões) nas propriedades, sendo culturalmente transformados. Podemos inferir também que a miscigenação no planalto de Santa Catarina ocorreu antes de outras partes do Estado. Outra informação inferida no texto é que a prática de perseguição aos indígenas no planalto era semelhante à prática do litoral. O receio do delegado é que essa prática²⁵⁹ tenha cultivado um ódio mortal nos indígenas em relação aos “brancos”.

No mesmo ofício, o delegado aproveita para fazer uma breve descrição acerca dos indígenas que o povo da serra mantinha contato, ou que pelo menos, tinha conhecimento. Iniciou seu texto expondo que em Lages todos os índios eram apelidados genericamente de bugres (como em toda a Província/Estado). Porém, existiam duas tribos distintas que os serranos conheciam por coroados e botocudos. Na continuação desse ofício, o delegado apresenta as características das duas etnias:

A primeira destas nações assim denominado, talvez por uma coroa grande que todos tem aberta no alto da cabeça, à moda dos frades, habita os sertões a oeste desta vila e nunca passam para leste da estrada geral que vem de São Paulo para este Município. Estes índios foram catequizados em Guarapuava, e ali receberam as primeiras noções de civilização. Largaram, porém o aldeamento e tornaram a vida errante, tornando-se o flagelo dos viandantes que em grande número transitam pela mencionada estrada, até que ultimamente o Governo conseguiu aldeia-los na Vacaria e em missões, donde novamente fugiram em consequência das últimas ocorrências na Vacaria. O caráter destes indígenas é menos feroz do que o dos botocudos com quem vivem continuamente em guerra e de quem se tomam

²⁵⁷ SCHEIBE, Fernando. **Ofícios dos delegados e subdelegados de polícia ao Presidente da província. (1842-1892)**. Arquivo Público de Santa Catarina, 1996, pp.5-6.

²⁵⁸ Este termo é utilizado por autores como Sílvio Coelho dos Santos para se referir à sociedade não indígena na obra “Índios e Brancos no Sul do Brasil”.

²⁵⁹ Curiosamente o senhor Guilherme Rickem tentou dizer que era uma prática que não se usava mais, “também o modo com que os moradores até bem pouco procediam contra eles, caçando-os como animais”, mas essa prática, como em outros lugares persistiu até o início do século XIX, aqui no Estado.

muito. Eles fazem prisioneiros e principalmente quando apanham mulheres brancas que levam para o mato, e também tem aparecido negros entre eles. Suas armas e utensílios são fabricados com rara perfeição e alguns que tenho visto são muito curiosos. Os botocudos que trazem por distinção o beijo inferior furado e com uma grande rodela de pão, vivem nos sertões que separam este município do litoral da Província, acham-se no estado primitivo de natureza, e nunca largam sua vida errante, não se apresentam e não querem relação alguma com ninguém, matam tudo quanto encontram e até seus próprios que depois de criados entre nós, lhe caem nas mãos. É proverbial a paciência e tenacidade com que estes índios espreitam uma casa, e infalível desgraça quando chegam a atacar. Eles têm grandes alojamentos e pontos certos debaixo da serra e que cá de cima facilmente se reconheçam pela fumaça. Vivem segundo consta na maior miséria e nenhuma comodidade conhecem. Os seus arcos e flechas apesar de fortes são muito mais grosseiros e imperfeitos do que os dos Coroados. O seu número deve ser considerável, pois em todas as partes aparecem vestígios deles.²⁶⁰

Nas matas, a presença indígena era constante e como coloca o delegado observador, em todas as partes aparecem vestígios deles. Nos caminhos que ligavam Lages às outras regiões, principalmente à capital, Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis), o índio era um perigo iminente e os viajantes que se aventuravam por elas, tinham um motivo a mais para se preocuparem. Em vários momentos da sua viagem pela Província de Santa Catarina, o alemão Robert Avé-Lallemant se mostrou apreensivo sobre a presença indígena. Isso por ter ouvido narrativas fantásticas dos seus companheiros de viagem a esse respeito. Suas impressões e seus registros acerca da Vila de Lages são importantes para compreendermos a dinâmica em que vivia a população serrana na segunda metade do século XIX. Em geral os registros de viajantes nos trazem importantes detalhes acerca do povo, do meio ambiente, da economia e dos costumes dos lugares por eles visitados. Porém, é importante lembrar que aquilo que se é escrito se encontra dentro de um discurso e por esse motivo requer tratamento como tal. Pensando assim, concordamos com Eni Orlandi no sentido de que

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que se formula, mobilize conceitos que outro analista

²⁶⁰ SCHEIBE, Fernando. **Ofícios dos delegados e subdelegados de polícia ao Presidente da província. (1842-1892)**. Arquivo Público de Santa Catarina, 1996, pp.5-6.

não mobilizaria. Gostaríamos de acrescentar que como a pergunta é de responsabilidade do pesquisador, é essa responsabilidade que organiza sua relação com o discurso, a construção de seu dispositivo analítico (...).²⁶¹

As impressões de Avé-Lallemant foram as piores possíveis, se comparado com os seus relatos de outras regiões visitadas. Sendo uma região promissora e importante, o local ainda estava, em 1858, ano da viagem do alemão, em estado bastante calamitoso. Não foi à toa que assim que a avistou, chamou-a de “pequeno ninho muito triste”²⁶². Diante do que ele viu, principalmente no que diz respeito à economia do lugar, e a prosperidade que a região oferecia a que quisesse nela trabalhar, o viajante classificou os lageanos de “preguiçosos”. O pinhão aparece em sua descrição, como alimento para indígenas, “civilizados” e porcos, mas não foi percebido pelo autor como um produto potencialmente comercializável. As araucárias serviam, e o próprio autor nos forneceu esses dados que foram citados no capítulo 2, como uma madeira importantíssima para o povo serrano. Em Lages, as casas, bem como os móveis e tudo o mais que se usava madeira, tinha a araucária como sua matéria-prima primordial. Porém, sobre outros aspectos da vida econômica, Avé-Lallemant indignou-se ao perceber que

Não é notável que na cidade central de um município onde pastam centenas de milhares de reses não encontre uma libra de manteiga para comprar? Deixam os animais comendo no campo até crescerem e depois os abatem, vendem o couro e os chifres, fazem carne seca e exportam-na, mas não se conformam com o trabalho e vantagens menores. O queijo chega à cidade, mas a manteiga não. (...). O trigo medra magnificamente no planalto. Mas só se cultiva para o consumo doméstico, (...). Em Lages há alguns moinhos. Em vez de derivarem convenientemente um fio de água dos regatos perenes para as rodas hidráulicas, preferem que os moinhos parem quando as águas cresçam.²⁶³

²⁶¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002, p. 27.

²⁶² AVÉ-LALLEMANT, Robert, 1812-1884. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, p. 68.

²⁶³ Idem, p. 69.

Fora os tropeços da vida cotidiana, na falta de interesse na qual o povo lageano se encontravam para movimentar a economia e fazer prosperar o município, havia ainda as questões de ordem da esfera pública, sendo a principal delas a estrada de ligação entre Desterro a Lages. Nas palavras de Avé-Lallemant,

Que aconteceu com as construções de estradas? Realmente escandaloso é o que se costuma chamar estrada geral; realmente escandaloso é o que, nos rios, se chama de passo. (...). De ponte não se pode falar; mas tão pouco se pensou numa pinguela, sobre a água, como no solo do rio. Tudo são pedras roladas, chão inseguro, passagens más. Se o rio enche mais uns dois pés, cessa tudo e fica-se no mais agradável dos estados de sítio. (...) O que não é floresta é pastagem; não se vê a mancha de uma cultura mesmo nos arredores mais próximos da vila. (...). Lages fica situada a apenas cinco ou seis dias de viagem ao mar.²⁶⁴

Novamente a estrada aparece como elemento fundamental para o desenvolvimento de Lages. Mas, se em 1858 a estrada Lages-Litoral era escandalosa, no início do século XX, quase meio século depois, mas precisamente em 1904, ainda estava longe de ser uma via segura, pois era comum ocorrer ataques indígenas aos viajantes. Percebemos isso pelo destaque na mensagem do vice-governador do Estado ao Congresso Representativo do Estado. O modo como o assunto foi colocado, nos faz crer que os contatos entre indígenas e serranos se seguiram por bastante tempo. Na mensagem, lê-se que:

Os ataques feitos pelos silvícolas aos viajantes nas estradas de Blumenau a Curitibaanos, Estreito a Lages e Curitibaanos ao Rio Negro e cujas deploráveis consequências conheceis pelas publicações feitas aos jornais e a que alude o Relatório do Sr. Secretário Geral, devem naturalmente ter robustecido o pensamento de cuidarmos da catequese dos nossos selvagens.²⁶⁵

Por esse documento, percebemos que a estrada de Lages ao litoral, os contatos, o medo e o pedido de providências por parte da população não cessaram no século XIX. Essas pautas ainda eram presentes no início do século XX e segundo o relatório, a solução

²⁶⁴ Idem, p. 69-71.

²⁶⁵ **Relatórios, falas e Mensagens dos Presidentes da Província e Governo do Estado.** Ano de 1904, p. 16. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u958/000016.html> >. Acesso em 25 de julho de 2007.

buscada era uma prática que no século XIX já havia sido tomada, de conseguir um abrandamento dos contatos através da catequese dos “selvagens” indígenas através dos “heróis” missionários. É neste cenário que se desenvolveram nossas relações interétnicas, que na prática, não se diferenciaram das relações que ocorreram nas proximidades do mar ou no Vale do Itajaí. A exceção, ou a principal diferença que observamos nos contatos entre indígenas e não indígenas na serra está na presença de outra etnia, e os contatos decorridos dessa presença entre Kaingáng e Xokleng.

A disputa pelo rico território da Mata de Araucárias foi a provável causa dos conflitos históricos entre as duas etnias. Os Xokleng possuíam fama de serem mais bárbaros, e por este motivo, os Kaingáng os temiam. Na sua viagem a Curitiba e Santa Catarina, August de Saint-Hilaire, pode perceber isso quando em contato com uma indígena Kaingáng ainda no território onde hoje compreende o território do Paraná. Esta índia vivia na fazenda de um dos hospedeiros do viajante, o senhor Coronel Luciano Carneiro. Sobre os indígenas, que viviam na região, Saint-Hilaire nos informa que:

Além da tribo dos Coroados, havia outras nos arredores de Jaguariaíba²⁶⁶, as quais frequentemente guerreavam entre si. A índia Coroada do Coronel Luciano Carneiro ficou terrivelmente assustada quando viu Firmiano, porque existiam -disse-nos ela – não muito longe de sua tribo alguns índios muito perversos, que também tinham o costume de furar os lábios e as orelhas.²⁶⁷

Os caboclos e colonos muitas vezes se valiam desses conflitos para incitar os Kaingáng contra os Xokleng. Isso porque mesmo havendo Kaingáng ainda em contato intermitente²⁶⁸ com a população nacional, muitos já tinham sido aldeados em outras regiões e alguns falavam a Língua Portuguesa. Desse modo a comunicação entre Kaingáng e a população nacional da região de Lages foi facilitada, e por esse motivo e a rivalidade histórica foram usados para auxiliar os não índios a afugentar os Xokleng. O contato com os Kaingáng também serviu para outros fins, pois se tentou utiliza-los no processo de

²⁶⁶ Jaguariaíba, hoje chamado de Jaguariaíva, é um rio que se localiza na porção centro oriental do Paraná. A fazenda do Coronel Luciano Carneiro deu início ao povoado, que hoje é o município de Jaguariaíva. O relato confirma a territorialidade Kaingáng e Xokleng, bem como os sentimentos dos Kaingáng em relação aos Xokleng.

²⁶⁷ SANIT-HILAIRE, August de (1779-1853). **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

²⁶⁸ Conforme a classificação de Darci Ribeiro por nós utilizada. Ver Introdução p. 3.

“pacificação” dos Xokleng no Vale do Itajaí no início do século XX, pelo fato do tronco linguístico e semelhança na língua.

Sobre a prática de utilizar Kaingáng como batedores de matos para afugentar Xokleng, a mais expressiva narrativa é o relatório do Delegado de Lages de 1855 e que foi por nós já apresentado na introdução desse trabalho. A importância do episódio é tal que em 1858 o viajante Avé-Lallemant registra nas páginas de sua obra o evento, envolvendo o Cacique Kaingáng chamado Doble e os Xokleng. Segundo o viajante, pouco antes dos Kaingáng chegarem a Lages os Xokleng efetuaram um assalto na localidade de Rio Bonito²⁶⁹. Episódio esse confirmado no relatório do Presidente da Província, senhor Dr. João José Coutinho, de 1854.

Em 17 de abril do ano passado acometerão os Bugres na estrada de Lages a uns tropeiros, e seguindo depois para o sítio de Joaquim José de Miranda, no Rio Bonito, quem da Vila de Lages seis léguas, pouco mais ou menos, assassinaram ali nove pessoas da família Miranda, mulheres e crianças.²⁷⁰

Esse fato, segundo Avé-Lallemant “foi demasiado hediondo para que não se tomasse uma vingança”²⁷¹. E essa vingança foi feita através do uso dos Kaingáng, que em 1855 se encontravam em grande número em Lages. O viajante alemão, em contato com muitos moradores de Lages, continua sua narrativa, baseada nesses relatos, comentando que

Pouco depois o cacique Doble, que faz das suas no norte do Rio Grande do Sul, os ciganos índios, homens, mulheres e crianças, em número de mais de cem, uma incursão a Lages, onde os seus índios nus e miseráveis se tornaram muito incômodo com sua permanência e inúmeros furtos. A horda foi utilizada no ataque aos botocudos do Rio Bonito. Doble bateu-os no interior das matas e trouxe para Lages oito a dez mulheres e crianças tomadas como prisioneiros e mais algumas armas que ficaram depositadas no lugar. (...) Os prisioneiros foram dados a famílias, mas todos morreram.²⁷²

²⁶⁹ Segundo Rodrigo Lavina essa localidade situa-se atualmente em Lages. LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng...** p. 161.

²⁷⁰ **Relatório do Presidente da Província Dr. João José Coutinho.** Ano de 1854, p. 7. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/941/000008.html> >. Acesso em 25 de julho de 2007.

²⁷¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert, op. cit, p. 72.

²⁷² Idem, pp. 72-73

Fora essas características existiam também as práticas que se tornaram corriqueiras e que eram utilizadas entre a população do litoral. Petições ao Presidente da Província/Governador de Estado para diligências que pudessem atender aos anseios da população não eram raras e faziam parte do dia-a-dia dos gabinetes e dos relatórios policiais, como o pedido a seguir, feito pelo Chefe de Polícia, que transmite um ofício do Delegado de Lages, no qual coloca que

Ilmo.exmo. Senhor. Transmito a V. Ex. Cópia do ofício que me dirigiu o delegado de Lages, cobrindo o que lhe enviou o delegado da Costa da Serra²⁷³ acerca das correrias dos bugres afim de V. Ex ordenar as providencias que julgar mais acertadas para garantia dos moradores daquela localidade. Deus guarde V. S. Ilmo. Exmo. Sr. Tem Coronel Luiz Ferreira do Nascimento Mello Vice Presidente da Província.²⁷⁴

As providências referidas eram as que comumente ocorriam no litoral, ou seja, aumento do número de policiais ou organização de um grupo de batedores de mato. Isso porque os contatos que ocorria na FOM, por conta do nomadismo Xokleng e da procura pelo pinhão, tinham as mesmas características dos ocorridos na FOD. Correrias, assaltos, roubos, feridos e mortos eram normalmente os saldos desses contatos, como o ocorrido em outubro de 1875, em Curitibanos.

N. 174 folha 78 . Secretaria de policia de Santa Catarina – cidade de desterro, 2 de outubro de 1875 – Ilmo. e Exce. Sr. A noticia dada pelo delegado do termo de Curitibanos, em oficio de 10 de setembro último, de haverem os bugres matado duas moças, filhas de Miguel Lopes de Santana, de que dei logo conhecimento a V. Ex para Itajaí em telegrama de 1º do corrente mês do lugar a que na ausência de V. Ex tomaram algumas providencias a fim de acautelar os interesses e vidas dos habitantes daquele termo, como verá V. EX dos officios juntos que por copia dirigi ao dito delegado e ao comandante do destacamento de Lages no intuito de fazer afugentar os bugres e restabelecer o sossego nos ânimos dos lugares que estivessem ameaçados de correrias. Peço, portanto a v ex aprovação para esse ato que tomei visto como tratara-se de caso urgente, que reclamara prontas medidas e era preciso aproveitar o próprio que

²⁷³ Costa da Serra corresponde o município de São Joaquim. In: LAVINA, Rodrigo. **O Xokleng...** p. 162

²⁷⁴ **Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província** N. 136. Livro 1875, folha 17. APESC.

seguira para Lages pedindo também a V Ex que se digne providenciar para que sejam satisfeitas.²⁷⁵

A prática de abandonar as casas, observadas na FOD se faziam presentes na região da FOM. O que ocorria aos colonos após abandonarem suas casas é uma incógnita para nós. Os ofícios e relatórios que trazem as informações sobre o abandono de moradias, como o relatório a seguir, não contemplam essa informação. Porém não podemos estranhar essa atitude visto que até o momento, as informações acerca dos indígenas eram de que se tratava de um povo selvagem, hostil e incivilizado. Pouco se sabia sobre os índios que furavam as orelhas e os lábios, e o medo talvez fosse maior do que a vontade de permanecer no lugar.

Secretaria de Policia da Província de Santa Catarina – Cidade de Desterro, 2 de novembro de 1875. Ilmo.exmo.sr.Comunico a VS Ex que no oficio de 25 do mês passado, que acabo de receber me participa o alferes comandante do destacamento de Lages que no dia seguinte seguia para Capão Alto por ser informado que os moradores daquele lugar tinham desamparado suas habitações por causa das correrias dos bugres. Deus guarde Vs^a. Ex^a. Ilmo.ex.sr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho²⁷⁶

Se a vontade de permanecer no local era mais forte do que o medo, então novos procedimentos eram tomados. A Companhia de Pedestres era dispendiosa para o Governo e muitas vezes não se tinha orçamento necessário para manter diligências ou aumentar o número de praças. Batedores de mato eram uma alternativa, mas também dispendiosa para os colonos. Na falta de praças ou de dinheiro para grupos de batedores de mato, uma alternativa era fazê-la por conta própria, com o consentimento dos órgãos oficiais. Reunir homens com o objetivo de resguardar a população de determinado lugar e ou afugentar os indígenas foi mais uma alternativa praticada em defesa dos colonos contra ataques, assaltos e correrias de indígenas. Essa prática desonera o governo e se torna interessante dentro do contexto em que a população serrana se encontrava. No relatório a seguir verificamos essa prática bem como sua imediata aprovação. Essa prática não foi observada na FOD. Pelo menos não nesses moldes. O que observamos em alguns

²⁷⁵ **Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província** N. 174. Livro 1875, folha 78. APESC.

²⁷⁶ **Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província** N. 199. Livro 1875, folha 97. APESC.

relatórios era que junto acompanhavam os grupos de batedores de mato, alguns moradores e conhecedores das matas.

Ilmo.exmo.sr. Verifica-se de ofício do delegado do termo de Lages, datado de 4 do corrente mês, que acabo de receber, que o fazendeiro José Rodriguez de Souza, da freguesia de São Joaquim da Costa da Serra, vendo-se com os demais habitantes daquela localidade, ameaçados de novos assaltos dos indígenas, oferecem-se em uma representação que dirige ao (ilegível) delegado, em 30 do mês próximo passado, a reunir gente suficiente para garantir a população e afugentar os selvagens, correndo por sua própria conta as despesas com esse serviço. Verifica-se minha que em vista dessa representação e proposta, respondeu o supra dito delegado, àquele cidadão em ofício dos 31 do mês findo, autorizando essa providência e recomendando-lhe ao mesmo tempo em que fosse ela praticada com muita prudência sendo que tudo submeteria a aprovação superior como fez. Assim pois, me cabe comunicar o ocorrido V. Ex. afim de que se digne de aprovar essa deliberação ou resolver a respeito como julgar mais conveniente.

Deus Guarde a V. Exc. Ilmo.exmo.sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos, Vice-Presidente da Província.²⁷⁷

O tempo passou e os contatos se seguiram pelo menos até as duas primeiras décadas do século XX. Na FOD, região litorânea e no Vale do Itajaí, ou na FOM, região serrana pertencente a Lages, semelhantes contatos, sentimentos e ações faziam parte do dia-a-dia dos nossos sujeitos. Na serra a diferença estava num rico alimento em disputa, que punha duas etnias em guerra. Essa Guerra foi percebida pelos não indígenas e usada por estes para se protegerem ou atacarem seus inimigos. Em todo lugar onde hoje se encontra o Estado de Santa Catarina ocorreram enfrentamentos, assaltos, ferimentos e mortes, entre indígenas e não indígenas.

Com o passar dos anos as árvores que no inverno alimentavam todo um ecossistema, aos poucos tombavam para que se pudessem construir casas e mobília e na primeira metade do século XX torna-se uma madeira de excelente valor comercial. Quanto aos indígenas, sofrerão uma grande transformação cultural, principalmente os Xokleng, que no início do século XX irão transformar-se em sedentários, um

²⁷⁷ **Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província** N. 34. Livro 1883, folha 46. APESC.

processo contrário, mas em importância se assemelha àquela que os transformou em nômades.

As anotações a seguir sobre os rumos tomados por esses personagens foram conseguidas expandindo o recorte temporal e com o auxílio de outros trabalhos sobre o tema. As informações indicam o desfecho das relações que estudamos e apontam para nossas considerações finais.

3.4 De nômades a sedentários: apontamentos para além do nosso recorte temporal

Em 1915 houve a chamada pacificação. Como não podemos trabalhar com possibilidades e sim com fatos, fica impossível saber o que teria ocorrido aos Xokleng caso o SPI não houvesse conseguido o aldeamento. Em entrevista ao jornal *O Estado*, em 1975, com 84 anos, o responsável pela pacificação, Eduardo de Lima e Silva Hoerhan se confessa “amargurado pelo tratamento dado a aculturação do indígena. Vivendo em Ibirama, ele não se absolve de seu próprio pecado”²⁷⁸. Repensando sua prática, e também a atuação dos órgãos responsáveis pela tutela e proteção dos indígenas no Brasil de 1975, Eduardo Hoerhan diz que “não voltaria a cometer este pecado. Contribui para sua extinção. O índio pacificado é destituído de tudo. E o pior é que todos ainda cometem esse pecado, inclusive a Funai”²⁷⁹.

Se esse era o pensamento do pacificador em 1975, durante os primeiros anos de aldeamento Xokleng suas preocupações eram outras. A aculturação é um processo constante, mas lento. Os Xokleng, acostumados a viver nas florestas demorariam anos a se adaptar a nova realidade. Catequizá-los e habituá-los aos trabalhos ligados à terra, eram os objetivos do aldeamento. Porém, era difícil impor aos Xokleng limites territoriais.

Obedecendo as estações do ano e ao conhecimento adquirido em sua vida nômade, os Xokleng aldeados no Vale do Itajaí continuavam praticando sua cultura e vez em quando, atravessavam os limites da aldeia para praticar a caça e a coleta. Pelos anos de 1920, os Xokleng continuavam a percorrer e aparecer em diversas localidades, principalmente as localidades do Vale do Itajaí. Essa prática preocupava Eduardo, pois o aldeamento, as tentativas de catequese e educação para o trabalho com a terra eram algumas vezes mal vistas pelos colonos que

²⁷⁸ **Jornal O Estado**, 14 de dezembro de 1975, capa.

²⁷⁹ SARDÁ, Laudelino José. S/T. **Jornal O Estado**, 14 de dezembro de 1975, p. 4.

não acreditavam que agindo dessa maneira o Estado conseguiria colher a paz entre índios e não índios. Desse modo, o trabalho do SPI e de Eduardo era também desacreditado e tinha-se a todo custo provar que o processo de civilizar os índios seria a única alternativa. A incredibilidade se agravava quando os Xokleng colocavam sua cultura em primeiro lugar, acima do que se tinham recebido como ensinamento, e saíam para caçar ou coletar pinhão e mel. Nessas andanças, acabavam entrando em contato com colonos.

Eduardo sempre tentava proibir os índios de se ausentar das terras do aldeamento. Ele tinha três motivos, pelo menos: evitar a redução do trabalho, os conflitos com os colonos e as doenças que o contato poderia acarretar.²⁸⁰

Mas era durante o outono e inverno que a preocupação de Eduardo se acentuava. Isso pelo fato dos pinhões estarem em maturação e os Xokleng partiam em busca dos pinheirais. Segundo Luísa Tombini, foi nessa época que “em 1920 quase todos os aldeados saíram da área delimitada do Posto Indígena Duque de Caxias (PIDC). Apreensivo, Hoerhan insistiu para que voltassem o mais breve possível. A resposta ao pedido foi positiva. A prática, contrária”²⁸¹.

Os indígenas que sofreram com as ações de bugreiros tiveram que enfrentar mais um problema, as doenças. As doenças se alastravam rapidamente, causando muitas mortes no PIDC. Os índios não resistiam às doenças comuns aos não índios. Os Xokleng aldeados sofriam com a malária, a conjuntivite, a desinteria, a verminose entre outras. Todavia, a mais grave delas era a gripe.

Bastava um descuido mínimo para que os índios a contraíssem. Em pouco tempo, o mal tornava-se gravíssimo. No inverno do ano de 1925, por exemplo, uma epidemia causou o adoecimento dos quase duzentos índios presentes no posto. Apenas durante o mês de julho, sete índios faleceram em decorrência da gripe torácica.²⁸²

Desse modo, mesmo cessando aos poucos os contatos, as correrias e as mortes, os Xokleng ainda estavam em situação bastante delicada. A que tudo indica, no episódio da pacificação, os Xokleng

²⁸⁰ WITMANN, Luísa Tombini. **O Vapor e o Botoque...** p. 189.

²⁸¹ Idem, p.197.

²⁸² Idem, pp. 199-200.

imaginavam que “os brancos que estavam sendo amansados,” como revela Eduardo, na entrevista de 1975. Ele conclui que “eles tinham razão, pois as terras eram deles”.²⁸³

Quase um século após o episódio da pacificação, existem por volta de duas mil²⁸⁴ pessoas na Terra Indígena de Ibirama entre Xokleng, Guaraní e também descendentes de miscigenação. O índio se adaptou a nova realidade, ao novo meio e as suas limitações.

Junto às mudanças culturais que transformaram os Xokleng em sedentários, de caçadores coletores em agricultores, houve também a transformação da natureza. A cultura Xokleng foi transformada assim como o meio. Na serra, hoje a árvore de araucária representa e simboliza a região. Todavia, assim como os Xokleng, essa espécie esteve perto da extinção devido à exploração madeireira. A concentração demográfica nas regiões litorâneas também transformou a paisagem da FOD. Essas transformações iniciaram densamente no século XIX, com a imigração.

A expansão de agrossistemas reduziu consideravelmente a extensão das áreas de florestas naturais ombrófilas, pois eram as mais compatíveis para o êxito do povoamento e colonização. A Mata Atlântica, com sua flora original talvez tenha se reduzido não muito mais do que 6%, embora ainda seja considerável a extensão de espaços de remanescentes apenas ligeiramente alterado, em superfície de encostas incompatíveis com o uso agrícola. (...) No Planalto, sobretudo, o extrativismo madeireiro suprimiu grande parte da riqueza da Mata de Araucária, do pinheiro e de outras espécies de madeiras duras, como as de cedro e canela. Estes espaços vêm sendo objetos de notável esforço de repovoamento arbóreo, mas de características homogêneas, com espécies exóticas, sobretudo de pinheiros e eucaliptos.²⁸⁵

O extrativismo da araucária em Santa Catarina teve seu apogeu na década de 1940. Nesse período ela representou quase 20% do volume de madeira exportada do Estado. Na tabela a seguir podemos visualizar o que foi chamado de “ciclo da madeira”, entre o final do século XIX e a década de 40 do século XX.

²⁸³ SARDÁ, Laudelino José. S/T. **Jornal O Estado**, 14 de dezembro de 1975, p. 4.

²⁸⁴ De acordo com o trabalho citado na nota 121 do capítulo 1.

²⁸⁵ CORRÊA, Carlos Humberto. organizador [et al]. **A realidade catarinense no século XX**. 2 ed. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000, pp. 103-104.

ANO	Porcentagem das exportações
1892	-----
1900	4,9%
1910	8,4%
1920	0,7%
1930	11,2%
1940	19,2%

Tabela 3: Participação relativa da araucária no volume de exportação de Santa Catarina no período de 1892 a 1940. In: AGOSTINI, Estelamaris.

Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, p. 46.

Ao que tudo indica, nos trabalhos pesquisados, foi a partir da construção de estradas de ferro que a araucária tornou-se um importante produto e também a partir daí largamente utilizada. A quantidade de araucárias exportadas, de acordo com a tabela, torna evidente a importância econômica da madeira. Porém, no estudo feito por Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, sobre as florestas do Vale do Iguaçu – Paraná, ele coloca que

embora as serrarias se multiplicassem e o comércio do pinho se expandisse consideravelmente, a questão do desmatamento da floresta de araucária no século XX não pode ficar restrita a questão madeireira. A colonização européia teve um impacto profundo na paisagem da Araucarilândia (...) E também a colonização européia incentiva ainda mais – e em alguns locais da Araucarilândia inaugura – a atividade madeireira, uma vez que muitos colonos acabaram construindo serrarias e enriquecendo com a atividade.²⁸⁶

Samira Peruchi Moretto relaciona o aumento da derrubada das araucárias com a política de incentivo a agricultura por parte dos governantes do Estado de Santa Catarina na primeira metade do século XX. Também relaciona o extrativismo com a necessidade da construção de vias de comunicação. No seu trabalho “A Floresta nos Campos de

²⁸⁶ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações.** Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis, 2006, p. 142.

Lages: os incentivos governamentais à agricultura e à devastação (1900 - 1960)” ela informa que

a densa Floresta Ombrófila Mista precisou ser derrubada para comportar a agricultura tão almejada pelos governantes. Havendo necessidade de construção de estradas, a floresta foi removida. A construção de estradas foi um elemento facilitador do desmatamento, pois favorecia o escoamento da exploração madeireira. Todas estas árvores cortadas representavam lucros para serrarias e madeireiras, que aos poucos se instalavam na região. A indústria madeireira cresce e assume importância em Lages e pode-se assim ser feita uma análise de como era vista a floresta e a movimentação econômica da madeira.²⁸⁷

A extração de madeira da araucária estaria esgotada rapidamente sem algumas iniciativas tomadas pelo Governo evitando o desaparecimento total da floresta. Dentro desse bojo de medidas, já em 1938, o interventor do Estado, o Governador Nereu Ramos, atribui ao artigo 18 da Constituição Federal o Decreto Lei n. 132 de 11 de julho de 1938, no qual “O corte das árvores far-se-á de modo a não abrir clareiras na massa florestal”. Seguindo as leis florestais no Brasil, uma década após o Decreto, o governo do Estado cria o Serviço Florestal, pela Lei n. 181 de 22 de novembro de 1948, visando a execução de serviços públicos relativos ao florestamento, reflorestamento e proteção ambiental.²⁸⁸

Mas foi na década de 1960 que a política de reflorestamento no Brasil estruturou-se, principalmente depois da edição do novo Código Florestal Brasileiro (Lei n. 4.771, de 15 de novembro de 1965). Além disso, houve também a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que em 1989 foi incorporado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – (IBAMA) em 22 de fevereiro de 1989. Assim a floresta de araucária está protegida por lei.²⁸⁹

Hoje a região serrana, mais precisamente o município de Lages, utiliza a araucária e sua semente, o pinhão como atrativos turísticos.

²⁸⁷ MORETTO, Samira Peruchi. NODARI, Eunice Sueli (orientadora). **A Floresta nos Campos de Lages: os incentivos governamentais à agricultura e à devastação (1900 - 1960)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, pp. 50-51.

²⁸⁸ Idem, p. 71-72.

²⁸⁹ AGOSTINI, Estelamaris. **Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, p. 62.

Anualmente o município recebe milhares de visitantes durante a Festa Nacional do Pinhão, que em 2009 comemorou sua 21ª edição. Com as novas relações estabelecidas entre o homem e o meio, houve um decréscimo significativo na extração de araucárias. Porém, por experiência própria em viagem aos municípios serranos, concordamos com Estelamaris Agostini, quando, citando dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, (EMPRAPA), coloca que “metade das araucárias, sobreviventes á devastação trazida pelo homem, está confinada em “museus”, ou seja, as áreas de preservação aos cuidados dos estados e do governo federal”²⁹⁰.

²⁹⁰ Idem, p. 48.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Entre o homem e a natureza, interpunha-se o véu da cultura, e ele nada poderia enxergar senão através desse véu.*²⁹¹

Quando nos deparamos com um estudo no qual a palavra “cultura” aparece como palavra-chave, o primeiro problema que encontramos é em que sentido utilizaremos essa palavra. A complexidade do termo exige uma discussão aprofundada muito além daquela que tratamos no texto. Por outro lado, dentro dos objetivos da pesquisa, conseguimos na narrativa expressar nossa idéia do conceito da palavra “cultura” e direcioná-lo na relação que estabelecemos como objetivo do trabalho: cultura/natureza e história, tendo como sujeitos históricos os Xokleng e cenário as Matas de Araucárias.

Analisando essa relação no caso dos Xokleng, vemos que, assim como em todo o país, com o passar dos anos, se intensificaram os contatos entre essas populações e os não indígenas. No território que hoje compreende o Estado de Santa Catarina, os Xokleng foram a última etnia a ter contato intermitente com os não indígenas. Esse fato pode ser explicado pela própria natureza nômade dos Xokleng que explica também o fato dos contatos se darem em diversas partes do território e em diferentes meios.

Os contatos, amplamente documentados, obedeciam duas regiões distintas, que com nossa pesquisa identificamos como o planalto, coberto pela Mata de Araucárias e o litoral, com uma complexa biodiversidade. Nas duas regiões os Xokleng desenvolviam sua cultura. Com o desenrolar e a intensificação dos contatos entre eles e a população nacional, verificou-se a gradual diminuição desses povos. Um dos fatores para que isso tenha ocorrido consiste no fato de que pelo conceito da época, e na visão do colonizador, os indígenas em geral não eram portadores de “cultura”. Portanto, sofreram com o processo “civilizador” do ocidente. Nesse sentido, o fato de serem uma sociedade tribal, tendo sua tecnologia atendendo a orientação da natureza, e esta não necessitando de uma tecnologia mais elaborada, tornou-os mais vulneráveis à dominação cultural não indígena. Segundo a concepção de Marshal Sahlins, “a dominação cultural deriva da predominância

²⁹¹ SAHLINS, Marshal. D. **Cultura e razão prática**. Capítulos 2 e 5 conclusão. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1976, p. 121.

técnica: o tipo cultural que desenvolve maior poder e recursos num determinado meio ambiente se desenvolverá aí em detrimento das culturas indígenas”²⁹². Assim, com os resultados da pesquisa, podemos concordar com Lèvi-Strauss, quando este coloca que

A civilização ocidental estabeleceu seus soldados, as suas feitorias, as suas plantações e os seus missionários em todo o mundo; interveio direta ou indiretamente, na vida das populações de cor, revolucionou de alto a baixo o modo tradicional de existência destas, quer impondo o seu, quer instaurando condições que engendrariam o desmoronar dos quadros existentes sem o substituir por outra coisa.²⁹³

No que se refere a relação Xokleng com o meio natural, percebemos que a cultura nômade era permitida pela biodiversidade que a natureza de seu território histórico apresentava. No planalto o pinhão desempenhou um papel determinante no desenvolvimento cultural dessa etnia e mesmo tendo um mesmo meio natural comum, foi permitido o desenvolvimento de culturas distintas, como a Kaingáng e a não indígena. Assim, consideramos que a relação natureza/cultura não é apenas baseada em orienta/desenvolve. Existem os simbolismos e as lógicas culturais que fazem com que essa relação seja ímpar em cada povo.

Quanto à relação cultura/história, os Xokleng, assim como tantos outros povos pelo mundo, foram considerados inferiores, e por isso foram dominados. Se essa dominação tem a ver somente pelo fator tecnológico como Sahlins apontou, não temos certeza. Mas é muito provável que não. Há entre essas relações o fator simbólico. Mesmo porque, com a sedentarização a cultura não foi totalmente dominada, ela sofreu transformações, é verdade, mas se mantém em alguns aspectos, como a língua, por exemplo e pela luta, na afirmação da identidade indígena Xokleng. Portanto, a premissa de Sahlins não pode ser tomada como Lei. Se assim o for, teremos que acreditar que a relação natureza/cultura é que vai determinar o processo histórico de cada povo. Apesar de ser um fator considerável, não nos parece determinante. Mesmo modificada, a cultura Xokleng persiste, lado a lado com outras

²⁹² SAHLINS, Marshal. **Sociedades Tribais**. Capítulos 1 e 2. Tradução de Yvonne Maggie Alves Velho. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1968, p. 10.

²⁹³ LÈVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. In: Os pensadores n. L. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 78.

culturas. A natureza proporcionou orientações para que através de seus olhos eles pudessem criar uma unidade diferenciadora que chamamos de identidade cultural. A tecnologia, o simbolismo e a língua fazem parte dessa unidade diferenciadora.

No Estado de Santa Catarina, observamos que independente do meio, o contato entre as culturas indígenas e não indígenas se deu de maneiras padronizadas. A amplitude do território onde ocorreram essas relações foi consequência da cultura nômade Xokleng. Apesar do nomadismo pendular, e da importância do pinhão na sua dieta alimentar, outros motivos também faziam os Xokleng subir a serra mesmo em épocas em que não havia o precioso pinhão. Esse deslocamento, mesmo em épocas onde a fartura de alimentos se encontrava principalmente na Floresta Ombrófila Densa pode ser decorrente dos contatos estabelecidos no litoral. A hipótese é que nos contatos entre indígenas e não indígenas na região da FOD no verão, que eram seguidos de enfrentamentos e depois de afugentamento por batedores de mato, os Xokleng se viam obrigados a adentrar mais nas matas se afastando de regiões de colonização recente (Vale do Itajaí). Desse modo se intensificaram seu aparecimento nas estradas (vias de comunicação) e em regiões serranas mesmo durante o verão. Assim, não só a natureza ditava as regras, mas sim as relações humanas estabelecidas. A história começa a ser dependente do fator cultural e em menor intensidade do fator natural. Outra mudança foi o aumento da população não indígena, observada tanto no litoral e Vale, como no planalto do Estado. Esta impulsionada pelo melhoramento das vias de comunicação entre serra/litoral. Por conta disso o pinhão, que era o alimento mais importante dos indígenas e que logo foi adotado pelos colonos na sua alimentação e na alimentação de animais, foi ficando aos poucos mais difícil de obtê-lo sem que houvesse uma perigosa disputa. Disputa que se acirrava por diversos interesses, dentre os quais os domínios da Mata de Araucárias, o alimento e também posteriormente a madeira.

Séculos se passaram e muito da cultura Xokleng foi perdida ou modificada “graças” à “cultura” européia. Por outro lado, isso não quer dizer que se perderam no tempo as manifestações culturais num todo e que os Xokleng hoje estão integrados totalmente dentro de uma sociedade culturalmente “mais forte”. Se assim fosse não haveria mais o porquê da definição Xokleng, Kaingáng, ou Guarani, só para exemplificar os indígenas de Santa Catarina. Existe o fator “identidade” que é requisitado por essas populações e que está ligado ao fator cultural. Além disso, a língua é mantida como fator de identidade étnica. Eram nômades, começaram a plantar. Tinham suas vestimentas, hoje se

vestem nos nossos padrões. Viviam da caça, agora criam animais. Mas ainda assim são Xokleng. A natureza é e pode ser facilmente transformada, mas a cultura como um todo não. Como Terry Eagleton coloca, “transformar toda a cultura seria muito mais trabalhoso do que represar um rio ou arrasar uma montanha. Nesse sentido, pelo menos, a natureza é uma matéria bem mais tratável do que a cultura”²⁹⁴.

Na luta por sua identidade étnica, os Xokleng e outros povos indígenas estão se afirmando como povos diferentes, com um modo de ver o mundo e de se relacionar com ele diferentes. Dentro das possibilidades lutando para manterem sua identidade diferenciadora e buscando espaço e respeito na sociedade nacional. Por fim, num mundo onde a ocidentalização é frequentemente colocada como irreversível, concordamos com Lévi-Strauss quando propõe que “a diversidade das culturas é de fato no presente, e também no passado, muito maior e mais rica que tudo o que estamos destinados a dela conhecer”²⁹⁵.

²⁹⁴ EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, p. 136.

²⁹⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. In: Os pensadores n. L. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 55.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Séries de documentos pesquisados

- Ofícios dos Delegados e Sub-delegados de polícia para ao Presidente da Província entre 1842-1892.
- Ofícios de Chefes de Polícia e Juízes de Direito para o Presidente da Província entre 1842-1951.
- Relatórios, falas e Mensagens dos Presidentes da Província e Governo do Estado entre 1849-1919.
- Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província entre 1861-1886.
- Correspondência do Presidente da Província para o Ministério da Agricultura entre 1861-1888.
- Correspondência dos Juízes Municipais ao Presidente da Província entre 1850-1866.

Jornais:

Estaduais:

O Argos (1856-1862)

O Estado (1892-1902 e 1915-1920)

Região de Lages:

O Lageano (1886-1891 e 1919-1922)

O Imparcial (1901-1903)

Relatos de viajantes

- AVÉ-LALLEMANT, Robert, 1812-1884. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- SAINT-HILAIRE, August de (1779-1853). **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

Fontes e Bibliografia

AGOSTINI, Estelamaris. **Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

Auguste de Saint-Hilaire. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Auguste_de_Saint-Hilaire> Acesso em 25 de novembro de 2008.

AVÉ-LALLEMANT, Robert, 1812-1884. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **A Colônia Alemã Blumenau: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil** = Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien. Blumenau: Cultura em Movimento, 2002.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as idéias**. 8ª edição. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2003.

BORBA, T. **Actualidade Indígena**. Curitiba, PR: Tyo. E Lytog. A vapor. Imprensa Paranaense, 1908.

BRIGNOL, Liliane Moreira; MELO, Paulo Rogério. **Olhos azuis sobre o cocar: a representação dos Xokleng na fundação da colônia Blumenau (1850-1880)**. Trabalho de conclusão de curso. UDESC, 1999.

CANAL, Érico. C. **As Fainas do contato. Trajetória do contato entre os Xokleng e seus oponentes (Província de Santa Catarina 1850-1890)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História, UDESC: 2002.

Carta régia de 5 de novembro de 1808. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/CartaRegia_0511.htm> Acesso em 22 de novembro de 2008.

CARVALHO, Miguel M. X. de; NODARI, Eunice S. Os colonos europeus e a Floresta de Araucária no Médio Vale do Iguaçu. In:

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina (PR). Anais. Londrina: ANPUH. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis, 2006.

CASTELLA, Paulo Roberto; BRITEZ, Ricardo Miranda. **A Floresta com Araucária no Paraná: conservação e diagnósticos dos remanescentes florestais**. Fundação de Pesquisa Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

COSTA, Licurgo . **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982: notas biográficas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

_____. organizador [et al]. **A realidade catarinense no século XX**. 2 ed. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992.

_____. **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação. (1808-1889)**. São Paulo: EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

D'Angelis, Wilmar R. **Para uma história dos índios do oeste catarinense**. Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: CEOM. Ano 4, n. 6, novembro de 1989.

D'ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKAÊ, Vicente Fernandes. **Toldo Imbú**. Série documentos/CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994.

DEEKE, José. **Indígenas de Santa Catarina**. Revista Blumenau em Cadernos. Tomo VII – Nº 6/7. Blumenau, janeiro de 1967.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 4, n.8, 1991. pp. 177-197.

EDUARDO, Roemari Pozzi. **A madeira em Santa Catarina (1930-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1974.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense (1. fase): bandeirantes e tropeiros do 'Sertão de Curitiba'**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

Fala do Presidente João José Coutinho à Assembléia Legislativa da Província em maio de 1853. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/940/000029.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

Fala do Presidente da Província Dr. João Thomé da Silva à Assembléia Legislativa em 21 de março de 1875. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/962/000075.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

Fala do Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Melo Filho à Assembléia Legislativa em 1 de março de 1876. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/963/000072.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

Fala do Presidente do Governador Gustavo Richard à Assembléia Legislativa em 28 de abril de 1891. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u947/000015.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FERNANDES, Ricardo Cid. Terra, tradição e identidade: Os Kaingáng da Aldeia Condá no contexto da UHE Foz do Chapecó. In: SANTOS,

Sílvio Coelho dos e NACKE, Anelise (organizadores). **Hidrelétricas e povos indígenas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003, pp. 159-175.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição revista e ampliada, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAKRAN, Nanblá. **Aspectos morfossintáticos da língua laklãnô (Xokleng) “Jê”**. Campinas, SP: 2005.

GOULART, Maria do Carmo R. Krieger & FRAGA, Nilson Cesar. **Vale dos índios, Vale dos imigrantes**. Blumenau, SC: Cultura e Movimento, 2000.

GUEDES, Asdrubal. **Lages: história, atualidade, símbolos**. Lages: Muller, 1979.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro – 7ª ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HENRY, J. **Jungle people a Kaingang tribe of the highlands of Brazil**. New York: Vintage Books, 1941.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia. **Prehistory of Brazil**. Translated from the Portuguese by Hugo Moss. Rio de Janeiro: Manati, 2007.

HOEHNE, F. C. **Araucariândia**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a política indigenista através dos relatórios (1912-1926)**. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, Florianópolis, 2005.

HUECK, Kurt. **As florestas da América do Sul: ecologia, composição e importância econômica**. Tradução de Hans Reichardt. São Paulo: Polígono, 1972.

IOKOI, Hilda Márcia Grícoli (coord.). **Ser Índio hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

JESUS, Samir Ribeiro de; BALDIN, Nelma. **Trabalho-educação e dominação do trabalhador: a formação histórica do caboclo serrano catarinense**. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação.

KAESEMODEL, Maria Salete Munhoz; MAMIGONIAN, Armen. **A indústria moveleira em São Bento do Sul-SC**. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

KIESER, Daércio; DIRKSEN, Valberto. **Um discurso para justificar a ação bugreira**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Florianópolis: UFSC, 1994.

KOCH, Zig e CORRÊA, Maria Celeste. **Araucária: a floresta do Brasil Meridional**. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAVINA, Rodrigo. *Antes dos carijó – a Tradição Tupiguarani em Santa Catarina vista pela Arqueologia*. In: BRANCHER, Ana; Sílvia Maria Fávero Arend, organizadoras. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

_____. *Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis*. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2000.

_____. **O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestão para os arqueólogos**. Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994.

LÈVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. In: Os pensadores n. L. São Paulo: Abril Cultural, 1976, pp. 51-93.

LIMA, Agílio R. de. **Vultos da história lageana**. Florianópolis: Museu Thiago de Castro: FCC, 1994.

LOCH, Silvia. **Arquiteturas xoklengs contemporâneas: uma introdução à antropologia do espaço na terra indígena de Ibirama**. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

MABILDE, Pierre, F.A. Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul; 1836-1866**. São Paulo: IBRASA: [Brasília]: INL, Fundação Pró-memória, 1983.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MAGALHÃES, Edvard Dias (org). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos chaves da Análise do Discurso**. Tradução Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARCON, Telmo. **Historia e cultura Kaingáng no Sul do Brasil**. Passo Fundo: Gráfica Ed. UPF, 1994.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://www.geocities.com/juliomelatti/notas/n-nimuen.htm>> Acesso em: 22 de novembro de 2008.

MÉTRAUX, A. *The caingang*. In: **Smithsonian Institution**. (Vol. I, 1946). Steward, Julian H. (editor). Handbook of South American Indians.

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. *Línguas Indígenas no Brasil*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

MORETTO, Samira Peruchi. NODARI, Eunice Sueli (orientadora). **A Floresta nos Campos de Lages: os incentivos governamentais à agricultura e à devastação (1900 - 1960)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingáng: a história épica dos índios Kaingáng no Paraná : 1769-1924**. Maringá: EDUEM, 1994.

_____. A denominação Kaingáng na literatura antropológica, histórica e lingüística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva. (organizadores) **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng**. Londrina: Eduel, 2004.

MUNARIM, Antonio; CALAZANS, Maria Julieta Costa. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages**. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciencias da Educação.

NACKE, Aneliese; SANTOS, Silvio Coelho dos. **O índio e a terra: a luta pela sobrevivência no P. I. Xapecó - SC**. Florianópolis, 1983.

NAMEM, Alexandro Machado. **Botocudo: uma historia de contacto**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1994.

NODARI, Eunice S; CARVALHO, Miguel M. X. de. A atuação das empresas colonizadoras e o desmatamento do Oeste de Santa Catarina. **ENCONTRO REGIONAL DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**, 1, 2004, São Miguel do Oeste – SC. Anais. São Miguel do Oeste: UNOESC. P. 35-41.

NODARI, Eunice Sueli; VIEIRA, Alexandre Sarda. O Oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas. In: **Fronteiras: Revista catarinense de história**: Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. Pp. 29-50.

NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe e MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. (organizadoras). **Ouvir memórias contar histórias: mitos e lendas Kaingáng**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. *A ocupação do espaço*. In: KLUG, J; DIRKSEN, V (orgs). **Rio do Sul, uma história**. Rio do Sul: Ed. Da UFSC, 1999.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; SALVARO, Talita Daniel; MONFROI, Ninarosa Mozzato. Artesanato Kaingáng: entre usos e desusos da cultura material. In: **Cadernos do CEOM. N. 24**. Chapecó: Argos, 2006, pp. 31-51.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRIGENTI, Clóvis Antônio. Demografia e direito indígena: uma leitura a partir do contexto catarinense. In: **Revista de Ciências Humanas, v. 43**. Florianópolis: Editora da UFSC, abril de 2009, p. 151.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (org). **O ciclo de vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

_____. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995.

_____. **Discurso e leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. **Terra a vista : discurso do confronto : velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni Pucinelli; SOARES, Marília Faco; SOUZA, Tania C. Clemente de. **Discurso indígena: a materialidade da língua e o movimento da identidade**. Campinas, SP: UNICAMP, 1991.

PEREIRA, Walmir da Silva; SANTOS, Silvio Coelho dos. **Ferrovia São Paulo - Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional**. 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

PERES, Jackson Alessandro; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Os indígenas do século XIX: a selvageria nos (dos) discursos oficiais (1850-1880). In: **Ágora** - v. 20, n. 41, 2005. Florianópolis: AAAA/SC, pp.07-18.

PERES, Jackson Alessandro; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Indígenas e terras em Santa Catarina: parâmetros do século XIX (1850-1890)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

PIAZZA, Walter F. (Walter Fernando). **A colonização de Santa Catarina**. 3.ed Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, 2006. Pp. 149-184.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 5, n. 10, 1992.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrick Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

PREZIA, Benedito. **Kaingáng: confrontação cultural e identidade étnica**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1994.

PUCHALSKI, Ângelo. **Variações edafo-climáticas e ocorrência natural da Araucária angustifolia (BERT.) O. Kuntze no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais.

QUINTEIRO, Jucirema; PAIVA, Vanilda Pereira. **A 'força do povo' em Lages: mas o que foi mesmo, esta experiência?**. 1991. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica de São Paulo.

Relatório do Presidente da Província Pedro Leitão Cunha ao Vice Presidente Francisco José D'Oliveira em 19 de dezembro de 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/950/000011.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

Relatório do Presidente da Província Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu à Assembléia Legislativa em 02 de abril de 1869. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/956/000028.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

Relatório do Presidente da Província Dr. Francisco José da Rocha à Assembléia Legislativa em 21 de julho de 1886. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000046.html>> Acesso em 15 de março de 2007.

Relatório do Presidente da Província Dr. João José Coutinho. Ano de 1850, p. 11. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/937/000013.html>>. Acesso em 25 de julho de 2007.

Relatório do Presidente da Província Dr. João José Coutinho. Ano de 1853, p. 05. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/940/000006.html>>. Acesso em 25 de julho de 2007.

Relatórios do Presidente da Província Dr. João José Coutinho. Ano de 1859, p. 05. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u907/000007.html>>. Acesso em 25 de julho de 2007.

Relatório do Presidente da Província Dr. João José Coutinho. Ano de 1854, p. 7. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/941/000008.html>>. Acesso em 25 de julho de 2007.

Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província N. 136. Livro 1875, folha 17. APESC.

Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província N. 174. Livro 1875, folha 78. APESC.

Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província N. 199. Livro 1875, folha 97. APESC.

Relatório de Chefes de Polícia para Presidente da Província N. 34. Livro 1883, folha 46. APESC.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAHLINS, Marshal. D. **Cultura e razão prática.** Capítulos 2 e 5 conclusão. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1976, pp. 68-142 e 226-242

_____. **História e Cultura: apologias a Tucídides.** Introdução, capítulos 1 e 2. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. pp. 7-179).

_____. **Sociedades Tribais.** Capítulos 1 e 2. Tradução de Yvonne Maggie Alves Velho. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1968, pp. 9-46.

S/A. Disponível em: <www.sosmatatlantica.org.br> Acesso em 25 de novembro de 2008

S/A Jeca Tatu. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jeca_Tatu>. Acesso em 28 de janeiro de 2008.

S/A. **A Mensagem.** Jornal Lageano, 18 de outubro de 1891. Ano VIII, n. 40, Lages.

S/A. **Geca Tatu.** Jornal O Lageano. Pp. 2 e 3. 24 de maio de 1919.

S/A August de Saint-Hilaire. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Auguste_de_Saint-Hilaire> Acesso em 25 de novembro de 2008.

SANIT-HILAIRE, August de (1779-1853). **Viagem a Curitiba e Santa Catarina.** Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. **Vida e trabalho na floresta: uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 2004.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

_____. **Sobre a organização social dos Xokleng**. Florianópolis: UFSC, 1966.

_____. **Nova História de Santa Catarina**. 4ª edição. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

_____. **Os Índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: ED. Da UFSC, 1997.

SARDÁ, Laudelino José. S/T. **Jornal O Estado**, 14 de dezembro de 1975, p. 4.

SCHEIBE, Fernando. **Ofícios dos delegados e subdelegados de polícia ao Presidente da província. (1842-1892)**. Arquivo Público de Santa Catarina, 1996.

SENS, Sávio Luis. **Alternativas para a auto-sustentabilidade dos xokleng da Terra Indígena Ibirama**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

Série Documentos/CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito*. In: **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000.

SILVA, Augusto César; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Educação para jovens e adultos indígenas: fortalecimento e transformação na**

cultura Kaingáng. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SIVA, Camila Vieira; Reis, Prof. Dr. Maurício Sedrez dos. **Aspectos da obtenção e comercialização de pinhão na região de Caçador-SC.** Dissertação de Mestrado em Recursos Genéticos Florestais. UFSC, 2006.

SILVA, Fabíola Andréa. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingáng e Xokleng. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELI, Francisco S. e TOMMASINO, Kimiye. **Uri e Wãxi – Estudos Interdisciplinares dos Kaingáng.** UEL, Londrina: Editora da Universidade de Londrina, 2000.

SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense.** Rio de Janeiro: LAEMMERT, 1950.

SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia: a colonização italiana no oeste catarinense.** Florianópolis, 2003.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Levantamento bibliográfico sobre os índios Kaingáng.** 1973.

Site oficial do Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>>. Acesso em 28 de janeiro de 2008.

SIMPÓSIO DE REFLORESTAMENTO DA REGIÃO DA ARAUCÁRIA; 1963; CURITIBA,PR. **Anais ...** Curitiba: Universidade do Paraná, 1965

S/A. **Situação Fundiária em Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_endereco.htm> Acesso em 22 de outubro de 2008.

VIEIRA, Edna Elza; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Simbolismo e Reelaboração na Cultura Material dos Xokleng.** Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2004.

WACHTEL, Nathan. **Aculturação.** In: **História: Novos Problemas.** Rio de Janeiro: F. Alves, 2ª edição, 1979.

WERLANG, Alceu Antonio. **A colonização do Oeste catarinense**. Chapecó: ARGOS, 2002.

WITTMANN, Luísa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

WORSTER, Donald. Para se fazer história Ambiental. In: **Estudos históricos**. Vol. 4, n. 8, 1991. pp. 198-215.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. In: **Ambiente e sociedade**, v. 5, n. 2. 2003, p. 25. Disponível em: <www.sielo.br> Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

ZUGUEIB NETO, Jamil (org). **Identidades e crises sociais na contemporaneidade**. Curitiba. Ed. UFPR, 2005.